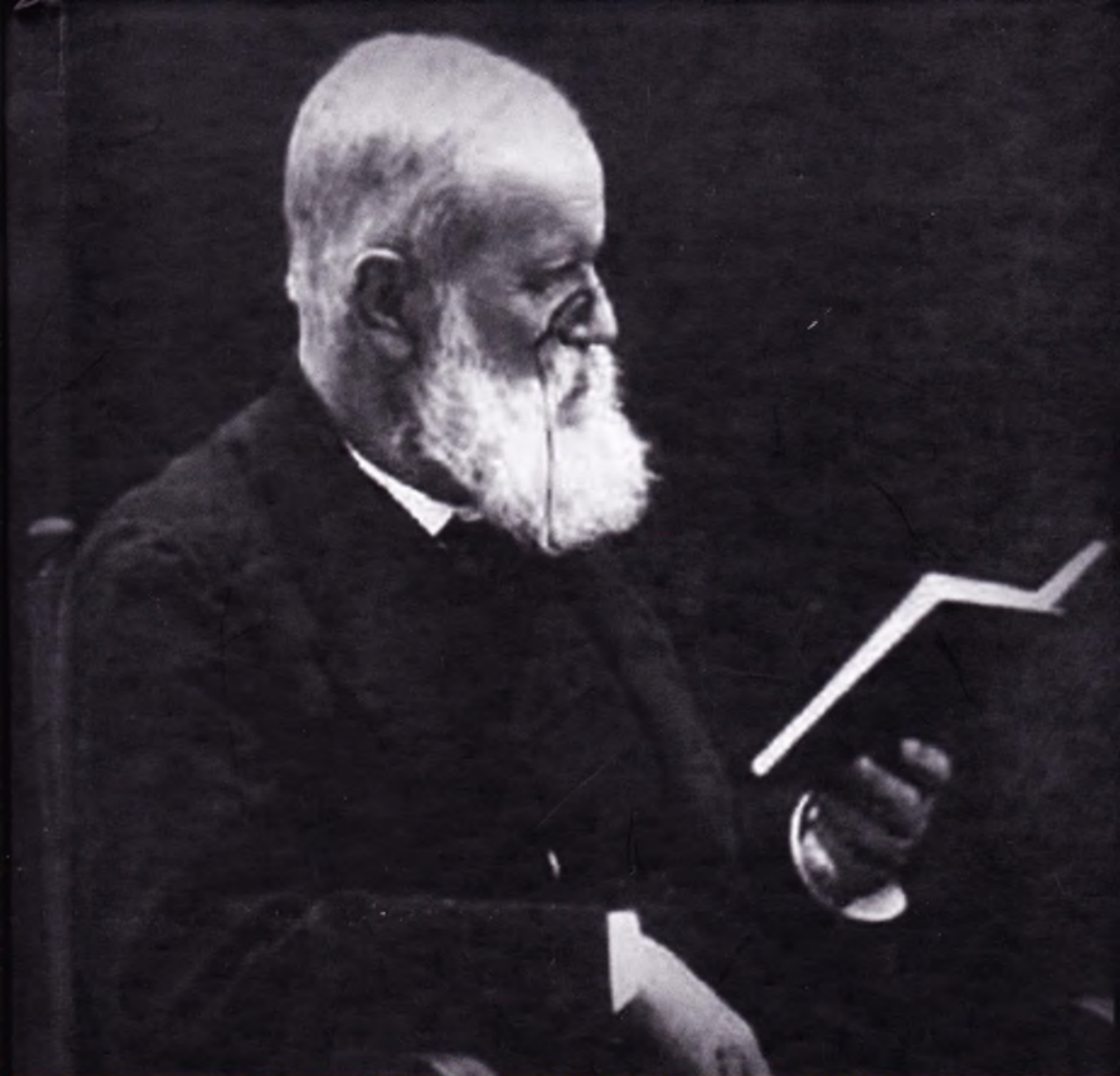




CÓPIA DE AFFONSO CELSO

O IMPERADOR NO EXÍLIO



Linotipo
Digital





CONDE DE AFFONSO CELSO
Da Academia Brasileira de Letras

O IMPERADOR NO EXÍLIO



**Linotipo
Digital**

Copyright edição 2013 © Linotipo Digital

EDITORES: *Laerte Lucas Zanetti e Luiz Márcio Betetto Scansani*

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO: *Laerte Lucas Zanetti*

PREPARAÇÃO DE TEXTOS: *Lindsay Gois*

REVISÃO DE PROVAS: *Luiz Márcio Betetto Scansani*

CAPA: *Rogério Salgado*

FOTO DE CAPA: *D. Pedro II, de Pierre Petit, Paris, 1893, do Arquivo Grão-Pará*

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO DO MIOLO: *Spress Diagramação & Design*

IMAGEM DAS GUARDAS: *Bico-de-pena de Fátima Lodo sobre foto original do Imperador D. Pedro II custodiada pelo Museu Imperial/Ibram/Minc*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Afonso Celso, Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr., conde de,
1860-1938.

O imperador no exílio / Conde de Afonso Celso. — São
Paulo : Linotipo Digital, 2013.

Bibliografia

ISBN 978-85-65854-02-3

1. Brasil - História - Império, 1822-1889 2. Pedro II,
Imperador do Brasil, 1825-1891 t. Título

13-10511

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-----------------------|-----|
| 1. Brasil : História | 981 |
| 2. História do Brasil | 981 |

Este livro segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa,
em vigor desde 01/01/2009.

Vedada a reprodução desta obra, por qualquer meio e sob qualquer forma,
sem a autorização expressa e por escrito da editora.

2013

Todos os direitos desta edição reservados à
Linotipo Digital Editora e Livraria Ltda.

Rua Marconi, 107, sala 505
01047-000 - República - São Paulo, SP
www.linodigi.com.br - (11) 3256-5823

A Isabel

A Redentora

*Como singelo preito de dedicação e respeitosa saudade,
oferece este livro.*

O Autor

SUMÁRIO



Prefácio.....	9
Nota dos Editores.....	17
PARTE I.....	19
PARTE II - D. Pedro II.....	67
PARTE III - Anexos	111
I - Carta de S. A. R. o Sr. Conde d'Eu.....	113
II - O autor no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil	114
III - 2 de dezembro de 1889	116
IV - Um projeto do Imperador.....	120
V - D. Pedro II.....	124
VI - Reivindicação necessária	128
VII - A estátua do Sr./D. Pedro II em Petrópolis.....	133
VIII - Discurso proferido em Petrópolis a 5 de fevereiro de 1911	196
PARTE IV - Anexos à presente edição	207
I - Conde de Affonso Celso - Pequena biografia por Bruno de Cerqueira	207
II - Glossário	231
III - O que é o Instituto D. Isabel I.....	235
Relevâncias Históricas Linotipo Digital	239

PREFÁCIO



 livro *O Imperador no Exílio*, do Conde de Affonso Celso, já caiu em domínio público. Qualquer editora, ou quem quer que seja, pode publicá-lo sem o ônus dos direitos autorais. Hoje, o fundamental é que ele caia em domínio público num outro sentido mais importante: aquele de familiarizar o grande público brasileiro com a grandeza moral de nosso segundo Imperador nos dois anos em que viveu exilado em Paris. Ali, nunca foi tão verdadeiro o dito “quem foi rei não perde a majestade”. Portou-se com a dignidade que as grandes almas sabem manter nos momentos difíceis em que são postas à prova. Embora ele preferisse grafar Brasileiro com B maiúsculo e imperador com i minúsculo nos *Conselhos à Regente*, pareceu-me justo conceder-lhe, por merecimento, o I maiúsculo. Certamente se aplica a ele que foi, como seu pai, Pedro I, o Defensor Perpétuo do Brasil, a frase memorável de Shakespeare: “Cada polegada de sua estatura daria para um homem”.

Entretanto, o mais dramático, para nós, Brasileiros, foi o outro exílio, que o acompanhou e perdura até hoje: o das boas práticas político-institucionais. O dele foi parcialmente resgatado com a chegada de seus restos mortais ao Rio de Janeiro em 1921, 32 anos após o banimento da Família Imperial, que seguiram depois para sua Imperial Petrópolis, onde repousam na catedral diocesana até hoje. Este segundo exílio, infelizmente perdura ainda em nossos dias. Eu me explico melhor nos parágrafos seguintes.

Pedro II é como uma daquelas estrelas que já se foram, mas cuja

luz continua a nos iluminar. Ele soube manter a casa arrumada a ponto de o brasileiro não ter tido um problema de baixa autoestima no século XIX, como nos garante o Prof. Carlos Lessa. Desmoralizou a sabedoria convencional do tipo cada povo tem o governo que merece. Deu testemunho diário de amor entranhado ao Brasil. Teria sido ele obra do acaso? Uma espécie de Stradivarius institucional cujo segredo de fabricação morreu com seu construtor? Ou estaríamos condenados a vivenciar aquele belo e terrível verso de Fernando Pessoa que diz: “Estou hoje perplexo, como quem pensou e achou e esqueceu”?

Merecem registro as considerações de Pedro II ao Conde de Affonso Celso sobre a modéstia, uma qualidade preciosa nos indivíduos, porém inadmissível nas nações. Diz Pedro II, coerentemente com seu exemplo de vida, que manteve elevada, na época, nossa autoestima: *“O Senhor, que é moço, deve desarraigar de sua mente a funesta tendência para o sentimento da subalternidade pátria. Cultive o orgulho de haver nascido Brasileiro; desenvolva-o, propague-o. Embeba-se dele; se puder, a alma nacional, e será benemérito do futuro. Com esse orgulho, superam as nacionalidades crises mortais. Aviltam-se sem ele. É meio caminho para a grandeza; uma das asas do progresso e da glória”*.

O Conde de Affonso Celso seguiu à risca a recomendação do nosso Pedro II ao escrever depois o livro *Porque me ufano do meu país*, obra muito criticada sem ser lida. Millôr Fernandes foi duríssimo na crítica ao livro. O respeito à sua inteligência não me impede de apontar-lhe o equívoco neste caso. Basta uma pergunta: como é possível termos um consenso em torno da importância de estimular em nossos jovens a autoestima, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, que vivem num país de segunda categoria? O que é preciso mostrar-lhes é que já tivemos, sob Pedro II, instituições de qualidade e políticos dignos de respeito. O Parlamento do Império foi uma escola de estadistas, como reconheceu tardiamente Rui Barbosa ao acusar o Congresso da República, já em 1915(!), de ser um balcão de negócios. Só resgataremos nossa autoestima de povo se tivermos a ousadia de pensar fora do quadrado, estudando seriamente os pilares que, no passado, nos permitiram viver num país onde não existia, como hoje, divórcio

crescente entre o povo e a classe que se apoderou do governo, como já ocorria desde os primórdios desta República sem *res publica*. Bom lembrar que o desempenho dos indicadores de ordem social, cultural e econômica das monarquias parlamentares europeias são superiores aos das repúblicas de lá. Na verdade, a Monarquia no Brasil foi, no resguardo do interesse público, mais *res publicana* do que a própria República. Mais um de nossos paradoxos.

Pode parecer estranho, mas o Brasil já se deu ao trabalho de planejar seus chefes de Estado. A comprovação disso pode ser encontrada nas *Instruções* aos preceptores de Pedro II formuladas pelo seu segundo tutor, o Marquês de Itanhaém, a outra estrela, aquela que iluminou os caminhos de Pedro II. Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho exerceu essa função por sete anos, iniciando em 1833, bem mais tempo do que José Bonifácio, que o foi por apenas dois anos. Ainda hoje, essas *Instruções* surpreendem pela atualidade e visão de futuro, podendo servir de marco balizador de uma excelente educação para nossos jovens. O fato de os princípios em que foram baseadas terem resistido ao tempo comprova sua excepcional qualidade. Algumas pinceladas darão ao leitor os contornos da obra de arte que foi a educação de nosso segundo Imperador.

Ao longo de 12 artigos curtos, Itanhaém estabeleceu o molde em que Pedro II foi cunhado. Não é preciso citar todos eles para saber que se tratava de um profissional cioso da tarefa especialíssima de que fora encarregado. Começa pela máxima do “Conhece-te a ti mesmo”, ressaltando a importância de fazer com que o futuro Imperador compreendesse bem o que é a dignidade do ser humano e que “o monarca é sempre homem, sem diferença alguma de qualquer outro indivíduo humano”. Em seguida, ele enfatiza o respeito devido à força da natureza social pelo Príncipe, que o induzisse a ser um monarca bom, justo e sábio, fazendo-se o amigo fiel dos representantes da Nação e dos homens de bem. Apela aos mestres para que fizessem ver ao futuro monarca que a violência da espada é sempre perigosa. Continua conclamando-os a instruí-lo na tolerância e mútuo perdão das injúrias e erros e nas relações de civilidade entre os povos e as religiões.

Advertia-os contra a erudição estéril e prejudicial e contra os doutores da Lei que enganavam as viúvas e os homens ignorantes com seus discursos pedantes. Combatia a decoreba, mostrando-lhes que “a educação literária não consiste decerto nas regras da gramática nem na arte de saber por meio das letras”, deixando claro que o importante é que o futuro monarca conhecesse “perfeitamente cada objeto de qualquer ideia”, ou seja, a manter o pé no chão do “pão pão, queijo queijo”. Tem o cuidado de lembrar-lhes que, nas Ciências Morais, deviam classificar todas as ações filhas da soberba, distinguindo-as das que são filhas da humildade.

Ordena-lhes que mostrem ao imperial pupilo os deveres do monarca, que consistem basicamente em incentivar a indústria, a agricultura, o comércio e as artes. Para ele, o fim de todas as ciências é a busca da existência feliz da humanidade ao invés da promoção da morte. Quer também que seu augusto pupilo seja um sábio consumado versado nas ciências e nas artes. Enfatiza, inclusive, para que seja instruído “nos ofícios mecânicos, para que ele saiba amar o trabalho como princípio de todas as virtudes”. Não quer que seu aluno “seja um político frenético para não prodigalizar o dinheiro e o sangue dos brasileiros em conquistas e guerras e construção de edifícios de luxo”. Finalmente, pede que lhe repitam, todos os dias, para cuidar seriamente dos deveres do trono, cobrando de seus ministros as devidas providências, pois suas “iniquidades e caprichos são sempre a origem das revoluções e guerras civis”. E ainda que lhe criassem o hábito de ler diariamente os jornais da Corte e das províncias e também que ele, no futuro, recebesse “com atenção todas as queixas e representações que qualquer pessoa lhe fizesse contra os ministros de Estado”. Qualquer dúvida quanto à seriedade com que Pedro II exerceu sua função de ouvidor-mor, basta lembrar que todos os sábados, de 17h às 19h, abria os portões do Paço de São Cristóvão, a conhecida Quinta da Boa Vista, onde recebia qualquer pessoa sem a necessidade de marcar audiência prévia. E cobrava de seus ministros solução para as queixas recebidas.

Pedro II pôs em prática as lições do mestre insuperável. Exerceu com maestria o poder moderador em busca da plenitude democrática. A

modernidade de Pedro II se evidencia na atenção dada à consolidação, por quase meio século, de nossas instituições, a saber: liberdade de imprensa, de expressão, de pensamento e de iniciativa individual; defesa intransigente do interesse público; atenção à qualidade da educação; alternância dos partidos no poder; primado do poder civil, com civis ocupando rotineiramente as pastas militares; controle externo do Judiciário; estabilidade da moeda; cobrança de responsabilidade às classes dirigentes, gerando dessa forma um clima de respeitabilidade interna e externa do Estado imperial brasileiro. Pouco, ou quase nada, dessa base indispensável à construção de uma grande Nação sobreviveu com a chegada extemporânea da República.

Merece registro à parte o fato de a moderna literatura econômica atribuir à qualidade das instituições de um país peso maior na sustentação do desenvolvimento a longo prazo do que os fatores puramente econômicos. Estudos sobre o crescimento vertiginoso e sustentado da Coreia do Sul e de outros países comprovam esse fato. Muito estranho, nesse mais de um século “republicano”, é a falta de compromisso com a qualidade de nossas instituições. Pagamos, todos, um preço descomunal por não dispormos de mecanismos constitucionais que ponham fim rápido a maus governos, com a convocação imediata de eleições gerais. Dói lembrar que já tivemos instituições que tratavam com respeito o interesse público. Mas a luz de Pedro II continuará a nos iluminar e nos será útil no futuro.

Pode parecer, caro leitor, excesso de confiança no porvir, mas tenho inabalável fé na grandeza d'alma do povo Brasileiro que saberá dar guarida aos belos versos de Pedro II: “Serenos aguardarei no meu jazigo, / A justiça de Deus na voz da História”. Ele nos legou, como já vimos, instituições das quais nos orgulharíamos ainda hoje. Depois de mais de um século de proclamada, a República revela, no seu dia a dia, sua falta de compromisso com a *res publica*, ou seja, com o interesse público, o bem comum tão almejado. A prova cabal é a falta de compromisso, mais que secular, com a educação de qualidade. Apenas um Brasileiro em quatro pode ser considerado funcionalmente alfabetizado, ou seja, realmente capaz de pensar por si mesmo. Na sociedade do

conhecimento, isso significa que estamos funcionando três quartos abaixo de nosso potencial. Um desperdício monumental.

Diante de tudo isso, surpreende o preconceito de muitos de nossos estudiosos e intelectuais em reexaminar nosso passado de Monarquia Parlamentar com novos olhos. Parece que poucos se dão conta de que são exceções no mundo os países bem resolvidos em termos político-institucionais. Aquele que já foi e deixou de ser, como é o nosso caso, tem que ser reestudado na busca de soluções para o nosso secular dilema nessa área crucial para o nosso futuro em bases sólidas. Já foi dito por Lord Acton, político inglês muito perspicaz, que “poder corrompe e poder absoluto corrompe absolutamente”. Claro que jamais acreditou na balela de que a política é a mais nobre das atividades. E como política é praticamente sinônimo de poder, a frase dele poderia ser reescrita, de modo realista, assim: *política corrompe e política sem ética corrompe absolutamente*. Esta frase reflete bem o que ocorreu, e ocorre, no Brasil republicano: poder sem fiscalização. Um exemplo recente foi o longo período inflacionário até 1994, em que os mais prejudicados foram os mais desprotegidos. Outro, desde sempre, é estarmos submetidos a um Poder Executivo que legisla e nada propenso a prestar contas regulares de seus atos, como é praxe semanal nos regimes parlamentaristas de que já fomos beneficiários sob Pedro II.

Por mais que nos entusiasmemos com o julgamento do *mensalão*, após sete longos anos, é preciso ter o pé no chão da dura realidade para o lado disfuncional de nosso presidencialismo de coalizão, conceito cunhado pelo cientista político Sergio Abranches, que mais parece de colisão, em função das permanentes dificuldades de se formar e manter as bases da governabilidade “republicana”. Ou seria mais coerente, em função de sua sujeição, o rótulo de legislativo presidencialista? Será que já nos esquecemos que governo legítimo tem que se assentar na confiança do Parlamento e da opinião pública? Um governo, ou gabinete, deveria cair, como deveria ter sido no caso do *mensalão*, por simples perda de confiança sem que houvesse necessidade de comprovar em juízo que prevaricou. Aceitamos bovinamente que políticos de quinta categoria continuem na vida pública escorados numa justiça

lerda e num regime presidencialista em que a pedra de toque não é a confiança popular de que deveriam ser depositários. Em suma, o triste divórcio entre representantes e representados, que fez com que a Lei da Ficha Limpa tivesse que nascer por iniciativa popular, pois jamais seria posta em prática se dependesse de nossos políticos e respectivos partidos.

Finalmente, e mais importante, até quando vamos aceitar o exílio das boas práticas político-institucionais? Assim como o Plano Real acabou com a inflação, coisa em que quase ninguém acreditava na época, é possível realizar uma reforma político-partidária em profundidade. Um povo cujas lideranças no passado já foram capazes de moldar instituições que nos davam orgulho poderá fazê-lo novamente. A Lei da Ficha Limpa demonstrou que é possível. Até quando vamos admitir que abusem de nossa paciência e enfiem a mão no nosso bolso, como diria hoje, cheio de indignação, o nosso Conde de Affonso Celso?

Gastão Reis Rodrigues Pereira

NOTA DOS EDITORES



Inaugurando mais um dos pilares editoriais desta casa, *Relevâncias Históricas Linotipo Digital*, bem como seguindo um objetivo há muito acalentado, o de trazer à luz novamente obras de grande significado histórico e cultural há muito fora de catálogo, escolhemos reeditar *O IMPERADOR NO EXÍLIO*, por dois motivos fundamentais; o primeiro por tratar essa obra da parte final da vida daquele que entendemos ter sido o maior estadista e exemplo de homem público do Brasil, e o segundo para que a edição possa cumprir o seu papel sempre necessário de manutenção na memória dos brasileiros de uma das mais vergonhosas páginas da nossa história, que foi o degredo imposto àquele que, a bem da verdade, *construiu o conceito de nação brasileira*, após mais de 48 anos de inestimáveis serviços prestados à pátria.

Nesse diapasão, não podíamos apenas reeditar a obra na sua forma original, mas mister se fez, em respeito à sua importância, bem como à grandiosidade do biografado e do seu autor, o Conde de Affonso Celso, testemunha desses tristes dias no além mar, a ela acrescentar um novo prefácio, sob a lavra do escritor, empresário e grande monarquista, Gastão Reis Rodrigues Pereira, um glossário dos termos usados pelo autor que caíram em desuso ou muito pouco são utilizados hodiernamente, além de buscarmos a parceria do Instituto Cultural Dona Isabel I a Redentora, que nos deu importante apoio historiográfico, brindando-nos, inclusive, com um excelente ensaio biográfico do

* Conforme texto institucional à página 239.

autor, de autoria do seu gestor, o historiador e genealogista Professor Bruno de Cerqueira.

Buscamos também o auxílio da historiadora e escritora Professora Teresa Malatian, a quem agradecemos pelo texto contido na contracapa do livro.

Registramos, assim, nossos agradecimentos a todos esses profissionais, bem como ao Museu Imperial de Petrópolis, ao Arquivo Grão-Pará, ao Instituto Moreira Salles e ao jornalista Thyago Matias, pelo fornecimento de material iconográfico do período do exílio do Imperador e sobre a sua estátua erguida em Petrópolis, material esse que não poderia faltar nesse esforço de homenagem editorial.

Estamos felizes, portanto, como editores, por essa contribuição ao resgate histórico e editorial que o leitor tem agora em mãos.

Boa leitura!

LAERTE LUCAS ZANETTI

LUIZ MÁRCIO BETETTO SCANSANI

PARTE I



ENHORA

Não constitui trabalho novo o opúsculo que tenho a honra de, reverentemente, depor às plantas de V. M.

Já me fez V. M. a graça de o ler e de o aprovar.

É apenas um capítulo destacado do livro que há meses dei a lume, com o título *Vultos e Fatos*, capítulo concernente a algumas ocorrências sucedidas com S. M. o Imperador e presenciadas por mim, depois do levante militar de 15 de novembro de 1889.

Graças quase exclusivamente ao prestígio do nome celebrado nesse escrito, alcançou a mencionada obra extraordinário êxito. Esgotaram-se num semestre seis mil exemplares, o que raro acontece no Brasil.

Ao tratar o meu indulgente editor da impressão do sétimo milheiro, pensei que seria sem dúvida agradável a V. M. possuir, numa edição à parte, aquela homenagem à luminosa memória do seu magnânimo pai.

Eis realizado o projeto. Releve V. M. a tenuidade da oferta, considerando a pureza do intento.

Pálidas flores de emurchecida grinalda! Mas brotaram no solo da pátria. Lágrimas brasileiras lhes orvalharam as folhas.

Certo V. M. pousará sobre elas olhos piedosos na terra do exílio.



A história do Sr. D. Pedro II é cedo ainda para tentar escrevê-la. Daqui a cem anos assumirá proporções legendárias. Na vida incomparável do monarca americano encontrará um grande poeta, no gênio do qual corra o estro parêlhas com a filosofia, opulentos temas para a epopeia serena da virtude.

E a radiosa culminação de tal epopeia será a parte consagrada à desgraça do imperial proscrito.

Porque, Senhora, já o disse e convictamente o repito: nunca o excelso progenitor de V. M. se revelou mais augusto e mais soberano do que quando iniquamente despojado pela soldadesca dos seus régios atributos.

Arrancaram-lhe o diadema. Em lugar deste, começou a rutilar-lhe na fronte a auréola dos santos.

Despretensiosamente, relatei os casos a que me coube a fortuna de assistir durante esse período.

Anima-me o desvanecimento de que de algo servirá o meu obscuro subsídio para o portentoso monumento antevisto.

Glorioso e feliz me reputarei se assim for. Devidamente interpretados e encarecidos pelo Homero futuro, talvez se transformem os meus mesquinhos testemunhos em rapsódias sublimes.



Em agosto de 1888, após cruelíssima enfermidade no estrangeiro, regressou ao Brasil o Sr. D. Pedro II. Não se apagaram ainda da memória pública as estrondosas e espontâneas expansões – de amor filial, respeito e reconhecimento com que foi acolhido. Na capital, sobretudo, prodigalizou-lhe o povo entusiásticas ovações: Dir-se-ia pai idolatrado volvendo ao seio de extremosa família.

Entre os muitos delicados mimos que então lhe foram feitos, sobrelevou o álbum, composto de uma coleção de escritos que ilustres brasileiros dedicaram a Sua Majestade.

Exprimiam esses seletos autógrafos, na formosa frase do digno ofertante, o Sr. Barão de Loreto, o conceito unânime relativo aos peregrinos dotes de espírito e coração do Imperador, celebrando ao mesmo tempo vários feitos com que havia engrandecido longo e próspero reinado.

E, noticiando o fato, escrevia conspícuo diário que a polianteia aludida ocuparia lugar distinto no meio de quantas ofertas tivesse recebido o encanecido soberano em sua dilatada carreira, pois era a expressão do mais elevado sentimento, manifestado pela inteligência nacional.

Na verdade, encerra o álbum, recentemente impresso na Europa, pensamentos tão primorosamente ditos, sentimentos tão galhardamente externados, juízos tão justos e nobres, que não me posso furtar ao grato desejo de aqui reproduzir alguns.

Exclamava o Sr. Barão de Lucena, mais tarde primeiro-ministro do Sr. Marechal Manoel Deodoro:

Aquele que tem feito da magnanimidade uma das suas principais virtudes, e que em um reinado de quase meio século, não conta entre seus súditos um só inimigo pessoal, não teme nem receia o juízo severo e imparcial do historiador, e, a despeito dos zoilos, passará à posteridade, que lhe decretará a devida e merecida apoteose.

Opinava o Sr. Senador Pedro Leão Velloso:

Pode se afirmar, e a história o ratificará, que D. Pedro II tem sido modelo de soberano constitucional, equiparável a Victoria da Inglaterra, Leopold I da Bélgica e Vittorio Emmanuele da Itália, com a diferença de que estes dispuseram dos valiosos auxílios que podiam oferecer-lhes povos de adiantadas civilizações e com educação política, o que não teve D. Pedro II no país novo sobre o qual lhe coube reinar. Exemplar no desempenho de sua árdua missão, a D. Pedro II não recusará a história a glória de ter concorrido muito eficazmente para o engrandecimento de sua pátria querida; e daí nascem o respeito, a veneração e a gratidão que lhe tributam seus concidadãos. Têm esses sentimentos suas raízes na convicção de que a sua lealdade às instituições, ao seu alto critério, prudência, sabedoria e patriotismo devem o povo brasileiro a liberdade e a felicidade de que goza.

Entendia o provecto historiador Conselheiro Pereira da Silva:

Mais que nunca, Senhor, o Brasil de Vós precisa, de Vosso governo e de Vossa dedicação às cousas públicas. A Europa admirou Vossas raras e singulares qualidades e Vossa resignação nos padecimentos físicos que Vos atormentaram. O Brasil Vos reclama agora como seu primeiro cidadão, seu primeiro patriota, seu santelmo e estrela para o guiar e dirigir nas novas evoluções sociais, políticas e civis por que passa, e que, graças à Divina Providência, à Vossa sabedoria e experiência, ao amor que por Vós professa estremecido, por Vossa consorte, inimitável de

sentimento e virtudes, por Vossa dinastia tão digna e por Vossa Filha, tão caridosa e dedicada, confia atravessar com felicidade, guardando as instituições políticas legadas por nossos antecessores, e que nos bastam para assentar em sólidos fundamentos o edifício público e assegurar-lhe o futuro grandioso e próspero, a que unido tem direito como nação livre e americana.

O Sr. Conselheiro Manoel Francisco Correia, honrado presidente atual do Tribunal de Contas, obtemperava:

É título glorioso para um monarca o de benemérito da instrução. E, com a justiça, não cabe a muitos. Entre os que o merecem está o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

O Sr. Barão de Pereira Franco, digno ministro do Supremo Tribunal Federal, sentenciava:

O monarca que felizmente reina no Brasil há meio século é universalmente considerado o modelo dos reis, sob todos os pontos de vista. E se houvesse necessidade de dar a prova da espécie de idolatria de que goza o Imperador, quer entre seus compatriotas, quer entre os povos do velho e do novo mundo, ela surgiria exuberante e cabal do sentimento unânime de profundo desgosto e de intenso pesar manifestados por ocasião da última enfermidade, que tão tenazmente o acabrunhou, pondo em risco seus preciosos dias...

Atestava o Conselheiro Souza Ferreira, então redator-chefe do *Jornal do Commercio*:

Nunca a livre expansão do pensamento, a liberdade da imprensa, teve mais convencido, mais enérgico, mais constante defensor do que o Imperador do Brasil D. Pedro II.

Acrescentava o Dr. Paranhos Pederneiras, redator do mencionado *Jornal*:

Exulta com razão o povo brasileiro, vendo regressar, depois de longa ausência e de tantas inquietações e sustos, o seu querido Imperador.

Significava o Dr. Ferreira de Araújo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias*:

Que orgulho para um rei, que satisfação para um pai: assistir à apoteose de sua filha!

O Sr. José do Patrocínio assim se exprimia:

Os reis educam princesas, o Imperador criou uma mulher. Em vez de uma Imperatriz, educou simplesmente uma mãe, isto é, um coração que reparte, multiplica dia a dia carinho e bondade e repassa o continente pátrio de um suave perfume de virtude.

Falava o Sr. Valentim Magalhães:

No longo reinado do Sr. D. Pedro II nada encontro mais admirável do que a serena tenacidade com que, desde data remota, resistiu às solicitações e ameaças dos interessados no regime de escravidão. S. M. sistematicamente comutava a pena capital no regime de escravidão, fazendo assim um belo emprego das prerrogativas do Poder Moderador.

O Sr. Machado de Assis se enunciava:

Nesta nossa Ítaca falta agora uma instituição secular. Mas o velho e sábio Ulisses, tornando à pátria, não a desconhece, como o de Homero desconheceu a sua. Acha a mesma terra que o ama, e mais a liberdade que ele sempre amou.

O Sr. José Avelino articulava, entre outras cousas:

Todas as consolações recebe hoje Sua Majestade o Imperador ao recolher-se à terra querida do seu berço e do seu trono... Aqui

prosseguirá na sua missão providencial, levantando cada vez mais perante a Civilização e a Humanidade esta Pátria... Para cúmulo da indescritível alegria de todos os Brasileiros, volta ao sacrário da alma nacional o seu ídolo, Sua Majestade a Imperatriz, que tem sido para o Brasil a Providência e o Amor.

Bradava o Sr. Barão de Jaceguai, hoje Arthur Jaceguai:

Jamais príncipes (o Imperador e a Princesa Imperial) serviram com maior abnegação a tríplice causa da Pátria, da Liberdade e da Humanidade! Possuído dessa convicção, saúdo, cheio de júbilo, a volta feliz de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, auspiciosa de novas conquistas para o engrandecimento moral do Brasil.

Monsenhor Raymundo de Brito afirmava:

Sim!... Ainda quando o tempo se empenhe por lançar o véu do esquecimento sobre os atos do grande monarca brasileiro, não poderá impor silêncio aos infelizes, que dele receberam consolação e conforto, e a voz dos pobres, em cujo seio sua mão dadivosa esconde a esmola, proclamará no Céu o nome de D. Pedro o Compassivo.

O Sr. Barão de Ramiz assegurava:

Sim, Majestade, dos que hoje vos saúdam alegres e agradecidos, podeis apertar a mão, repetindo a vossa bela palavra de 22 de maio: “Grande povo, grande povo!”.

O Sr. Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, ilustrado juiz do Supremo Tribunal Federal, declarava:

Não são as cívicas virtudes que assinalam o nobre e elevado carácter do ínclito Chefe do Estado, as qualidades que, a meu ver, mais o recomendam à estima e admiração de seus súditos... Mas é a inefável bondade, a

natural complacência, a amenidade e brandura com que o Imperador a todo o tempo, sem distinção de classes ou pessoas, de amigos ou adversários, indiferentes ou dedicados, ingratos ou reconhecidos, a todos ouve e atende, acolhe e considera, com inteira intenção d'ânimo, esquecendo muitas vezes as ofensas que ontem o magoavam, para só ter hoje em lembrança os benefícios que de suas dadivosas mãos podem provir...

E ainda mais apreciáveis se tornam tão eminentes qualidades, quando raras se manifestam no meio social em que vivemos, sempre em luta com os desvarios das paixões e interesses pessoais satisfeitos.

O Sr. Barão de S. Salvador de Campos, depois Visconde de Alvarenga, hoje Dr. Albino de Alvarenga, asseverava:

Muito deve a ciência brasileira ao excelso Príncipe, que mais do que a si tem a sua pátria amado e a sua gente.

O Sr. Conselheiro Joaquim Monteiro Caminhoá a expendia:

O Imperador D. Pedro II é cordialmente estimado por todo brasileiro que tem coração e não é indiferente à prática das virtudes. Ele é considerado como parte integrante da família de cada um de seus súditos, os quais procuram sempre compartilhar de todos os prazeres, como de todos os pesares de seu amado monarca.

O Sr. Barão de Miranda Reis dissertava:

Volta Vossa Majestade Imperial ao seio da pátria querida. Abre-se o coração deste povo, Senhor, para vos receber de novo, após uma ausência, que a saudade e a gratidão poderão contar por séculos... Este povo, Senhor, na cegueira de seu amor, de seu respeito, de sua veneração, de sua confiança na Augusta Pessoa de Vossa Majestade Imperial, parece

querer, na frase eloquente de um orador português, prolongando pelo carinho e pelo amor os preciosíssimos dias de Vossa Majestade Imperial, dar-vos aqui — no conchego da pátria — corpo sempre forte que se consubstancie ao vosso e a alma sempre viril que se identifique à de Vossa Majestade Imperial e que seja formada de parcelas cortadas da alma de cada um de vossos dedicados súditos.

O Sr. Conselheiro Ladislau Neto explicava:

O que mais admiro no caráter do Imperador do Brasil, como soberano constitucional, que o é pelo coração e pelas convencionalidades a que soube submeter seu alto e culto entendimento, é essa longanimidade perene, suave e refletida que o mantém numa atmosfera de luz serena e branda, sobranceiro a tudo o que nos prostra e aniquila.

O Sr. Salvador de Mendonça, representante da República dos Estados Unidos, cantava:

Salve! te brada hoje a terra bem-amada;
As portas do teu berço, — o fulgido sacrário
Do amor do povo teu, — a pátria libertada.
Recebe-te festiva, Imperador lendário.

Prendia-nos a ti uma afeição tamanha
Que para nós volveste os olhos compassivos:
Ao trom d'artilharia, aclamam-te a montanha,
A selva, o mar, o céu — monarca redivivo.

O Sr. Barão de Paranapiacaba escrevia:

Está restituído à Pátria, de que há sido gênio tutelar, o Grande Cidadão, a quem a Providência incumbiu da alta missão de consolidar a liberdade e a independência do vasto Império Sul Americano. Ele é o nosso penhor de felicidade e o paládio de nossas instituições. Por isso, o

acolhe seu povo em saudação quase unânime... Hosana ao magnânimo Imperador, que exaltando e sagrando a Pátria, e colocando-a à altura de seus destinos, levou seu nome à imortalidade! Salve! Salve!

O Sr. Barão de Corumbá expunha:

Soberano pelo berço, e, a bem a dizer, desde o berço, soubestes em vossa longa vida e no exercício de missão tão árdua, conquistar outra soberania ainda mais acima — qual a de reinar sem partilhar e sem discrepância de sentimento sobre o coração de milhões de homens. Se, pois, não houvesse nascido Imperador do Brasil, em conformidade da lei fundamental de nossa organização política, nem por isso teríeis deixado de ser, pelo consenso unânime dos povos, Imperador dos brasileiros.

O Sr. Joaquim Nabuco observava:

A missão da Monarquia no Brasil não tem exemplo na história das dinastias. O primeiro Imperador criou a nacionalidade, o segundo constituiu a Nação, e sua filha, numa curta regência, aproveitando o que ela mesma havia iniciado, realizou a abolição, fundando a igualdade social.

Um criou a Pátria, outra, a Nação, e a terceira pessoa dessa trindade nacional criou o Povo. De volta ao Brasil, ao pisar o solo livre da pátria, o Imperador está diante da posteridade. Ele pôde ler na alegria de uma raça libertada e na gratidão de um Povo social e moralmente unificado durante o seu reinado a grande quitação da história.

Refletia o Sr. Visconde de Taunay:

Nova era... Ei-lo que chega, o grande Imperador!

E o nobre povo brasileiro o aclama rodeando-o, ávido e pressuroso!

E cada qual relembra as virtudes que o tornam tão caro à Pátria. Neste momento, aviva-se também na memória de todos afeição nova,

que o seu magnânimo espírito imprimiu às guerras do continente sul-americano, acolhendo como filósofo e filantropo os prisioneiros de Uruguaiana.

O Visconde de Ouro Preto assinala:

Enquanto outros reis cercam-se de guardas e encouraçam as paredes de seus paços, o Sr. D. Pedro II folga de ver-se rodeado da multidão, e mais fácil é penetrar até o gabinete de trabalho na residência de S. Cristóvão, encontrando-o só, do que na casa do mais modesto particular — o que tanto honra o caráter do soberano, como a índole da nação. Investido de poderes quase discricionários, na idade da inexperiência e das paixões, Sua Majestade governa há quase meio século, nunca fez uma vítima, nem teve um valido neste fato reconhecerá a história uma de suas maiores virtudes.

Finalmente, sob a epígrafe — *O Pupilo da Revolução* —, ponderava o autor do presente opúsculo:

Não registra a história fato mais honroso para a índole de um povo do que a confiança posta por D. Pedro I na do Brasil, quando abdicou. Sobre as ondas tumultuosas da revolta que lhe tirava a coroa, depõe ele o berço do filho — e parte tranquilo! Ante o frágil esquiife, acalma-se o oceano popular; e a nação — como a princesa que salvou Moisés — toma a criança, adota-a, educa-a, assegura-lhe o futuro, confiando-lhe durante 57 anos, em que sempre lhe prodigalizou o mais extremoso carinho, a suprema direção dos seus destinos! D. Pedro II foi o verdadeiro fundador do Império brasileiro. Quando de seu longo reinado não guardasse a memória pública outros sucessos memoráveis, bastava aquele episódio para torná-lo legendário até a mais longínqua posteridade.



Sem embargo de tão calorosas efusões, por parte de varões notáveis na política, nas letras, no jornalismo, nas armas, na magistratura, na ciência, no clero; quinze meses mais tarde — e quinze meses de paz, progresso e liberdade, durante os quais o governo parecia consubstanciado com a opinião pública esclarecida no interior e no exterior do país, embarca Sua Majestade desterrado, destrói-se o seu trono, aniquila-se a sua obra, tratam-no como um criminoso de lesa-pátria, enquanto a tirania militar que o substitui empolga triunfalmente o poder, no meio de aclamações!

Estranho fenômeno, efetivamente! Ao caprichoso aceno de um general revoltado, evaporou-se todo aquele extremoso devotamento, transmutou-se a idolatria em indiferença, senão em hostilidade!

E o objeto de tamanho culto, o sacrário de tão cordiais oblações, arremessa-os num momento por terra, espezinha-os, conspurca-os a brutalidade das casernas, sem que a consciência nacional se levante para a repulsar e punir, antes dando mostras aparentes de resignada à protérvia, respondendo não raro com o silêncio aprovador com positivos aplausos às mais cruciantes humilhações!

É que, como os indivíduos, são suscetíveis os povos de crises mentais. Aberram às vezes da retidão. Há neles eclipses morais, ou, antes, estados patológicos, cuja etiologia difícil fora fixar, e que perturbam seriamente as funções do raciocínio, deturpam o caráter; determinam apetites vergonhosos e idiossincrasias vis.

Certas vesânicas se caracterizam mesmo pelo ódio àquilo que na véspera se estimava.

Em se tratando, porém, de organismo robusto, jovem, em plena expansão de vitalidade, breve se opera a reação. Gradativa e naturalmente o vírus se elimina. Volvem as condições normais de equilíbrio. Restabelecido o espírito momentaneamente obumbrado, resgata as faltas cometidas na fase de alucinação, adotando cautelas para não reincidir.

S. Pedro renegou três vezes o Divino Mestre. E era de pedra. E sobre essa pedra edificou-se a Igreja Divina, contra a qual não prevaleceram nem hão de prevalecer nunca as portas infernais!

V



Não, minha Senhora, a veneração dos brasileiros pelo Sr. D. Pedro II não se extinguiu, nem poderia ter-se extinguido. Injustos lábios se assacam ao caráter dos nossos compatriotas.

Esse caráter em nada se mostra somenos ao de outras nações. Fulgem nele, ao contrário, preciosos predicados de paciência, esperança, sensibilidade, reconhecimento, que o tornam digno de respeito e simpatia gerais. Peculiares a todos, sem exceção, os seus desvios.

Se existe, como tenho fé — disse eu um dia no parlamento e não me arrependo —, um tribunal supremo para julgar, não já os homens mas os povos, segundo a soma de responsabilidade que a cada um couber nas glórias ou nos desastres da evolução geral, a nossa pátria poderá comparecer modesta, mas de cabeça erguida, porque, se, por um lado, pequeno tem sido o seu concurso para as grandezas, nula, por outro, tem sido a sua intervenção nos delitos; porque honestos são sempre os seus meios de desenvolvimento, legítimas as suas ambições, elevados os seus intuitos, correto o seu proceder, e porque, sobretudo, traz as mãos limpas de sangue, pois nas poucas vezes em que a forçaram a abandonar os instrumentos de trabalho para empunhar a espada dos combates, foi com o fim de correr em socorro de vizinhos irmãos tiranizados, e com desinteresse completo, heroicamente os libertar da opressão!

No tocante a Sua Majestade o Imperador, o procedimento do povo brasileiro provocou indignadas apóstrofes no mundo culto. Mas

que participação direta competiu a esse povo no atentado? Não presenciou tudo em atitude bestial, na frase de um dos próceres do movimento?

Quando, e como, depois de consumado o crime, lhe foi dado manifestar-se com liberdade e franqueza? Não tem sido violada constantemente, desde então, a sua vontade?

E não constituem o Visconde de Ouro Preto, Lafayette Rodrigues Pereira, Carlos de Laet, André Rebouças, João Alfredo, Andrade Figueira, Couto de Magalhães, Joaquim Nabuco, o Marquês de Tamandaré, o Visconde de Taunay, Carneiro da Rocha, Fernandes da Cunha, Carlos Affonso, Carlos Peixoto, João Mendes de Almeida, o Barão de Camargos, Silveira Martins, Constâncio Alves, Eduardo Prado, Rodrigues Horta, Silva Costa, Barbosa da Silva, Candido de Oliveira, Custodio Martins, Estevam Leão Bourroul, Joaquim Delfino, Alfredo de Paiva, o Barão de Loreto, Luiz Bezamat, Cunha Mattos, Antônio de Medeiros, Franco de Sá, Diogo de Vasconcellos, o Visconde de Ibituruna, Luiz Francisco da Veiga, Ferreira Vianna, os intemeratos monarquistas do Pará, e tantos outros, não constituem órgãos autorizados para protestar, em nome do povo — como por atos e palavras, ou pela abstenção da vida política, o tem ininterruptamente praticado —, contra a iniquidade de 15 de novembro de 1889?

Há dias, para comemorar a execução de Tiradentes — um condenado de outrora, cuja apoteose começou sob o reinado do Imperador —, quis um grupo exaltado esconder com sarrafos ornamentais a estátua do fundador do Império, a qual campeia no Largo do Rocio.

Vibrou revoltado o sentimento público. Interpretou veementemente a imprensa as condenações populares. Arremeteu a multidão contra os tapulhos profanadores. E logo reapareceu no monumento grandioso o épico vulto, soerguendo a constituição sobre o brônzeo pedestal.

Assim fará a posteridade para com a memória do segundo Imperador. Podem pretender encobrir-lhe o prestígio e a glória, sob falazes pretextos, interesses ou paixões. Impor-se-á por fim a verdade.

Ao seu impulso irresistível, ruiu em pó a edificação instável.

E a legendária figura assomará, firmada sobre o coração da Pátria, *aere perennius*, avultando cada dia, mais e mais, na penumbra do tempo.

Quando, a 5 de dezembro de 1891, ecoou no Rio de Janeiro a notícia de que D. Pedro II expirara, profundíssima e unânime consternação enlutou a cidade.

Não imagina V. M. a intensa melancolia, a pungente saudade que baixou sobre a população.

Impossível descrevê-lo. Dentro em poucos minutos, cerraram-se as portas dos estabelecimentos comerciais. Em toda parte, bandeiras a meio pau, cingidas de crepe. Sinos de dezenas de igrejas dobrando a finados. E a gente nas ruas, triste e abatida, comentando com lágrimas o acontecimento. Palpável a geral angústia pela grande desgraça. Não houve demonstração de pesar que fosse esquecida. Num templo, celebrava eminente orador sacro o panegírico do finado e não conseguiu concluir, tamanhas a explosão de soluços, as síncope, a comoção estu-penda provocada pelas suas palavras.

Então, assustado, o governo republicano deliberou intervir para abafar com violências a dor pública. Formou-me um batalhão de intolerantes expressamente para defender as instituições contra a sombra do morto.

Foi coagido a suspender a impressão o único jornal oposicionista radical. Outro, mais moderado, sofreu dolorosas imposições.

A um redator do primeiro, que indagava do secretário do interior se revogada ficara a liberdade de imprensa, redarguiu o ministro nada lhe ser lícito fazer para garanti-la e aconselhou a terminação definitiva da folha. Bandos armados vagaram impunes e às soltas pelas vias e praças, ameaçando, insultando, agredindo quantos se lhes afiguravam infensos ao novo regime e saudosos do extinto. Num clube jacobino, vários cidadãos foram declarados suspeitos, e, ao que correu, condenados à morte. Vituperou-se a França num *meeting*, porque a generosa nação se atrevera a tributar honras fúnebres excepcionais ao cadáver imperial.

Professar ideias monarquistas tornou-se um crime punível com execução sumaríssima.

Perigo permanente a existência de qualquer inofensivo adepto da situação decaída.

E as exéquias do falecido monarca, a personificação mais eminente do patriotismo, da bondade e da inteligência brasileiras, deixaram de efetuar-se no Rio, sob a injunção minaz de meia dúzia de demagogos sanguissedentos, protegidos e açulados pelas autoridades.

Mas desses próprios excessos resultava uma homenagem ao falecido. Não se assanham tão ferozmente consciências seguras do seu direito e da sua força. Se o Império tombara ao peso dos seus erros e da execração social, se a República se reputava consolidada e assentava na vontade do país, para que tais investidas de fúria e de despeito, fundamentalmente negativas das sagradas fórmulas — ordem, progresso, saúde e fraternidade?

Age-se assim sob o aguilhão do remorso. Esforçam-se os agitados por aturdi-lo prorrompendo em desatinos.

Foi então suplantada a boa causa, como a 15 de novembro.

Diz Lubbock:

Mais vale uma derrota honrosa do que uma vitória pouco digna. Ninguém se amesquinha pelo fato de haver sido batido, salvo se perder a coragem. Não seremos talvez capazes de vingar o nosso escopo; mas não há nisso razão para que não aspiremos a atingi-lo. Não é Xerxes, porém, Leônidas, o herói das Termópilas.

V I

Quer V. M. prova eloquente da dedicação pessoal que o Sr. D. Pedro II despertava no seio do próprio Exército, sem cujo auxílio os republicanos não triunfariam — Exército coberto hoje de invectivas ingratas, por esses mesmos republicanos?

O documento que se segue, todo escrito por mão do atual Sr. Presidente da República, quatro meses menos dois dias antes do levante, patenteia a espontânea vivacidade daquela dedicação:

Gabinete do Ajudante General

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1889.

Confidencial

Exmº. Amº. Dr. Chefe,

O nosso Imperador, bem que estimado e venerado, deve ser vigiado de perto por certo número de amigos de toda a confiança que façam frustrar todo e qualquer desacato.

Sei que V. Ex. tomará as medidas precisas; mas eu quisera secundá-lo com um pequeno mas forte contingente, que entender-se-á com as autoridades de serviço.

Se aceita esse concurso, peço que a começar de hoje remeta-me um bilhete de cadeira e duas entradas gerais todas as vezes que S. M. tenha de assistir a representações teatrais.

Com V. Ex. irá entender-se o meu delegado.

De V. Exmº.

Sempre Amº. velho e obr. - FLORIANO PEIXOTO



Prova ainda eloquente de quanto o nome de D. Pedro II continua a inspirar os mais afetuosos sentimentos aos brasileiros, depara-a, Senhora, o acolhimento dispensado à minha singela narrativa do como Sua Majestade suportou a privação da coroa.

Traçada com a máxima simplicidade, sem galas de estilo, nem profundezas de concepção, limitando-se a relatar fatos comezinhoamente, qual os escassos recursos do autor lhe facultavam, obteve, não obstante, essa parte do aludido livro, ora reproduzida, memorável sucesso, determinando múltiplas e significativas manifestações de carinhoso respeito para com a memória do Imperador.

Que seria se se tratasse de monografia luminosa, ou vibrante panfleto, elaborado por pena superiormente afeita aos torneios da publicidade?

Peço vênha a V. M. para registrar aqui algumas dessas manifestações, certo de que aprazíveis lhe hão de ser. Aproveito, demais, dessa arte, a oportunidade para solenemente agradecer lisonjeiras e imerecidas referências nelas externadas ao rabiscador dos *Vultos e Fatos*.

Sobreleva por óbvios motivos a constante dos ofícios seguintes:

CÂMARA MUNICIPAL

Ouro Preto, 15 de outubro de 1892.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo,

A Câmara Municipal desta cidade, em sessão de ontem, deliberou por unanimidade de votos que o seu agente executivo mandasse extrair da obra literária de V. Ex. *Vultos e Fatos* o número referente a S. M., o finado Imperador o Sr. D. Pedro II, a fim de ser distribuído em avulso pelas escolas e famílias deste município.

Por este motivo desejo que V. Ex. se digne de conferir-me a necessária licença, levando-nos em conta o serviço, que pretendemos prestar ao município com o divulgarmos nele esta memória tão suave e tão belamente resgatada no exílio pela brilhante pena de um dos mais ilustres filhos desta Capital.

A câmara igualmente ordenou-me que apresentasse a V. Ex. os seus parabéns e vivos elogios pela produção com que enriqueceu a nossa literatura, enchendo de justo orgulho o berço em que todos nascemos, a terra de Minas.

Queira, pois, V. Ex. aceitar a manifestação destes sentimentos com os protestos ardentes de minha consideração.

Deus guarde a V. Ex.

Diogo L.A. P. de Vasconcelos.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1892

Ilmo. e Exmo. Sr.,

A Câmara Municipal de Ouro Preto penhorou vivamente o meu reconhecimento, deliberando por unanimidade de votos, em sessão de 14 do corrente, que o seu digno agente executivo mandasse extrair do meu opúsculo *Vultos e Fatos* o número referente a S. M., o finado Imperador D. Pedro II, a fim de ser esse número impresso e distribuído em avulso pelas escolas e famílias do município, bem como incumbindo a V. Ex. de enviar-me parabéns e elogios pela publicação do referido escrito — conforme V. Ex. fez-me a honra de comunicar em ofício ontem recebido.

Extraordinárias a benevolência e a generosidade da ilustre corporação para comigo.

Mais precioso galardão não me seria lícito sonhar para o meu trabalho. Por mais que as procure, não me ocorrem expressões congnas para externar a minha comoção e o meu agradecimento.

E esses sentimentos sobem de ponto por me haver sido transmitida aquela manifestação por V. Ex., nome ilustre entre os mais ilustres da nossa terra, justamente laureado no parlamento, na imprensa e na tribuna popular.

A autorização pedida, dou-a com desvanecimento.

Oxalá os exemplos de abnegação e civismo de D. Pedro II encontrem numerosos imitadores entre a nova geração mineira, para glória dela, orgulho nosso e felicidade da pátria.

E a quem estuda a honrada existência do Grande Morto não parece por vezes que ele nasceu e foi educado em nossas montanhas?

Deus guarde a V. Ex. Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Diogo Luiz A. Pereira de Vasconcellos.

AFFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO.

Eis como se exprimiu *O Paiz*, autorizado órgão republicano:

Relemo-las, essas páginas maravilhosas e palpitantes, que nos parecem a ser as mais ricas, as mais amadas desse volume consolador. Seja esta confissão a de republicanos o testemunho do sortilégio literário que, irisando essa prosa de um resplendor de suavidade, de dolência e de ternura, quebrou a nossa a frieza e nos fez comovidamente reviver a figura desse velho coroadado, cuja grandeza no exílio apaga os descuidos e as a falhas no governo.

A Gazeta da Notícias, também insuspeita folha radical:

Na parte que diz respeito a D. Pedro II há trechos de eloquente verdade e comovedora leitura. Como não há negar a sinceridade do distinto escritor nas conceituosas reflexões em que ele também dá mostras de ser um perfeito filósofo, há talvez muita lição proveitosa a colher e algumas revelações bem úteis à justiça histórica.

A Gazeta da Tarde, igualmente de acentuada feição democrática:

Nesse livro sempre se revela o autor muito brasileiro e muito patriota; mas dentre todos os capítulos de seu trabalho, o que mais nos interessou foi o relativo ao Sr. D. Pedro II, a quem o talentoso escritor só bem apreciou, quando ambos no exílio. São páginas escritas do fundo do coração, inspiradas pelo amor da verdade e da justiça. Assim, como o retratado não tinha ódio, o pintor só empregou tinta suave, mas cuja composição garante que a pintura será indelével.

O Jornal do Commercio:

Esse capítulo consagrado ao ex-imperador do Brasil é certamente, como documento, o mais importante de toda a obra, e D. Pedro II se nos revela aí com aquela resignação e longanimidade estoica diante do infortúnio, que tantas vezes lhe valeram ser comparado a Marco

Aurélio... A figura do velho soberano avulta idealmente através das linhas desse capítulo com a nobreza de sentimentos a elevação de caráter, que a história já deixou passar em julgado.

Na *Cidade do Rio*, jornal cuja bandeira sempre foi a República, o Sr. Alberto de Carvalho, republicano intransigente de todos os tempos:

Para nós todos, o livro concentra-se nestas páginas (as consagradas ao Imperador).

Ele converte-se em um quadro pungentíssimo. Fere fundo o coração. Comove intensamente o espírito. Agita, pode-se dizer, o vulto da morte, em derredor do nome e da memória de D. Pedro II. Evoca-a, renovando-a para a o leitor, a lenta agonia do ex-imperador. Mostra-nos aquele ancião, coberto de cabelos brancos, trêmulo e vacilante, e querendo levantar-se e não o conseguindo, como que já preparando-se a descer ao túmulo, na lívida apoteose do exílio e do abandono... É preciso fazer calar todas as divergências políticas diante da morte, que parece mais cruel ainda no exílio.

O Sr. Valentim Magalhães, ardente republicano:

O mais notável capítulo, que é o *clou*, o sucesso, a *great attraction* do livro, do que se refere desenvolvidamente a D. Pedro de Alcântara. São páginas traçadas — direi antes —, tocadas — como se diz nos quadros —, com tanta delicadeza e sentimento, colorida tão macia e doce, luz tão melancólica, que não se desdouraria, assinando-as, a pena que pintou *Os Reis no exílio*. O vulto do inditoso monarca surge delas majestoso, épico, colossal, banhado em cheio de um clarão suavíssimo de poesia, como a estátua do dever santificado pelo martírio. Os mais prevenidos contra o nosso ex-imperador, aqueles mesmos que o odiassem, não resistiriam ao poderoso influxo de piedosa simpatia que ressumam estas páginas vibrantes de comoção, em que se descobrem sulcos de lágrimas. Faz bem lê-las, porque não há brasileiro, por mais radical e rubramente republicano, que se não orgulhe de ser compatriota e de

haver tido por chefe supremo aquele homem extraordinário, que teve o raro e sublime heroísmo de subir — caindo, de superar e vencer o infortúnio, a perda do trono, dos haveres, da própria pátria com a serenidade ativa de um filósofo e a resignação de um justo.

A desgraça é o crisol dos fortes, é a pedra de toque dos heróis. Resistir de pé, sem um calafrio de temor, nem um grito de ameaça estéril à onda encapelada e rugidora do infortúnio ver-se improvisadamente despeñado do fastígio do poder e das honras ao abismo sombrio e gélido da deposição e do banimento, sem um queixume, sem um protesto, sem um gesto de súplica nem uma palavra de irritação; atravessar calmo, digno, impassível, rigores, desdêns, ingratidões e afrontas... é força, é grandeza, é heroísmo que raros exemplos nos conta a história e que basta um só para honrar uma pátria e assombrar um século. Bem haja o moço ilustre por haver trazido o seu insuspeito testemunho pessoal — preciosa pedra lavrada — para a ereção do monumento que a verdade a construirá imperecedouro à memória sagrada do grande vulto.

Agenor, pseudônimo de eminente homem de letras, na *Gazeta de Petrópolis*:

Pertencem desde já e devem pertencer à história as palavras, ideias e explicações proferidas e trocadas nas conferências que o Imperador teve com o laureado autor dos *Vultos e Fatos*. Bem vivas, patentes, irrecusáveis de verdade são todas aquelas tocantes informações do mais alto valor moral, que nos deixam ver, sem a menor sombra, o íntimo do imortal exilado, sua admirável serenidade na desgraça, seu coração de inexcedível magnanimidade, o pensamento sempre voltado para a pátria, preocupação constante da sua longa existência, do seu reinado de cinquenta anos.

Estevam Leão Bourroul, o impertérrito redator do *Protesto*, de São Paulo:

A alma nacional encontrou um eco de suas dores, de suas aspirações, e de suas saudades, ante a cabeça alva e veneranda do primeiro dos

brasileiros, tão suave, doce e eloquentemente evocado nas páginas palpitantes de amor filial e patriotismo dos *Vultos e Fatos*. A obra do Sr. Affonso Celso não é somente um bom livro: é uma boa ação. Que contraste entre a figura olímpica de D. Pedro II e as figurinhas vulgares dos chefes de Estado que nos são apresentados na primeira parte do volume! É o contraste não procurado, filho da força das cousas, entre a Monarquia do Brasil e as republiquetas que o nosso governo procura macaquear.

O Visconde de S. Boaventura, redator do *Correio Manhã*, de Lisboa, em carta ao autor:

Do livro foi pena que não viessem exemplares para a venda em Portugal: não faltariam compradores, à vista do sucesso que tiveram as transcrições que fiz no *Correio da Manhã*... O exemplar que primeiro me veio às mãos foi o de Pinheiro Chagas. Este gostou muito, especialmente do capítulo referente ao Imperador. Esse capítulo é, sob todos os pontos de vista, uma boa obra. Ouvi a alguém que você extasia-se diante de D. Pedro. É verdade, mas a veneranda figura do velho monarca é digna desse êxtase.

O Dr. Arnaldo de Oliveira, ilustre magistrado:

Há um capítulo que não me agradou somente... enlevou-me. É o relativo a Pedro II. Desde que ele caiu, não teve maior admirador do que eu. Com sua morte, a admiração tornou-se culto. O livro produziu-me este efeito: sinto-me feliz por ser seu patrício, tenho orgulho porque fui súdito de Pedro II, homem que na segunda metade do século só encontra um que lhe seja comparável: Pio IX.

A Exma. Sra. D. Amélia Gomes de Azevedo, inspirada escritora:

Repeti por diversas vezes a leitura do tocante capítulo — D. Pedro II — que muito me comoveu. Esse grande vulto, pela sua singela grandeza, pela dupla coroa que lhe cinge a fronte augusta — a de mártir e a de imperador — terá no coração de todo brasileiro que se preze de o ser

um altar para a veneração de sua memória, que a história conservará. Não tenho aptidões para apreciar o Imperador como político; considero nele unicamente o homem benfazejo, esse protótipo da generosidade e da grandeza d'alma. Quem não sentirá verdadeira emoção ao lembrar-se do glorioso brasileiro arrastando no declínio da existência, em terras estranhas, a dor pungente da ingratidão dos seus?!

O Sr. Léo de Affonseca, distinto jornalista:

Fez-me bem aquela sã leitura. O capítulo D. Pedro II, tão sincero e tão tocante, consola e dá coragem aos bons.

O Dr. Bernardino Pamplona Junior, emérito publicista, agricultor esclarecido, signatário do manifesto republicano de 1870:

O capítulo D. Pedro II, em sua eloquente simplicidade, me comoveu bastante, em nada me surpreendendo, quer com referência ao grande homem — o primeiro deste século — quer sobre o nosso povo, sem qualificação possível.

Desde moço faço a respeito deste último um juízo seguro; e uma das provas encontra-se no fato de, sistematicamente, ter-me abtido das posições políticas, durante 18 anos, somente aparecendo quando a situação agrícola do nosso país e a fraqueza da Coroa exigiam o concurso de todos os bons cidadãos! Sendo o meu amigo dedicado à Família Imperial, terá satisfação em saber que a 28 de setembro rezou-se na capela de nossa fazenda uma missa em ação de graças a Isabel — A Redentora. O motivo, aquela data o está indicando.

O Visconde de Taunay:

Tudo quanto se refere ao Imperador, o grande patriota, cuja magnanimidade e elevação moral foram realçadas pelas mais cruéis desgraças, tudo quanto a seu respeito o amigo conta com tamanha eloquência e singeleza, pintando-lhe o caráter, a nobreza e sinceridade em

rapidíssimas frases, isso há de ficar para sempre — precioso documento que jamais poderá ser esquecido.

Quantas vezes me assomaram as lágrimas aos olhos!...

O Dr. Feliciano Penido, um dos espíritos mais íntegros, lúcidos e austeros da moderna geração:

Podes-te ufanar de teres alcançado um grande triunfo literário tratando a figura do Imperador na altura que ela o merecia, pois considero superior a qualquer engenho escrever bem a respeito de quem se pode dizer com verdade: é preciso voltar dezoito séculos atrás e caminhar um século para diante para encontrar na história da realeza os traços morais dessa grandiosa figura americana — Marco Aurélio do século XIX.

E Aluísio Azevedo, o notável romancista nacional, uma das individualidades mais eminentes e simpáticas do nosso mundo literário:

O capítulo sobre D. Pedro II, incontestavelmente a melhor joia do escrínio, comoveu-me tanto como o que eu de melhor e mais humano tenho lido e gozado em literatura... Transpira dessas páginas honestas e benfeitas um perfume de sinceridade e contida revolta que servem admiravelmente de fundo claro e simples à trágica figura do velho Imperador destronado, dando-lhe proporções olímpicas. Chega-se a pensar no Moisés, de Michelangelo. Sente-se respeito defronte daquela austera e sofredora figura de longas barbas brancas. Mas o respeito é o de menos, ama-se D. Pedro II lendo-se aquilo. Elas, nesse ponto, conseguem mais do que tudo o que se escreveu a favor do pobre grande homem. Eu, que nunca noutro tempo amei o Imperador, senti o coração vergonhado de remorso pelo mal e pelas injustiças que lhe fizeram os seus mais protegidos afilhados. A altiva resignação do príncipe ultrajado, que você tão poderosamente pinta no seu quadro, arranca d'entre a vida vulgar do nosso tempo a venerável figura daquele bom velho e leva-o de rastros, num só voo, para junto dos consagrados e legendários heróis dos primeiros sonhos e dos primeiros martírios da humanidade!



Episódio que omiti nos *Vultos e Fatos*:

Conversava eu um dia, em Paris, com o Imperador, sobre as numerosas adesões que o governo ditatorial ia obtendo no Brasil. Citava, com magoada surpresa, certos nomes, aliciados por um ex-deputado conservador que se convertera em gracioso corretor de aplausos para o despotismo triunfante.

Recordei a frase de Carlos de Laet: — “Estendeu-se sobre todo o país um enorme emplasto adesivo. Sua Majestade sorriu.” Mas, depois de breve silêncio, observou com gravidade:

Isso que ora se dá em nossa pátria sempre se deu e se há de dar em todos os séculos em todas as regiões. Que sol nascente deixou jamais de produzir calor e movimento? Deve-se julgar os homens pelo que eles são realmente e não pelo que desejamos ou sonhamos que sejam. Não se pode exigir de ninguém heroicidades. Não é pouco cumprir deveres comezinhos, seguir sem hesitações a linha reta da probidade vulgar. Feliz da consciência onde a recordação de todos os atos, nem já de uma vida, mas de um simples dia, calmo e normal, não projetar alguma sombra de dúvida. E em política, infelizmente, as regras morais são, no geral, consideradas como flexíveis, e assaz amoldável o critério dos julgamentos. As adesões de que o sr. fala provêm de propensões naturais. Não creio que exista insinceridade nem cálculo nos respectivos autores.

O novo regime surgiu revestido de aparato, apoiado na força pública, rico dos recursos que lhe deixamos, fértil em esperanças e

valiosas promessas. O modo inopinado como a mudança se efetuou feriu as imaginações, atribuindo-lhe foros de maravilhoso. Daí o magnetismo que ele exerce, perfeitamente explicável, e comparável à ação hipnótica dos objetos brilhantes sobre determinadas retinas. Não condenemos a quem quer que seja; lamentemos apenas a ilusão em que se acham e meditemos sobre a contingência das condições humanas.

Virá em seguida o arrependimento. Se a monarquia voltar, de adesões não há de sentir falta e igualmente espontâneas, com idêntico entusiasmo e verdade. Na Roma contraditória e agitada de Mario, Sila, Pompeu e César, quantas adesões! Cícero aderiu repetidas vezes. Mereceu louvores gerais na França hodierna a adesão de Thiers. Contou entusiásticos adesistas a comuna de Paris em 1871 e conseguiu dominar durante dois meses a capital do mundo. Seria curiosíssima e instrutiva a história do adesismo neste país, no decurso dos múltiplos regimes que se sucederam de 1789 até a atualidade. Em suma: nada autoriza a se considerarem os brasileiros mais versáteis, ingratos ou servis que o resto da humanidade.

Quanto a mim, amo-os como sempre, e sempre os amarei. Quem me dera poder acabar com meus dias entre eles! Com fundamento, apenas se lhes imputará o defeito de deprimirem sistematicamente o que é seu, exalçando o que a outros pertence. Exageração, talvez, de uma qualidade preciosa nos indivíduos; porém inadmissível nas nações — a modéstia. Cumpre que no patriotismo vibrem vaidades, amor-próprio, altaneria: falece-nos isso; mas há de vir. O sr., que é moço, deve desarraigar de sua mente a funesta tendência para o sentimento da subalternidade pátria. Cultive o orgulho de haver nascido brasileiro; desenvolva-o, propague-o. Embeba dele, se puder, a alma nacional, e será benemérito do futuro. Com esse orgulho superam as nacionalidades crises mortais. Aviltam-se sem ele. É meio caminho para a grandeza; uma das asas do progresso e da glória.



Mas, indagará V. M., compartiremos acaso, eu e os meus, essa veneração enternecida de que, indubitavelmente, goza hoje no Brasil a memória de meu pai? Disparam-se infundadas prevenções? Tributar-se-á, enfim, justiça cabal às minhas intenções, ao meu procedimento, à minha índole?

— Sim — responderei afoitamente, sem recear contradita senão por parte de espíritos obscurecidos de intencional cegueira.

Proceda-se a um vasto inquérito e verificar-se-á que presentemente a inúmera maioria da população preza e ama V. M. muito mais do que quando, ante o mundo enlevado, merecia V. M., a Rosa de Ouro do Soberano Pontífice, entre aclamações de todos os patriotas e hosanas de uma raça inteira redimida.

E esses sentimentos hão de ir forçosamente crescendo, sob o influxo reparador do tempo, até que a glória de Isabel a Redentora e a de D. Pedro o Magnânimo se identifiquem na mesma apoteose imortal.

Em primeiro lugar, V. M. encarna as tradições, os exemplos, as inclitas normas, as virtudes cívicas e privadas do seu progenitor. Deve suceder-lhe no prestígio, quando menos porque, acatando-se a V. M., se acataria implicitamente ainda a ele, que tanto estremecia a sua digna filha, de quem formou o caráter e o coração.

Na desgraça, pedra de toque dos fortes, emula com a dele a sobranceira de V. M.

As provações que nobremente curtiu, a simples circunstância de sua preclara hereditariedade, deparam a V. M. títulos inconcussos a legítimas reivindicações.

Acresce que durante três vezes assumiu V. M. a direção do Estado e qualquer desses períodos se assinalam por inolvidáveis iniciativas em prol do progresso e do bem.

Basta notar que, no dizer de conceituoso escritor, coube a V. M. a fortuna de despedaçar um a um os elos da cadeia da escravidão que pesou por mais de trezentos anos sobre milhões de infelizes. A abolição gravou de tal modo o nome de V. M. nas páginas da história que, passem embora os séculos, extraordinárias se mostrem as novas conquistas da realeza a favor do destino dos povos, V. M., diante do gênero humano, será uma personagem eternamente legendária.

Só a pouco e pouco se irão patenteando os benefícios morais, sociais e econômicos da libertação dos cativos.

Redunda cada um deles em honra de V. M., que para alcançá-los não trepidou em sacrificar abnegadamente o seu trono.

Quando atingirem a plena expansão, devolver-se-ão a V. M., sob pena de falharem os inamalgáveis princípios da lógica universal, o alto quinhão de reconhecimento e a primazia superna que direito lhe competem.

Em V. M., por fim, se concretiza a ideia do Império. E o Império foi a fase áurea do nosso evoluir. No decurso dele, inúmeros degraus galgamos na escada da civilização. Éramos um povo respeitado e forte. As velhas nações poderosas nos designavam como juiz em suas contendas, curvando-se à nossa decisão. Nosso crédito emparelhava com o dos mais prósperos governos. Dispúnhamos de confiança universal. No interior, tínhamos paz, ordem, garantias, moralidade. Funcionava a administração com a regularidade desejável. Invioláveis os direitos do cidadão. Dominante a opinião pública. Vivíamos prósperos e felizes. Auspicioso se nos antolhava o mais remoto porvir. Iluminavam-nos principalmente a máxima liberdade, a tolerância absoluta. Constituíamos a consoladora exceção da América Meridional, nada invejando, sob múltiplos aspectos, a grandiosa confederação do norte.

Carecia de raízes e de tradições a Monarquia no Brasil, bradava o eterno grupo dos incontentáveis.

Raízes e tradições republicanas, ao contrário, é que nos faltam. Sobretudo se, como República, se deve aceitar isso que domina na generalidade do continente e nos infelicitiza desde 15 de novembro de 1889.

Simbolizando esse passado de florescência, contará V. M. pelo menos com a reverente saudade das consciências que se não conformarem com as misérias da atualidade e não desesperarem de salvação. E, mercê de Deus, aumenta de hora em hora o respectivo número.

Quanto ao régio esposo de V. M., também se vão desfazendo uma por uma as inverdades, calúnias e juízos temerários irrogados contra o seu caráter por apaixonado nativismo.

Considera-se nele o concidadão excelente, o general em chefe que libertou o Paraguai do despotismo e da escravidão, o conselheiro de Estado erudito e criterioso, o funcionário modelo e desinteressado, o príncipe consorte corretíssimo, o pai de família modelar, que por 25 anos, entre nós, deu provas constantes de raros predicados públicos e particulares, formando um lar genuinamente brasileiro, esforçando-se por tornar seus filhos brasileiros — prestantes e fazendo a felicidade de uma brasileira ilustre — V. M.

Completa surpresa, mesmo para seus autores, o êxito do levante militar de 15 de novembro. Apoderaram-se inopinadamente os triunfadores dos arquivos do Império. Esmerilharam-lhe os documentos mais íntimos, escancarando e esquadrinhando os recessos escusos da sua política e administração.

Interpretadas a jeito, escreveu um moralista, em duas únicas linhas traçadas por um homem encontrar-se-á sobejo motivo para mandar à força esse homem.

Eles tudo farejaram sofregamente.

Exaltava-lhes o ódio, a ânsia frenética de descobrir alguma cousa que desconceituasse o poder deposto, impressionando o sentimento popular.

Quanto não daria por um pequeno papel comprometedor, ou que oferecesse margem à exploração de comentários hostis! Precisavam disso até para justificar e nobilitar a revolta.

E nada lhes aproveitou, a despeito de desesperados tentames.

Quedaram despeitados e impotentes.

E que nada, efetivamente, poderiam achar que os não confundisse, dignificando o extinto regime.

X



Aludi às misérias da atualidade. Naturalmente acoimar-se-á de suspeita a minha apreciação. Peço vênica, por isso, para transcrever alguns conceitos de imparcial e competentíssima autoridade, radical histórico, crítico e filósofo de notável mérito, constante observador dos nossos fenômenos sociológicos.

Apresentando-se candidato a deputação pelo Distrito Federal e derivando os seus títulos de um passado de mais vinte anos de coerência republicana e de lutas travadas em prol da vida espiritual do país, escreveu o Sr. Sylvio Romero, a 7 de fevereiro do corrente ano:

É a hora dos grandes desenganos, dos profundos abatimentos. O Brasil é um país de descontentes.

É a definição que mais lhe pode quadrar. De alto a baixo, desde o Presidente da República até ao mais obscuro e desprotegido da sorte, passando por ministros, senadores, magistrados, banqueiros, magnatas de todos os feitios, é o descontentamento que lavra. Mas há os descontentes *vítimas* e existem os descontentes, não direi algozes, porém, *autores*.

Aqueles são o povo que geme angustiado, porque só conhece do novo regime o sequestro da liberdade, o menosprezo de seus direitos, as dificuldades da vida, o exagero dos impostos e quase as agonias da fome, que lhe vai entrando em casa, amarrada e presa a carestia dos alimentos.

Os outros, os *autores*, são os intitulados chefes, que se desconsolaram de sua própria obra, porque não a souberam fazer, e o não souberam,

porque não tinham competência na ideia, nem largueza de ânimo no coração para a elevarem forte e justa, acertada e digna, a ser amada pelo povo. E este vingam-se de tantos desacertos com a indiferença sistemática, a abstenção calculada. Vede as eleições... É a desestima da nação pelo modo por que a tratam os seus ditadores, e esse divórcio crescente entre o povo e a classe que se apossou do governo deixou criar entre nós um grupo de *politicians* que assestou baterias nas cumeadas do poder e de lá impõe silêncio às consciências. Mas essa acrobacia política firma-se em um equilíbrio instável; há de vacilar e cair, porque lhe falta a base segura da opinião nacional.

É mister que acabe essa política homeopática, em cuja fatura a nação tem entrado em uma dinamização infinitésima.

O povo brasileiro tem feito contra essa política apenas a guerra do tédio, o assédio do abandono, a revolução do desprezo.

Qual o estado do país sob o ponto de vista político-social?

Não é ocasião de desenvolvê-lo em análise minuciosa; mas pode-se lhe dar uma ideia em síntese rápida.

É só olhar para o povo e para o governo, tomando-lhes os sinais mais característicos.

Vamos ver. A população nacional, considerada em seu conjunto, de norte a sul, do mar aos sertões, atravessa a pior das crises, e para a qual não contribuiu em um milésimo, porque foi o primeiro presente que o descaso do poder lhe fez, a tremenda crise econômica, solapadora de todos os recursos do pobre, tornando-lhe desesperada e amaldiçoada a vida.

Este sintoma, que a sabença governamental nem sequer pôde ainda definir e estudar em suas causas, não tem sido, por forma alguma, aliviado em mais de dois anos de desatinos financeiros.

E é mister haver perdido todos os estímulos do bom senso para lhe desconhecer a gravidade.

Em um país em que a vida em geral não tem o menor incentivo para o belo e para o grande, porque a sua cultura espiritual é quase nula e os encantos da vida social, os prazeres da civilização não existem; em um país onde o molde constante do viver é ainda rudimentar, e onde a

pobreza é a regra generalizada, ao povo paciente e já tão maltratado vieram tornar ainda mais pesada a carga da própria existência material...

O povo está atacado nas fontes diretas de seu inglório viver.

Para falar a linguagem positiva dos fatos: não tem recursos para comprar o alimento diário, a péssima carne, o amaríssimo pão que o sustenta. Situação que seria aflitíssima para qualquer governo que soubesse que não é por luxo que os povos pagam governos; situação sorridente para esse *serzedelismo pachola*, que é hoje o governo do Brasil.

Na vida moral e política, as liberdades, as chamadas liberdades *necessárias*, estão aniquiladas.

A liberdade de imprensa tomou o aspecto de irresoluta timidez, diante das ameaças que lhe surgem, ou sob a forma de arruaças, ou sob o aspecto de contestações ministeriais, ásperas no tom, provocadoras nas reticências, insólitas nos epítetos.

A liberdade eleitoral é uma farsa em que é principal motor a fraude, e, quando ela não basta, campeia, na própria Capital Federal, o cacete dos capangas. A liberdade de reunião só é praticamente realizável a apangados do governo; fora deles é um perigo tentar pô-la em execução.

Mas esse povo abatido, humilhado, por mais enjoo que tenha aos seus ditadores, não pode de todo esquivar-se às relações com a administração pública. Qual o caráter predominante agora nessas relações? O desgosto, o constrangimento, porque ineptamente perturbaram todos os serviços nacionais.

Invertendo o axioma de que a natureza e a política não fazem saltos, os recentes governos brasileiros desmantelaram o antigo edifício jurídico-administrativo.

Fácil era retocá-lo, tornando-o expedito. Fizeram o contrário, sobrecarregaram-no de molas inúteis, morosíssimas. Quereis a prova?

Não precisa ir muito longe; não precisa entrar nas grandes repartições públicas, nas secretarias de Estado; basta ir aos tribunais, onde o povo tem relações mais constantes, interesses mais imediatos; basta ver o que foi feito na organização judiciária deste Distrito Federal. Tendes aí a prova provada da inegável verdade.

Embaraços em tudo, embaraços por toda parte; dir-se-ia que a administração brasileira é a sistematização da delonga e da chicana...

E a instrução, que vale ela?

Tornaram-na para o povo puramente *nominalista* pelo caráter vistoso, pedantesco de um enciclopedismo inadequado, impossível.

Cousas para inglês ver, diziam nossos antigos; iscas para nossa bazófia, deve dizer-se hoje em dia.

Assim é, mais que nunca, exato asseverar que o rifle do soldado e o papel de imposto do exator de fazenda são ainda e sempre as duas formas supremas das relações do poder com o povo brasileiro.

— Olhemos diretamente para o governo: que tem ele feito?

Que o diga o abismo das finanças desmanteladas, do crédito nacional abatido, das despesas públicas quadruplicadas, e nesse crescendo significativo da desordem econômica, o ritmo, ainda mais significativo, do câmbio para os degraus inferiores...

Que o diga o desequilíbrio da política interna, onde a subversão geral de governadores, congressos, tribunais e intendências deixou estatelada a consciência pública, que ainda não pôde revocar-se do pasmo diante da anarquia magna do Rio Grande do Sul, imenso distrito de vergonha, que nos humilha perante o mundo civilizado.

Que o diga a desordem existente em todas as classes, nomeadamente naquelas que deviam ser as mais disciplinadas, a cujo aceno o governo curva-se submisso, por lhes estar jungido, sem autonomia, como criatura passiva a despótico criador...

Que o diga a nobre e digna magistratura brasileira, hoje quase por toda a parte avulsa e perseguida por se negar à sanção de abusos, tendo de ceder seus lugares a caloiros, ou ficar sob a pressão de ameaças do poder.

Que o diga o próprio Congresso Nacional, onde os melhores talentos tiveram de calar-se, para abrir espaço à ousadia de um charlatão, arvorado em publicista, que tomou a tarefa, designada a dedo, de justificar as patranhas governistas, torturando o direito anglo americano na linguagem mascava da mediocridade à soldada.

Que o diga o desaso da política exterior, onde não se sabe o que mais possa humilhar, se à arrogância das reclamações estrangeiras, que

brotam dos erros governamentais com a mesma fertilidade dos cardos nos campos sáfaros, se à desconsideração acintosa dos argentinos subscrita a nós nas resoluções de seu Conselho Nacional de Higiene!

Que o diga o desnorteamento moral de todos os incentivos e impulsos sociais; porque o governo deixou de ser uma comissão da nação, melindrada pela responsabilidade constante, iniludível do dever, para converter-se no manejo adequado ao arranjo da próxima candidatura presidencial da parte do mais pretencioso dos atuais ministros.

Que o diga a recente capitulação, humilhante e cavilosa, movida apenas por interesses particulares, do governo diante de algumas figuras das mais comprometidas do passado regime.

Que o diga o conjunto da vida nacional imergida em desalento, onde tudo emudeceu, — a poesia, a arte, a ciência; onde se calaram todos os surtos da inteligência para abrir margem à ganância, à sordidez lucrativa de uma política nefasta...

XI



Se, porém, tão sombrio quadro traduz a verdade dos fatos, admira como não se proteste e reaja energicamente... Que fazem os homens sãos dos antigos partidos, que não se agremiam e organizam a resistência contra tantos desvarios?

Acodem estas reflexões mui naturalmente a quem só pela rama observa a marcha dos acontecimentos. Estudando-os com cuidado e ponderação, reconhecerá que não assiste procedência à censura.

Para responder a ela, transcreverei ainda excertos do precioso documento político, dado a lume no Pará, há meses, e assinado pelo conselheiro Tito Franco de Almeida, Dr. Jayme Pombo Bricio, Clementino José Lisboa, Barão de Anajás, Joaquim Victorino de S. Cabral, A. Victor Danin e Barão de Bacellar — documento cuja repercussão foi intensa no país:

Não acompanhamos o carro de troféus dos homens de 15 de novembro de 1889.

Não sufragamos a doutrina dos fatos consumados.

Recusamos o nosso concurso à dolorosa experiência do regime dos atos de força.

O nosso patriotismo não contempla o passado, tem vivas saudades dele; não lastima o presente, condena-o; não é fruto do fanatismo, é filho da virilidade de caráter, da sinceridade de convicções profundas, do amor às virtudes cívicas; não calcula — reflexiona e medita;

não desespera do futuro da pátria — espera com plácida confiança melhores dias, após os atuais de suprema tristeza e penosa provação.

Vamos fundamentar a nossa convicção.

Expondo os seus motivos e razões, os seus alicerces e sustentáculos; não abrimos polêmica; não a desejamos, porque todos veem, sentem e apreciam coação civil e política em que vivemos; não a queremos para evitar pretextos — ou de perseguição dos montanhesees, ou de bonomia dos girondinos.

Homens do antigo regime, confirmamos apenas a nossa atitude ante as novas instituições.

No dia 15 de novembro de 1889 quebraram-se as tábuas das nossas instituições e leis, levantando-se sobre seus destroços um trono — em que assentou-se — o militarismo, a quem a Constituição de 24 de fevereiro deu foral de instituição nacional permanente, com membros obedientes somente aos seus superiores hierárquicos (art. 14).

Aquele dia representou um ciclone a varrer e a devastar as capitais das províncias do Império, a quem a novidade inesperada da proeza audaciosa atordoou, habituado como estava o povo a uma paz otaviana, completamente desarmado por índole e costumes, inexperiente nas arremetidas da caudilhagem, e sob o grande peso ainda da transformação do trabalho, que tão próxima e tão profundamente havia abalado o país inteiro. Banidos os representantes da monarquia, expelidos de todas as relações oficiais os que pertenciam à confissão monárquica, tornou-se absolutamente impossível evitar a experiência da nova instituição do militarismo.

— Há tempos, disse Pio IX em 28 de janeiro de 1872, em que tudo nos avigora e convida ao trabalho; há outros em que os braços caem como languescidos.

Eram estes os dias que começaram a viver os monarquistas de caráter e convicções.

Tivemos paciência e resignação de Jó; como ele, julgamo-nos exilados e na desgraça, sentindo pungentemente as tribulações sem-número

infligidas ao Brasil; mas, como ele, não perdemos a fé da bonança depois da borrasca, das consolações após as penas.

Quem hoje protesta nos clubes, nas assembleias, na imprensa, nas urnas eleitorais, contra o novo regime?

Respondemos:

Protesta tudo, protestam todos — à exceção do militarismo revolucionário — que evita os clubes matando a liberdade de reunião; que só tem assembleias suas, porque as urnas eleitorais são dele, não do povo; que veda a liberdade de imprensa, que tem sofrido os mais inauditos atentados sem a mínima punição.

Protesta tudo, protestam todos — à exceção do militarismo reator —, como é prova eloquente o silêncio sepulcral que vai rodeando o novo regime, silêncio manifestado na abstenção eleitoral em todo o país, como é exemplo esmagador o que vem de dar agora o município sede do Governo Federal.

Protesta tudo, protestam todos — à exceção do militarismo já retalhado, dividido em campos irreconciliáveis de vencedores e vencidos, condenados e punidos — porque os homens do atual regime já o reconhecem e declaram — *produto da força* — que, se foi uma das origens históricas do direito e dos governos — *no berço da humanidade* — não pode sê-lo hoje, no fim do século XIX, diante das conquistas da ciência e das cintilações da civilização, porque a sanção dos fatos consumados pela força equivaleria à sustentação da doutrina absurda de que uma injustiça de *fato*, coroada de bom êxito, prejudica a santidade do *direito*.

Protesta tudo, protestam todos — à exceção do militarismo, já sem a cabeça e braços de 15 de novembro —, como prova a atitude resignada de tantas vítimas inocentes; a resistência moral, verdadeiro *non possumus* do mais elevado sentimento político; a inércia que não geme; a passividade que não se queixa; a longanimidade que deixa, sem perturbá-las, as potestades do dia lançarem-se nos desvarios da loucura e impeli-las para o abismo que, com a inexorabilidade dos destinos humanos, tantas vezes tem atraído os maus governos para ensinamento dos povos; a abnegação dos monarquistas partilhando estoicamente das agruras das novas instituições, das mágoas causadas pela experiência que tem destruído todas

as fontes da riqueza e todas as forças vivas do país; tantos e tantos males já acumulados e que ameaçam crescer ainda a ponto de começarem a apavorar os próprios autores de tamanhas calamidades

Eis tudo e todos quanto protestam.

Não é só isto. Pela posição oficial e política que ocupava a 15 de novembro de 1889; pela impertérrita coragem no cumprimento do dever com que então se impôs à admiração dos próprios inimigos; pela serena energia com que suportou a prisão, as desgraças, o exílio; pela hombridade inalterável do seu procedimento retilíneo e altivo, sobretudo depois que voltou à terra natal, obrigado a socorrer-se, após cerca de 40 anos de indefesso trabalho, ao modesto exercício da sua profissão para prover a subsistência dos seus; pela animosidade senão temor que incute aos sustentadores da situação, que o distinguem, mais do que a ninguém, com os seus apodos e ameaças; por outros muitos predicados, em suma, que não cabe a mim recordar, ocupa indubitavelmente o Visconde de Ouro Preto a preeminência entre os estadistas sobreviventes da monarquia.

Se um partido se formasse com esta bandeira, ninguém disputaria a S. Ex^a chefatura.

Revestem as suas declarações foros de programa.

Nelas se inspiram e por elas se guiam inúmeros espíritos.

E eis o que o Visconde de Ouro Preto não há muito publicava:

Penso hoje como pensava a 15 de novembro de 1889. Tudo quanto desde então há ocorrido, apenas robusteceu, se era possível, as minhas crenças.

Forçado por imprescindível dever de cortesia a romper o silêncio que me impus acerca de quaisquer assuntos políticos e administrativos, tive ensejo de escrever o seguinte: — Sou incompatível com a República e os funcionários que a representam, sejam quais forem as modificações pelas quais esse regime, imposição da força e nela exclusivamente apoiada, haja de passar.

Não podendo combatê-la como devo, tomei a resolução que a honrra impunha: recolhi-me à vida privada. O argumento de que o serviço da Pátria deve prevalecer sobre a divergência acerca das instituições é um sofisma de consciências dispostas a transigir. À Pátria serve-se de muitíssimos modos, por exemplo, preparando-lhe bons cidadãos pela educação dos filhos e mantendo fidelidade às convicções.

Condeno as conspirações, não por desconhecer que sejam elas direito dos povos, quando a liberdade é suprimida, mas, entre outras, por duas razões:

A primeira, é que não sei, não posso, nem devo combater senão à face descoberta e faltam-me recursos, assim como segurança pessoal para fazê-lo.

Em segundo lugar, penso que o melhor, o mais eficaz meio de oposição à actual ordem de cousas é não lhe criar o menor embaraço, deixando-lhe plena liberdade de acção, entregue a si mesma, pois mais depressa revelará sua impotência para promover a felicidade do país, desiludindo assim seus próprios sectários de boa-fé.

E a abstenção vai sendo completa, faz-se o vácuo em torno deles.

Ridículas as últimas eleições na cidade do Rio de Janeiro, pela quantidade infinitésima de eleitores que compareceram, não obstante nunca vista pressão official.

XII



Beijo, ao concluir, a augusta mão de V. M., fazendo fervorosos votos para, à leitura destas linhas cordiais e amigas, pareça a V. M. que a imagem da Pátria suavemente lhe sorri entre as agruras da proscricção.

13 de maio de 1893 — eis a data em que as termino.

Evoca-me essa data, com surpreendente nitidez, o magnífico espetáculo que há cinco anos me foi dado presenciar, ao lado de V. M.

Depois de escrevê-la, depus a pena e revi distintamente a sublime figura de V. M. no Paço da Cidade, assinando a lei redentora, os olhos rorejados de pranto, oriundo não só da divina comoção que a dominava, como das desesperadoras notícias transmitidas telegraficamente de Milão, onde D. Pedro II agonizava.

— Meu júbilo — exclamava V. M. — é tão absoluto por um lado quanto profunda a minha angústia por outro.

E o povo partilhava esses sentimentos. Ei-la — a enorme multidão, fremente de piedade e entusiasmo, atulhando a praça amplíssima, invadindo o palácio, envolvendo, arrebatando V. M., osculando-lhe a fimbria do vestido, ajoelhando-se em êxtase a seus pés. Contemplo-a; ouço-lhe os brados aclamadores... Delírio, desvairamento, idolatria sem precedentes...

Quem suspeitaria, em tal momento, que, pouco mais de um ano depois, seria V. M. presa naquele mesmo edifício onde a cena imortal ocorrera, e banida do Brasil, como indigna de habitá-lo?

E que o Imperador moribundo ressuscitaria para regressar à Pátria, receber ali estrondosas ovações, e, em seguida, ver-se capturado,

deposto e banido também, indo expirar num modesto aposento de hotel estrangeiro, repousando, afinal, seus pobres restos sacrossantos no panteão bragantino, reunidos, após tamanhos transe, aos de seus extintos avós?!

Que gargalhada zombeteira não soltaria o então obscuro general Floriano Peixoto se alguém nesse dia lhe afirmasse que em breve ele se tornaria o onipotente ditador do colosso sul-americano?

E assim foi, minha senhora, e assim é.

Ninguém, à vista disto, ousará profetizar o porvir num país em que descoberta, independência, abolição, mudanças de regime — todos os sucessos notáveis da sua história — sempre se operaram de modo mais ou menos imprevisto, inopinado e anormal.

Que novas surpresas nos reservará o destino?

Cabem mil possibilidades no bojo inescrutável do amanhã.

Cheio de incertezas o futuro, pondera um filósofo, porém, mais cheio ainda de esperança.

Alto da Serra (Petrópolis), 13 de maio de 1893.

PARTE II - D. PEDRO II



Durante a monarquia, jamais se me proporcionara oportunidade de conversar com o Imperador. Encontrava-o repetidamente em conferências, festas, reuniões científicas e literárias, mas limitava-me a apertar-lhe a mão em silêncio, ou a responder com rapidez às interrogativas de banal amabilidade que ele a todos dirigia.

Uma única vez o procurara. Em julho de 1889, ao tratar o governo de organizar a missão extraordinária que devia ir aos Estados Unidos representar o Brasil na conferência pan-americana, convocada por Blaine, soube (e o fato foi público) — que Sua Majestade indicara com interesse o meu nome para um dos plenipotenciários, na mesma categoria que o notável estadista Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

Não aceitei a exímia distinção. Penhoradíssimo, entretanto, com a generosa benevolência do soberano, entendi do meu dever ir pessoalmente à Tijuca, onde se achava em convalescença, para manifestar-lhe o meu reconhecimento.

Imensa a afluência no dia em que me apresentei. Mal tive tempo de trocar com o monarca meia dúzia de frases insignificantes.

Formava dos seus predicados intelectuais e morais o errôneo conceito da maioria dos meus concidadãos.

Inteligência pouco acima do medíocre, ilustração mais extensa que profunda, bonomia filha do asceticismo, magnanimidade oriunda do pouco caso com que considerava os outros homens, tendências

absorventes por índole e hábito, gênio de bagatelas como alguém lhe chamou, coração árido, incapaz de devotamentos — eis, quais eu as supunha, as linhas características da sua fisionomia íntima.

Nenhuma curiosidade me impelia a aproximar-me da sua pessoa, o que, atenta à situação política de meu pai (aliás, pouco frequentador do paço também) e à minha própria, me houvera sido fácilimo.

Com remorso, confesso que cheguei a atacar, não raro, o Imperador na imprensa e na tribuna, atribuindo-lhe a responsabilidade exclusiva de todos os nossos males, e isto não só na fase demagógica da academia — a diátese política do meu tempo. Continuei, depois de representante de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados.

Fazia-o convencido, sem cálculo nem ambição. A prova é que publicamente me declaro contrito e me alisto orgulhoso no número de seus mais fervorosos cortesãos, quando, em vez de diadema, lhe cinge apenas a fronte a coroa de espinhos da desgraça.



Fstéril e melancólica a ilha de S. Vicente, no arquipélago de Cabo Verde, primeira terra que avistamos na viagem de exílio, quando expelidos da pátria pela sedição militar, cuja vitória determinou, a 15 de novembro de 1889, a queda da monarquia no Brasil!

Tudo nos tornara penosa e tristíssima a travessia até ali. Durante onze dias o pequeno vapor alemão em que íamos caracolara sobre ondas agitadas.

Fôramos obrigados a embarcar, considerável família, composta de senhoras enfermas e crianças de tenra idade, em poucas horas, sem os indispensáveis preparativos, na desordem e lufa-lufa de vítimas de uma revolução triunfante.

Nosso chefe, meu pai, dias antes poderoso primeiro-ministro, haviam-no conduzido preso para bordo diretamente do quartel onde estivera detido e ameaçado de fuzilamento...

Junte-se a isto a saudade dos amigos e parentes que ficavam entregues aos caprichos da soldadesca amotinada, a impressão dos acontecimentos ocorridos, as incertezas do futuro, a brusca interrupção de hábitos e comodidades, a alteração radical do nosso modo de existir, numa dessas fases críticas da vida, nas quais, no dizer de Byron, os destinos mudam de cavalos, e formar-se-á ideia do nosso estado mental ao nos aproximarmos, numa brumosa madrugada, das pedras vulcânicas que constituem a possessão portuguesa.

Subíramos todos ao convés, à busca de diversão, examinando com interesse os ríspidos contornos dos montes, pontilhados nas fal-das de raras casas brancas.

Numa curva, de súbito, o porto descortinou-se. Numerosas embarcações o povoavam. Extensos paquetes, o pavilhão inglês na popa, fumegavam prestes a partir.

Um de nós, que empunhava o binóculo, soltou uma exclamação. O verde e amarelo do tope nacional ferira-lhe a retina, flutuando em navio ainda afastado — o mais vizinho da praia.

Mas a bandeira nos era estranha; um plágio da dos Estados Unidos da América do Norte, estrelas agrupadas num ângulo, listas horizontais paralelas. Somente as cores variavam.

O vapor, conhecemo-lo imediatamente. Era o *Alagoas*, fretado pelo governo revolucionário para levar ao desterro a família imperial e alguns íntimos.

O estandarte — um dos vários usados pela nova república, antes de adotar o definitivo. O Imperador ali estava, a curta distância de nós!

Fundando, dispusemo-nos a ir, logo que as autoridades locais nos permitissem, beijar a mão dos augustos decaídos.

Soubemos pelos tripulantes dos escaleres que nos rodearam, haverem Suas Majestades desembarcado pouco antes.

A administração de S. Vicente ignorava talvez ainda os graves sucessos do Brasil. Recebera D. Pedro com todas as honras devidas à sua qualidade de soberano.

Ouvimos a salva de 21 tiros que o saudava — pela penúltima vez! Grande contrariedade nos estava reservada: não nos era lícito descer à povoação e nem sequer comunicar com o *Alagoas*. Por incompreensível aplicação do regulamento sanitário indígena, quarentena absoluta tinha sido imposta ao paquete alemão.

Receber combustível e prosseguir — eis simplesmente o que lhe cumpria.

Em vão, meu pai parlamentou com oficial de saúde, que de um bote ditava prescrições. A muito custo conseguiu dele ser portador de uma carta, previamente desinfetada, para o monarca.

Imagine-se a nossa impaciência e desgosto.

Na carta, comunicava meu pai ao Imperador, que, obrigado a expatriar-se com todos os seus, soubera, ao entrar naquele porto, da presença de Sua Majestade.

Na impossibilidade de ir pessoalmente beijar-lhe a mão e apresentar-lhe respeitosas homenagens, assim como a toda a augusta família imperial, servia-se do meio único que lhe era facultado, fazendo sinceros votos pela preciosa saúde de todos e próspera viagem. Seguiria em poucas horas para Hamburgo, de onde tomaria destino.

Procurámos matar o tempo observando os prodigiosos exercícios natatórios dos negrinhos de S. Vicente. Em se atirando à agua uma moeda, mergulham, totalmente nus, de cabeça para baixo, e vão disputá-la no fundo, voltando o vencedor à tona, com ela na boca. Outras vezes, mediante módica retribuição, passam por sob a quilha do vapor, ficando submersos longo período.

Entretanto, não despregávamos os olhos ansiosos do transporte brasileiro, tentando divisar rostos amigos nas figuras que lá se moviam sobre o convés.

Afinal, no meio de um grupo, assomou vulto imponente que a todos sobrelevava pela nobreza e altura do porte.

Acenamos com os chapéus e com os lenços, reconhecendo o Imperador, que pouco se demorara em terra.

Do *Alagoas* corresponderam. Durante alguns minutos trocamos assim afetuosos sinais.

E entre os alvos fragmentos agitados, sobressaía a brancura da longa barba branca do régio ancião.

Horas depois, destacou-se do *Alagoas* e dirigiu-se para o nosso lado um escaler. Acompanhado do Dr. Sthol, o Barão de Loreto trazia a resposta de Sua Majestade para meu pai.

Não nos foi dado o prazer de apertar a mão aos emissários, à vista das absurdas determinações da higiene ilhoa. Mas conversamos longamente, embora à distância, sobre cousas do nosso Brasil, enquanto, interessados e surpreendidos, os nossos companheiros de bordo,

ingleses e alemães na maior parte, nos observavam, discretamente afastados, em grupo silencioso.

Muito amistosa a missiva de D. Pedro. Tratava meu pai com meiga familiaridade, deplorava não poder vê-lo, esperando encontrá-lo em breve na Europa.

Na sua epístola, meu pai não formulara queixa alguma. A do Imperador, todavia, terminava assim: “Console-se, como eu, procurando servir ao Brasil em qualquer parte do mundo”.

À tarde, levantamos ferro, deixando o *Alagoas* ainda ancorado. De novo, em ambos os vapores, longamente se sacudiram os lenços em despedida. Único meio fácil de correspondência entre os dois bandos de náufragos da procela sediciosa!



Partíramos do Rio de Janeiro com direção a Hamburgo. Moléstias e ausência de vestuários adequados para arrostar naquela cidade o inverno, que se anunciava rigorosíssimo, nos forçaram a descer em Tenerife, capital das Canárias.

Esperamos ali oito dias navio que nos transportasse a Lisboa.

Nosso primeiro cuidado, chegando a este porto, a 14 de dezembro, foi pedir notícias da família imperial.

Achava-se ela na capital portuguesa, alojada em hotel, havendo recusado hospedagem gentilmente oferecida nos paços do rei.

Procurou-nos, logo após o desembarque, o Barão de Loreto, comunicando a meu pai que Sua Majestade lhe queria falar.

Ponderou meu pai que só no dia seguinte poderia obedecer, por falta de trajo próprio, visto como as nossas malas estavam retidas no lazareto.

O Imperador ordenou que comparecêssemos como estávamos, e, de fato, fomos apresentar-lhe nossas homenagens com roupas de bordo — em meio das cerimoniosas *toilettes* de outros visitantes.

Cordialíssimo o acolhimento. Sua Majestade referiu-se à revolução, revelando isenção e serenidade admiráveis. Parecia perfeitamente resignado com a perda do trono. Preferentemente orientava a conversação para os estudos e visitas que tencionava realizar em Portugal. Nem a mais leve palavra amarga, nenhuma queixa ou recriminação.

Falando alguém das possibilidades da restauração, interrompeu:

— Jamais conspirarei para voltar, nem desejo conspirarem em meu nome; mas se me chamarem espontaneamente, não hesitarei um segundo: regressarei sem detença e com satisfação.

A Imperatriz, porém, não lograva dissimular a mágoa que lhe ia na alma.

A fisionomia abatida, lágrimas na voz e no olhar, exclamava:

Mas que mal fizemos nós àquela gente para nos tratarem assim!.... Não imaginam quanto foi cruel o meu embarque alta noite e na Ilha Grande... O mar estava muito forte... Eu tenho medo do mar bravo... Não conseguia dar um passo... As pernas se me recusavam a andar... A escada do vapor, não pude subi-la. Creio que me carregaram, sofrendo dores agudas. Não sei realmente que crime pratiquei contra aquele povo que amo tanto. E depois, de modo tão inesperado! Ignorava que nos odiassem... Sou tão amiga do Brasil! Não o esquecerei nunca... Tenho tido imensas saudades de tudo, de todos. Eu quisera acabar meus dias no Brasil...

E o seu tom angustioso, mais que as suas frases, dava vontade de chorar.

Várias vezes voltamos ao hotel, recebidos sempre com tocante singeleza e lhanura.

A 10 de dezembro publicou meu pai, no *Comercio de Portugal*, seu manifesto aos brasileiros, escrito em Tenerife, sobre o levante de 15 do mês antecedente.

À noite foi, comigo, oferecer pessoalmente um exemplar ao Imperador. Guiou-nos este a uma sala reservada, fez-nos sentar junto a si e disse a meu pai, entabulando conversação:

— Já li o seu trabalho. Está muito completo e claro. Achei-o excelente, menos num ponto.

— Qual, senhor?

— Não me pareceu muito justo a respeito do Maracaju.

— Eu não lhe fiz a menor acusação...

— Sim, mas quem ler o que o senhor escreveu...

— Perdão, senhor; só me cumpria expor os fatos como eles se passaram. Pratiquei-o com a mais escrupulosa fidelidade, com toda a calma e sem nenhum ressentimento. Não tenho receio de que me possam contestar com fundamento, porque só narrei o que presenciei, ouvi ou fiz. Cada qual tire dali as ilações que julgar acertadas. Se estas forem desfavoráveis a quem quer que seja, de quem a culpa?

— Tem razão, mas não creio que houvesse traição da parte do Maracaju.

— Nem eu; tenho-o por incapaz disso. Considero-o ainda hoje tão leal, como no dia em que o apresentei a Vossa Majestade para ministro.

— Está bem. Vou reler o manifesto. Repugna-me, repito, acreditar tivesse havido traição da parte de certas personagens, como aliás circunstâncias inexplicáveis autorizariam a desconfiar... Não sei definir... Traição consciente e premeditada — não. Trair afigura-se-me cousa mui difícil; deve exigir extraordinário esforço. E trata-se, demais, de homens com honrosos precedentes e serviços ao país. O senhor, em todo o caso, exprimiu a verdade; cumpriu o seu dever.

Dois dias mais tarde, a 22 de dezembro, partiram Suas Majestades para o Porto, a fim de, ao que se espalhou, não constrangerem com a sua presença as festas próximas da coroação de D. Carlos.

À parte a luzida corte d'el-rei, diminuto número de amigos compareceu à estação para se despedir dos augustos viajantes.

A alguns manifestou ainda a Imperatriz a sua saudade pelo Brasil e intensa ambição de regressar:

— Parece-me, disse, que a cada momento me afasto mais de lá.

André Rebouças, ouvindo-a, travou-me vivamente do braço, murmurando-me ao ouvido:

— Pobre senhora! Não adivinha a notícia que está correndo. Melhor é que se vá sem a conhecer...

— Qual?!

— Depois lhe comunicarei, pois também o interessa de perto.

Partido o trem, André Rebouças relatou-me, a palavra embargada pela comoção, que constava por telegrama recebido horas antes,

haverem sido para sempre banidos do território brasileiro o Imperador, toda a família imperial e meu pai, sendo deportado, ao mesmo tempo, o Conselheiro Silveira Martins.

— Há ainda um banido, acrescentou Rebouças. Não se sabe se você, se seu tio Carlos Affonso. O telegrama é confuso. Corramos à redação do *Jornal da Noite*, onde tenho amigos. Informar-nos-emos ali exatamente do que há.

Vimos no escritório referido, em cópia autêntica, o despacho da Agência Havas. O outro proscrito era meu tio. O governo provisório não me considerara digno da mesma honra, ou rendera talvez justiça a meus sentimentos, compreendendo que o exílio de meu pai importava o meu.

E lá fui anunciar-lhe que já não tínhamos pátria.



Seis dias mais tarde, em meio dos festejos oficiais pela coroação de D. Carlos, de súbito começou a circular triste boato:

— Morreu repentinamente no Porto a Imperatriz do Brasil.

Os vendedores de jornais vespertinos o apregoavam à turba apinhada nas ruas; mas as folhas inseriam apenas à última hora a notícia, sem pormenores nem comentários.

No péssimo hotel em que nos alojáramos (os mais confortáveis estavam repletos, por motivo das festas), tínhamos por vizinho de mesa um deputado às cortes, prestigioso chefe republicano, o Coronel José Elias Garcia.

Homem de maneiras finas e polida educação. Todavia, sua proximidade não deixava de nos tolher, pois ele próprio e, principalmente, seus numerosos visitantes, não tiravam os olhos de nós, movidos de, aliás, legítima curiosidade, seguindo os nossos menores movimentos.

Nessa noite, Elias Garcia estendeu-me, pela primeira vez, delicadamente a mão, proferindo em tom grave estas palavras:

— Sinto informar a V. Ex^a que, infelizmente, se confirmou a nova da morte da virtuosa Imperatriz. Faleceu hoje às duas horas da tarde, quase de repente, no *Grande Hotel* do Porto. O Imperador não lhe assistiu aos últimos momentos. Embora adversário em política das ideias de Vossas Excelências, deploro do coração os desgostos que os estão acabrunhando.

Meu pai deliberou partir imediatamente para aquela cidade, convidando-me a acompanhá-lo. Mas só no dia seguinte havia trem. Tomamo-lo, e, cerca de meia noite, chegamos à terra a que D. Pedro I legou o seu coração.

Vivo movimento no hotel em que jazia a soberana morta: — repórter, autoridades e notabilidades locais, curiosos enchiam as salas e escadas num vai-vém contínuo. Afiliam às centenas cartas e telegramas de condolências de todos os pontos da Europa. Esperavam-se cada momento a Princesa Imperial, o Conde d'Eu e o Príncipe D. Pedro Augusto, que se achavam na Espanha, hospedados pelo Duque de Montpensier. Em frente ao hotel estacionava dia e noite silenciosa multidão, apesar do intensíssimo frio, que a obrigava a patinhar, soprando sobre os dedos, de minuto a minuto.

O Imperador, recolhido a seu aposento, só recebia os íntimos. Meu pai, a princípio, não o queria incomodar, esperando hora mais própria (eram menos de oito da manhã quando entramos no *Grande Hotel*) para lhe falar. Sua Majestade, porém, mal soube da nossa presença, ordenou que nos dessem ingresso.

Modestíssimo o seu quarto — a um canto, cama desfeita: em frente, um lavatório comum; no centro, larga mesa coberta de livros e papéis. Um sofá e algumas cadeiras completavam a mobília. Tudo frio, desolado, nu.

Os joelhos envoltos num cobertor ordinário, trajando velho sobretudo, D. Pedro II lia sentado à mesa um grande livro, apoiando a cabeça na mão.

Ao nos avistar, acenou para que nos aproximássemos. Meu pai curvou-se para beijar-lhe a destra. O Imperador lançou-lhe os braços aos ombros e estreitou-o demoradamente contra o peito.

Depois ordenou que nos sentássemos perto dele. Notei-lhe a funda lividez, calafrios arrepiavam-lhe a cutis, por vezes.

Houve alguns minutos de doloroso silêncio. Sua Majestade quebrou-o, apontando para o livro aberto.

— Eis o que me consola... disse com voz cava.

— Vossa Majestade é um espírito superior — replicou meu pai —, achará em si mesmo a necessária força...

Não respondeu.

Depois de novo silêncio, mostrou-nos o título da obra que percorria, uma recente edição, formosamente impressa, da *Divina Comédia*.

Então, com estranha vivacidade, pôs-se a falar de literatura, revelando, a propósito do poema florentino, rara e vasta erudição.

Após uma pausa, perguntou a meu pai:

— E não pensa em regressar ao Brasil?!

— Estou banido, Senhor.

— É exato... estamos... Nem me lembrava — concluiu com tristíssimo sorriso.

E, mudando de assunto, percorreu sobre várias matérias, enumerando as curiosidades do Porto, indicando-nos o que de preferência deveríamos visitar. Não aludiu uma única vez à Imperatriz. Só quando, ao cabo de meia hora, nos retirávamos, observou baixinho:

— A câmara mortuária é aqui ao lado. Amanhã, às 8 horas, há missa de corpo presente.

Sáímos. No corredor verifiquei que o meu chapéu havia caído à entrada do aposento imperial.

Voltei para apanhá-lo. Pela porta entreaberta deparou-se-me tocantíssima cena.

Ocultando o rosto com as mãos magras e pálidas, o Imperador chorava. Por entre os dedos escorriam-lhe as lágrimas, deslizavam-lhe ao longo da barba nívea e caíam sobre as estrofes de Dante.

Não me pude conter. Rompi também em choro convulsivo. Sua Majestade descobriu a face, envolveu-me num indizível olhar, a um tempo de desconforto e de reconhecimento, fazendo com a mão, molhada de pranto, sentido gesto de adeus.

V



A singela grandeza do ofício religioso, no dia imediato, jamais a poderei olvidar.

Pequena câmara quadrilonga, forrada de veludo negro, semeado de estrelas de prata. Nenhuma réstea de luz exterior — somente a claridade macilenta dos círios. No fundo, sobre o leito e coberto com uma colcha bordada das armas imperiais, um corpo de criança. Era a Imperatriz.

A morte enchera-lhe os membros, mas imprimira-lhe às feições, de si simpáticas e bondosas, inefável expressão de doçura celestial.

Ao pé, o improvisado altar, dominado por um crucifixo de marfim.

Inúmeras coroas funéreas no chão, costadas às paredes. Fugitivo aroma de grinaldas emurchecidas flutuando no ar.

Dez ou doze assistentes apenas, de joelhos durante o ato inteiro — rigoroso luto, imóveis, num recolhimento profundo. Ao pé do leito, a Condessa d'Eu, chorando.

Ao longe; isolado, apoiando-se a porta de antecâmara contígua, o Imperador.

Não se lhe distinguiam as feições, afogadas na penumbra, mas tremeluzia-lhe o reflexo argênteo das cãs.

Depois da cerimônia, osculamos todos a gélida mão da soberana morta, genuína mão de aristocrata, fina e infantil. E saímos, acabrunhados e mudos, enquanto Isabel a Redentora continuava a soluçar, abraçada aos joelhos da mãe.

Nunca esquecerei também o desfilar do préstito fúnebre pelas ruas repletas de ondas de povo, respeitoso e consternado. Dir-se-ia um luto nacional.

Maiores demonstrações de pesar não despertaria o falecimento de D. Thereza Christina se ocorresse entre súditos fiéis.

Não se apagará mais igualmente da minha lembrança o aspecto desalentado e digno do Imperador, ao chegar a Lisboa, depois de longo trajeto em caminho de ferro, ladeando o féretro da sua compa-nheira de trono e de infortúnio.

Aguardava-o na estação el-rei com a sua corte. Armas em funeral, formavam alas as tropas pelo caminho. O troar da artilheira alternava com o dobre dos sinos. Muitos olhos estrangeiros vi marejados de lágrimas. No Brasil, consoante telegramas oficiais, choviam adesões à ditadura militar triunfante. Dos numerosos brasileiros então em Lisboa poucos, mui poucos, se incorporaram ao préstito!

E em S. Vicente de Fora, no úmido e escuro panteão dos Braganças, que vai repousar a infeliz majestade que em Nápoles tivera o berço.

Dando o braço a filha, Sua Alteza Imperial, segue o féretro D. Pedro pela extensa nave da igreja até a derradeira mansão. Rodeiam-nos príncipes e altos personagens enviados adrede por várias casas reinantes da Europa. O grupo é tragicamente belo. Domina-o a cabeça de D. Pedro, mais imponente que nunca.

A dor transfigura-lhe os traços augustos. Conservam-se secos seus olhos de azul sereno penetrante. Porém, Sua Majestade parece tiritar. Mais de uma vez comprime com a mão trêmula o coração.



Procuerei-o desde então frequentemente, já com meu pai e a família, já só. E sentia-me tomado de intenso afeto e ilimitada veneração por ele, à proporção que o ia conhecendo melhor.

Na intimidade, desvendava-se-me um D. Pedro chão, carinhoso, franco, infinitamente mais admirável que o D. Pedro oficial.

Ignoro se, com os anos e moléstias, lhe haviam declinado as faculdades, como tão insistentemente se afirmou, pois, já o disse, não privei com ele nas outras eras.

Dou, porém, testemunho de que a sua inteligência, qual a pude apreciar, era nítida e profunda, prodigiosa a sua memória, variadíssima a sua erudição, instrutiva sempre a sua palestra, impregnados todos os seus dizeres de bom senso, critério e discernimento infinitos.

Mas a irradiação superior do seu caráter consiste na bondade, na tolerância inalterável com que encara as misérias do mundo — piedade suprema de filósofo que vive a meditar e a sofrer.

Confiança cega na verdade e na justiça, amor infindo à ciência, idolatria pelo cumprimento do dever, certa ironia complacente com relação à contingência das cousas, e, acima de tudo, serenidade olímpica no sentir e no pensar, oriunda, sem dúvida, do equilíbrio de faculdades poderosas, alma límpida e alta, trato ameníssimo, larga experiência sem amargura — eis alguns dentre inúmeros traços insígnies que apreendi no seu organismo psicológico.

Entre os antigos chamar-lhe-iam um estoico; nas épocas de fé viva, um santo, talvez; para mim, a denominação — um justo — o define e resume nesta quadra de interesse e egoísmo.

Enquanto Bismarck, o apregoado homem forte do século, caído de menos alto do que ele, oferecia ao mundo o desconsolador espetáculo da desgraça sem altivez, despeitada e trêfega — ele, num ostracismo mais cruel que o do estadista alemão, baldo de recursos materiais, traído pelos seus amigos de peito, repellido por um povo em prol de cuja felicidade empenhara cinquenta anos de dedicadíssimos esforços, não articulava uma exprobração, nem recriminava ninguém, afrontando o destino hostil com dignidade invencível — sublime rei Lear —, a quem a ingratidão dos filhos, longe de perturbar, ou diminuir, exalçava cada vez mais as tendências afetivas e a razão.

Deixando-o, depois de larga conversa sobre variados assuntos, invadiam-me conjuntamente sentimentos de ufanía e de mágoa por ser brasileiro.

Desvanecia-me a honra de haver nascido no meio social que produzira individualidade tão nobre e tão pura.

Indignava-me ao pensar que meus compatriotas, homens da minha geração, tantos por ele particularmente protegidos, o tinham enxotado como um réprobo, sem levantar-se a favor dele o mínimo protesto ou resistência, substituindo seu paternal governo, de concórdia e de moralidade, pelo despotismo brutal das casernas, crismado sacrilegamente com o nome de República.



Decorreram dez meses. Sua Majestade fixara-se em Cannes, nós em Paris. Meu pai e meu tio foram visitá-lo, ao emprenderem uma excursão pelo sul da França e pela Itália. A mim, desde Lisboa, não mais se me proporcionara ensejo de o encontrar. Sabíamos ser lisonjeiro seu estado de saúde por informações constantes de seu médico dedicadíssimo e leal amigo, o Conde de Motta Maia.

Dez meses, cheios de notícias más do Brasil, de saudades, de esperanças, de desilusões, das mil impaciências e contrariedades do desterro, mas passados, com tudo, rapidamente no turbilhão parisiense ou absorvidos por viagens e estudos.

Como é que dias tão longos e bem preenchidos, escreveu inspiradamente alguém, podem constituir anos tão curtos?

Caíam as folhas às lufadas iniciais do outono, quando inesperadamente chegou a Paris o Imperador, hospedando-se em casa do Conde de Nioac.

Mais alquebrado pareceu-me, arrastando os pés, o passo trôpego. Entrou logo, todavia, numa roda viva de conferências, museus, academias, sessões científicas e literárias.

Pouco tempo dispensava às pessoas que o procuravam: uma hora apenas antes de cada refeição.

Sempre apressado, numa atividade febril!

Com a fadiga do corpo contrastava a vivacidade do espírito. Mesmo no carro lia, sem cessar, revistas e obras novas. O Conde de

Aljezur, seu camarista e devotado companheiro, disse um dia a meu pai:

— Reparou como o Imperador está hoje com os olhos vermelhos e a face abatida? Passou a noite inteira a compulsar alfarrábios e a tomar notas. Não repousou vinte minutos. E lá nos vamos daqui a pouco percorrer não sei que biblioteca. Já me cansei de lhe repetir que isto não é vida para a idade dele. Com certeza adoecerá outra vez. Veja se o sr. o convence de que não deve trabalhar tanto e sem necessidade.

Encontrando-se comigo horas depois, disse-me por seu turno o Imperador:

— Terá o Sr. por acaso publicações recentes do Brasil!? Confesso-me atrasado sobre o que lá se tem escrito ultimamente. Sinto-o deveras, porque gostava de acompanhar o movimento intelectual da nossa sociedade. E não raros estudos de mérito real apareciam, acredite. Se possui alguma cousa, empresta-me. Paris não basta para ocupar-me. Se eu houvesse ficado desimpedido mais moço, lucraria bastante neste vasto núcleo de ciência e de arte. Porém, agora? Livros brasileiros me distrairiam sumamente. Mas ninguém se lembra de m'os mandar e aqui, infelizmente, não é fácil obtê-los.

— Em nossa terra, depois da ditadura, respondi, nada se tem feito nesse sentido. Não sei de livro nenhum importante dado a lume.

— Admira, retorquiu. A mudança poderia apresentar essa vantagem, ao menos: estimular as imaginações, acoroçoar a produção literária, rasgando-lhe horizontes, descobrindo-lhe ricos filões inexplorados... Há de vir... há de vir...

Sacudi a cabeça com incredulidade.

— Há de vir — repetiu o meu imperial interlocutor. E num tom profundamente convencido: — O Brasil será forçosamente o herdeiro, o representante, o continuador das glórias da raça latina sobre o orbe.

E a sua sede de instruir-se não arrefecia um instante. Corria ansioso a todo e qualquer ponto da enorme metrópole onde se agitassem ideias progressistas.

Em compensação, a população parisiense adorava-o. Quotidianamente choviam-lhe cartas, convites, ofertas de opúsculos de todos os

lados. Imenso o seu correio! Cobertas sempre de milhares de assinaturas as páginas destinadas à inscrição dos visitantes, entre os quais figuravam os nomes de quanto não só a França como a Europa ostentam de mais ilustre e notável, em todos os ramos da atividade e da cultura humanas.

Dir-se-ia que o seu prestígio avultara com a perda do trono. Salvas as oficiais, honras e homenagens lhe eram prestadas sem exceção e por homens avessos a cortesias insinceras.

Contraíramos relações com o Dr. Henri Huchard, um dos médicos de mais clínica de Paris, verdadeira celebridade.

Um dia vimo-lo apear-se do seu elegante *coupé* à nossa porta. Vinha, em termos instantes, solicitar de meu pai um grande favor: o de obter que D. Pedro percorresse o hospital Bichat, modelo das edificações desse gênero, organizado com as mais modernas prescrições higiénicas e antissépticas, dirigido pelo ilustre facultativo.

— A ida de Sua Majestade chamará a atenção e a simpatia públicas para o estabelecimento, com vantagens para as inovações ali introduzidas, declarou o Dr. Huchard.

Acompanhei o Imperador nessa visita, às 8 horas de chuvosa manhã.

Cercado de uma multidão de professores, internos, empregados, estudantes, curiosos, examinou ele as enfermarias, os laboratórios, a casa inteira, revelando, a propósito de tudo, erudição técnica pouco vulgar.

Deixou os circunstantes penhoradíssimos da sua afabilidade e surpreendidos da vastidão do seu espírito.

Que chefe de Estado europeu ou americano lograria sucesso desta ordem?!

Certo paxá, literato muçulmano, anunciara uma conferência no colégio Rudy sobre literaturas orientais. Nos bilhetes de ingresso se mencionava que o ato seria honrado com o comparecimento de Sua Majestade D. Pedro de Alcântara. Com efeito, à hora marcada, appareceu o Imperador, trazendo ao lado Daubrée e Levasseur, membros do Instituto de França. Houve na assembleia, já numerosa, um movimento de curiosidade e respeito. Duas meninas ofertaram-lhe um *bouquet* com fitas verdes e amarelas.

Avistando-me a um canto, chamou-me e obrigou-me a tomar assento junto a si no estrado de honra. Como o conferente tardasse, murmurou-me sorrindo:

— Prepare-se para regular maçada. Conheço este paxá e já o ouvi. Muito boa vontade, excelentes intenções e mais nada. Compreende que para preletor não basta. Vim, porque ele me convidou com empenho e seria ofendê-lo recusar. Como vê, não estou ainda totalmente liberto dos antigos percalços.

Na verdade, durante cerca de duas horas, o muçulmano, com crueldade inaudita, martirizou a paciência dos cristãos ali reunidos. Péssimo francês, dicção incômoda, ideias corriqueiras e ênfase insuportável. Começou e terminou em verso, com prosopopeias ridículas.

À saída, cochichou-me o soberano, cuja presença havia sido o chamariz único da concorrência:

— Que lhe dizia eu?!... Confesse que sentiu saudades das da Glória!

VIII



Antes de regressar para Cannes, Sua Majestade fez a honra de convidar a meu pai, a meu cunhado Dr. Paula Lima (o Conselheiro Carlos Affonso não se achava em Paris) e a mim para um jantar íntimo em casa do Conde de Nioac.

Além deste cavalheiro e de sua exma. filha, sentaram-se mais à mesa a Princesa Imperial, o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e os Barões de Muritiba. O Conde d'Eu ficara em Versalhes com os filhos.

Desde o começo, ao influxo do Imperador, nessa tarde de humor alegre e comunicativo, a conversação tomou o tom mais amistoso e familiar, alimentada, sobretudo, pela verve eloquente e maliciosa do conselheiro Lafayette.

Comentaram-se sem reserva recentes sucessos da pátria, criticaram-se homens, enunciaram-se conjeturas, recordaram-se fatos.

Como sempre, o Imperador manifestou-se de longanimidade extrema, opondo atenuantes e justificativas às apreciações severas.

Quando impossível se lhe tornava a defesa, mudava o rumo da palestra, exclamando, por exemplo:

— Fulano é boa pessoa no fundo. Conheço-o desde menino. Foi estudante excelente. Pode ter errado agora, mas já prestou relevantes serviços ao país etc.

Ou então citava exemplos de outras nações para demonstrar que as ocorrências do Brasil não eram excepcionais e sim peculiares à

humidade, cabendo-nos na história frequentes superioridades sobre povos contemporâneos, porventura mais adiantados.

A prosa prolongou-se até tarde no salão, após o repasto, constantemente cordial e interessante.

— Assistiu ontem à conferência de Jacinto Loyson sobre a reforma da Igreja? — perguntou-me o Imperador. Escapou-me o respectivo anúncio, se não teria ido.

— Oh, papai! — exclamou a Princesa —, pois o Sr. iria ouvir um padre perjuro, o qual, sobre profanar votos sacrossantos, se levanta agora contra a comunhão religiosa de que fez parte?!

— Que tem isto?! — retorquiu ele. — O ex-padre Jacinto pretende regenerar e não demolir a Igreja. Escutá-lo não importa aderir às suas ideias, nem dar força à sua propaganda. É mesmo meio de poder combatê-la melhor, com pleno conhecimento de causa. Demais, é um homem inteligente, orador célebre, instruído, animado de fé. Querem saber de uma cousa? A mim não se me daria de ouvir o próprio diabo, se ele se propusesse a realizar conferências públicas.

— Oh! Papai!...

— Sim, senhora, o diabo em pessoa... Devia ser sumamente curioso, mormente sobre revoluções.

E disparou a rir com tamanha bonomia, de modo tão franco e contagioso que mesmo a Condessa d' Eu o imitou.

Principiara o terrível inverno de 1890, um dos mais rigorosos do século. Durante semanas a fio, a temperatura normal de Paris foi de 15 graus abaixo de zero!

A conselho dos médicos e pedidos dos amigos, o Imperador voltou para as margens tépidas do Mediterrâneo.

O largo salão de espera da *gare* de Lyon regurgitava literalmente de povo na tarde da partida. Muitos franceses e outros estrangeiros, bem como, quase sem discrepância, a avultada colônia brasileira em Paris.

O Imperador despediu-se das pessoas presentes, dirigindo a cada uma, sem exceção, palavras de amabilidade e gentileza.

O trem saiu no meio de fervorosas aclamações.

IX



Em janeiro de 1891, resolvi realizar, em companhia de minha mulher, a viagem clássica pela Itália. Dos muitos itinerários conhecidos, escolhemos o que nos permitisse fazer, de passagem, visita ao Imperador.

Um dos sítios mais pitorescos da Europa — Cannes, pequena e aristocrática estação de inverno à beira d'água, num anfiteatro de montanhas, cobertas de vegetação americana —, os seus cinquenta hotéis, em forma de grandiosos palácios, construídos isoladamente em situações admiráveis e no meio de esplêndidos jardins.

Anoitecia quando enviamos os nossos cartões à Sua Majestade. Não se demorou ele em aparecer. Tinha acabado, ao que nos informou, de dar a sua lição de línguas semíticas.

Mostrou-se satisfeito de nos ver. Perguntou minuciosamente por todos os amigos de Paris.

Sabendo do nosso plano de viagem, analisou-o, aconselhando-nos a parar em certos lugares de preferência a outros.

E a sua prodigiosa memória, realçada por instrução sem par, deleitou-se em nos descrever um por um dos pontos que pretendíamos percorrer, enumerando as curiosidades, os monumentos, as cousas dignas de atenção de cada qual, sem hesitar sobre um nome, sem omitir circunstância alguma interessante, com reflexões finas, espirituosas por vezes, justas e criteriosas sempre.

— Hão de gostar... hão de gostar... concluiu. As viagens completam a educação, dilatando a inteligência, apurando as faculdades

estéticas e afetivas, enriquecendo a observação e a experiência. E verificarão quão adiantado está em muitas cousas o nosso Brasil.

Depois, mudando bruscamente de assunto:

— Em que dia saiu de Paris?

Disse-lhe a data precisa.

— Nas vésperas, se não me engano, havia chegado a Bordeaux um pacote do Brasil?

— É exato.

— Recebeu cartas e jornais?

— Sim, meu Senhor.

— Conte-me lá as novidades por miúdo.

Expus-lhe detalhadamente o que sabia.

O Imperador ouviu em silêncio. Em seguida, com um suspiro:

— Pois é singular. Eu não tive uma só carta ou uma única folha. É singular que ninguém mais se lembre de mim para me dirigir duas linhas. Esqueceram-me mais depressa do que eu esperava.

— Não, meu Senhor, protestei. O nome de Vossa Majestade jamais será olvidado no Brasil. Crescem cada dia o respeito e o amor públicos por Vossa Majestade.

— Mas então isso se dá de modo assaz platônico e demasiado abstrato. Porque não me escrevem?! Há pessoas cujas letras me dariam tanto prazer!

— Talvez, meu senhor, porque corre, com fundamento, posso afirmá-lo, que o governo ditatorial viola o sigilo da correspondência. Receiam naturalmente comprometer-se, incorrer em punições...

— Qual! Interrompeu o Imperador. Há assuntos que não comprometem a ninguém. Nem acredito que o governo levasse a mal que meus amigos indagassem, por exemplo, da minha saúde e me enviassem notícias da própria. Não; é singular, é muito singular...

E, voltando-se para minha mulher, a voz ensurdecida por íntima tristeza:

— Não acha, minha senhora, extremamente singular que já não exista no Brasil quem se recorde de mim para enviar-me uma carta,

um livro, um jornal?! Há dois vapores que isto acontece. Não há dúvida, é singular.

Houve um silêncio. Sentimos baixar sobre nós intensa pena.

Cerca de hora e meia se passara. Anoitecera de todo. As lâmpadas elétricas tinham derramado inopinadamente na sala a sua claridade vibrante.

— *Sa Majesté est servi* — bradou de repente um criado, correndo o reposteiro.

O Imperador levantou-se.

— Querem jantar comigo? — disse, sorrindo com doçura.

Escusamo-nos, reconhecidos.

— Pois então, adeus. Boa viagem. Divirtam-se e aproveitem, é o que desejo.

Beijamos-lhe a mão e saímos impressionados.

Pela primeira vez as injustiças e ingratidões haviam feito trasbordar aquele coração heroico.

Devia ser extraordinário o sofrimento para, subjugando-lhe a inquebrantável firmeza, irromper assim numa queixa.

X



Treze de maio de 1891. Ocupadíssimo durante todo o dia com os preparativos das viagens de regresso ao Brasil, marcada para o dia seguinte, só à noite pode meu pai ir comigo a Versalhes receber as ordens do Imperador.

Mal cai o crepúsculo vespertino, desaparece o movimento, de si insignificante, nas ruas da cidade de Luís XIV.

Lúgubre o aspecto das extensas e largas avenidas, onde a folhagem das duas filas, de altas árvores, agitadas pela brisa, projeta sobre o caminho vultos sinistros e movediços.

Em vão sacudimos, por longo tempo, o cordão da campainha à entrada dos aposentos ocupados por Sua Majestade no *Hôtel des Réservoirs*. Ninguém acudia. O *concierge* nos informara, entretanto, que ele não havia sabido. A porta estava entreaberta: resolvemos penetrar.

Atravessamos alguns cômodos vazios, fracamente iluminados. Num salão do fundo ouvimos vozes. Aproximamo-nos, sem que pesoa alguma nos viesse ao encontro.

Paramos no limiar. Sentado numa larga poltrona, a face apoiada à mão, em atitude meditativa, avistamos o Imperador. O Conde de Aljezur, ao pé, lia-lhe em voz alta jornais do Brasil, debruçado sobre uma mesa, à luz de um lampião de petróleo. A espaços, o Imperador o interrompia com breves observações. O salão era vasto e frio, sobriamente mobilado. Três quartas partes afogadas em sombra. Sobre o grupo dos dois velhos, naquele isolamento mortiço, pairava austera e penetrante melancolia.

O tapete abafara-nos as pisadas. Só fomos pressentidos quando quase a dois passos.

Reanimou-se o monarca ao ver-nos. Encetou viva conversação com meu pai.

Narrou-lhe que passara o dia a ler economia política, uma obra nova e de real mérito, acrescentou. Ergueu-se para ir buscá-la ao quarto próximo. Vacilava-lhe o passo, fatigado e trêmulo.

Meu pai conhecia o livro, cuja crítica fez em breves termos.

— Pois indique-me outros autores recentes sobre o assunto, disse D. Pedro. Vou dedicar algumas semanas a pôr-me em dia nessa matéria. Já não estou tão livre-cambista como dantes. A tendência da época manifesta-se visivelmente protecionista. Não há remédio senão atendê-la.

Meu pai citou alguns nomes e ele tomou nota cuidadosamente.

— Hoje já lhe escrevi, observou depois a meu pai.

— Como assim? Nada recebi.

— Enviei-lhe apontamentos para contestar, se julgar conveniente, opiniões e dizeres que me atribui uma gazeta do Rio de Janeiro em entrevista com um repórter americano. Adulteraram-me ali o pensamento.

Ao saber que meu pai encetava no dia imediato a viagem de volta à pátria, exclamou saudosos:

— Quanto o invejo! Nada disto aqui, afinal de contas, vale o nosso Brasil.

E, dirigindo-se a mim:

— O senhor também vai?

— Por enquanto não, meu senhor.

— Ainda bem! Então nos tornaremos a ver.

Congratulei-me com ele pelo aniversário do dia — o da abolição do cativeiro no Brasil —, glorioso evento de que todos os brasileiros se deveriam ufanar e para o qual o Chefe do Estado e sua Sereníssima Filha tão poderosamente haviam concorrido, preterindo talvez interesses dinásticos.

— Fiz o que pude, retorquiu, cumpri o meu dever.

Era tarde. Meu pai pediu vênia para se retirar. Levantou-se. O Imperador quis fazer o mesmo, mas não o conseguiu. Abraçou meu pai longamente, e, pela vez primeira, tratando-o pelo nome:

— Boa viagem, Ouro Preto — disse. — Escreva-me sempre. Prometo responder incontinenti a todas as suas cartas.

Volvemo-nos da porta para o saudar ainda. Firmado o grave semblante sobre a mão, retomara escultural postura cismadora.

O Conde de Aljezur nos acompanhara. Sua Majestade ficou só e imóvel no amplo aposento, mal-iluminado e acabrunhador.

Conservo nitidamente gravada na lembrança a sua imagem naquela ocasião.

As estátuas famosas dos artistas gregos nunca me deram impressão igual de grandeza aliada à serenidade — tão olímpicamente triste, correta e digna!

XI



Significativa antítese no regresso a Paris!...

Fm frente à nossa casa, na Avenida Kléber, residiam dois outros ex-chefes de Estado, também exilados dos respectivos países: Gusman Blanco, antigo ditador de Venezuela, e a soberana deposta de Espanha, Isabel II.

Meses antes comprara ali o primeiro, por dois milhões de francos, magnífica vivenda, decorada com pompa oriental. Quotidianamente registravam os jornais esplendores de sua prodigalidade. Conseguiu deslumbrar Paris com as suas riquezas, adquiridas à custa de severas economias, sem dúvida, durante os poucos anos em que exercera a magistratura suprema sobre seus concidadãos.

Casara uma das suas filhas com o duque de Morny, dotando-a regiamente.

Espetaculoso nababo, mirabolante glória sul-americana!

Percebiam-se dentro do seu palácio o rumor e o movimento de lauto festim.

Estacionava à porta soberbo *landau*, tirado por parelha de raça — o cocheiro e o sota envoltos em peliças caras. Nas portinholas e nos arreios dos animais, o monograma em prata do ilustre caudilho republicano.

Após o banquete, o dono iria, certamente, digerir as finas iguarias n'algum sítio da moda — teatro, baile, circo, ou alhures!

Resplandecia também, profusamente iluminado, o vasto e bonito paço Basilewski, propriedade da ex-rainha castelhana.

Noite de recepção solene. Lacaios agaloados aguardam as caruagens de que salta a onda elegante dos uniformes, das casacas e das caudas de seda...

Na calçada, curiosos espreitam, através das lindas cortinas de rendas e veludo das janelas, as sombras airosas que perpassam nos salões. Há um eflúvio de coisas raras e preciosas inebriando o ambiente.

A claridade do gás, tomam estranho realce o amarelo e vermelho do estandarte espanhol, que flutua garboso sobre o edifício.

Lembra punhado de ouro, maculado de sangue, abandonado ao vento.

XII



Cerca de um mês mais tarde, também para mim soou a hora da partida. Vinte meses de exílio incutem saudades da terra natal nos corações mais avessos a esse sentimento. Quanto mais em mim e nos meus, para quem a lembrança do Brasil estivera sempre arraigada na mente!

Não é ficção poetisa a nostalgia. Existe, mórbida e cruel. Conheci-lhe os cruciantes efeitos, para os quais só há lenitivo e remédio no pronto regresso à pátria.

Com várias pessoas da minha família, fui de novo a Versalhes despedir-me do Imperador, numa clara e fresca manhã primaveril.

— Com que então partem também! — exclamou ele, e nos seus olhos reluzia a mágoa de não nos poder imitar.

Duas horas talvez entreteve-se a conversar conosco sobre variados assuntos. Por vezes nos quisemos retirar, temendo ser indiscretos. Impedia-o o nosso interlocutor com cativante amabilidade. E com que franqueza, com que isenção d'ânimo se exprimia!

— Sob o ponto de vista individual, disse, ao se tratar da revolução, lucrei imensamente. Sou hoje mais livre. Vivo como entendo, satisfazendo às minhas vontades, à lei das minhas inclinações, sem despertar críticas nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio, movo-me desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção à obrigação. Gozo, demais, do repouso de que já ia precisando. Creio que não me negam, quando menos, o título de empregado público consciencioso. Desempenhava escrupulosamente

as funções que me incumbiam. E aquilo era trabalhoso bastante! Aqui, queixo-me de nada fazer. Vivo numa ociosidade absoluta, exercendo genuíno poder pessoal, pois realizo quanto me apraz. Já veem que particularmente ganhei com a mudança.

— Mas o patriótico espírito de Vossa Majestade, retorquiou um dos circunstantes, não se confrange com as desgraças que se desencadeiam sobre o nosso país? Não desejaria voltar para restaurar ali o regime da justiça e da liberdade?!

— Certamente. Sucedem ali fatos que me fazem sofrer muito. Por exemplo, a notícia de que pretendem ceder aos argentinos parte do território das Missões. Isso nunca. Nós é que podemos adotar a divisa de Júlio Favre: — “Nem um palmo do nosso território, nega uma pedra das nossas fortalezas”. Contamos a nosso favor o direito e a força. Como transigir nessas condições?... Foi meu empenho sagrado conservar o Brasil unido e íntegro. Reside nessa homogeneidade indivisível a nossa grandeza. Não sei como a gente que governa não o compreende. Presumia-os animados de melhores intuitos, mais preparados para a tremenda tarefa que se impuseram.

E a palavra de D. Pedro II, tardia e difícil de ordinário, palpitava de ardor que o seu venerando aspecto, a sua autoridade moral, os nobres, impulsos a que obedecia, comunicavam eloquência irresistível.

— Quanto a voltar, continuou mais calmo, se me chamarem, estou pronto. Seguirei no mesmo instante e contentíssimo, visto ser útil ainda à nossa terra. Mas se me chamarem espontaneamente, notem. Puseram-me para fora... Tornarei se se convencerem de que me cumpre tornar. Conspirar, jamais. Não se coaduna com a minha índole, o meu caráter, os meus precedentes. Seria a negação da minha vida inteira. Nem autorizo ninguém a conspirar em meu nome ou no dos meus. Ao povo brasileiro assiste pleno direito de se governar como julgar mais acertado. Se desejar de novo minha experiência e minha dedicação por ele à testa da sua administração, que o diga claramente e sem constrangimento. Obedecerei sem vacilar, à custa embora de árduos sacrifícios. Do contrário, não e não.

Em seguida, com simplicidade e sangue-frio adoráveis, relatou-nos alguns episódios do dia 15 de novembro de 1889, com referência à sua individualidade.

— A história me fará justiça, eis a minha fé consoladora. Atribuíram-me frases que não proferi, atos que não pratiquei. Aceitei os acontecimentos sereno e resignado. Uma cousa única me incomodou deveras: o aparato da força desenrolada em torno ao Paço da Cidade; soldados a pé e a cavalo, guardando todas as portas, apontando para mim e para a minha família armas ameaçadoras, como se fôssemos réus e capazes de nos evadir. Pois não bastava para segurança deles a minha palavra?... Havia um oficial de cavalaria que da praça observava todos os meus movimentos, acompanhando-me como uma sombra se eu passava de uma sala para outra. Senti ímpetos de sair à rua para lhe dizer: — O senhor não me conhece, certamente. Não sou homem que fuja ou me oculte. Escusa de molestar-se por minha causa. Fique tranquilo que me encontrará sempre no lugar que me compete.

Nós o escutávamos enlevados. Nunca Sua Majestade se nos revelara com tão levantada majestade, nunca o Imperador fora mais Imperador!

Um de nós observou:

— A população do Rio é quieta... muito quieta...

Sua Majestade sorriu com benevolência, sem responder.

Não sei como, veio à tela o nome de Benjamin Constant.

— Talvez Vossa Majestade ignore que ele faleceu doido — notou um dos assistentes. — É o que asseveram testemunhas fidedignas.

— Já m'o tinham contado. Pobre homem! Conheci-o muito e o apreciava. Acredito que com efeito nos últimos tempos houvesse sofrido perturbações das faculdades mentais. Dessa maneira posso explicar o seu procedimento para comigo, de quem se mostrava tão afeiçoado. Inteligência culta, coração puro! Não creio que a ambição o tivesse arrastado. Mais invejável do que a de funcionário do governo militar era a sua posição sob o Império, querido e respeitado de todos. Padeceu extraordinariamente, se conservou a posse de sua razão. Sensível como era, a consciência da responsabilidade no descalabro nacional o deve

ter torturado. Caso agiu com sinceridade e discernimento, a perda das ilusões, tão rápida e completa, infligiu-lhe certamente punição atroz. Inspira-me sincero dó.

No correr da conversação, narrou alguém que, em discursos e escritos do Brasil, denominavam o General Deodoro, o Washington sul-americano.

O Imperador voltou-se para mim e novamente sorriu.

— Nem Vossa Majestade é acessível a lisonja nem eu habituado a manejá-la — atalhei. Mas permita que lhe externe íntimo o juízo, que a posteridade, estou convencido, confirmará: a única individualidade que pode emparelhar com a de Washington no continente americano é a de Vossa Majestade.

— Oh! — protestou ele. — Não! Washington é uma das mais completas e elevadas criaturas vindas ao mundo.

— Pois a história colocará as duas figuras no mesmo pedestal, reconhecendo maiores virtudes talvez na brasileira, para orgulho nosso.

— Não diga isso... Arrasta o ardor da imaginação.

— A Washington, senhor, faltou a apoteose do infortúnio. Sempre um feliz. Os seus predicados jamais foram submetidos à contra prova dos revezes pessoais. Viveu à luz de benigna sorte. Nunca perdeu filhos queridos. Educado por mãe extremosíssima, mulher superior que o viu ascender à chefatura da sua nação e morreu em avançada idade, ele extinguiu-se nos braços de dedicada esposa e esta lhe sobreviveu. Extraordinários, na verdade, os seus serviços, porém mais extraordinário ainda o reconhecimento para com ele dos seus concidadãos. Rico, adorado dos contemporâneos, Washington não trago o fel das ingratidões e das injustiças. Não se viu expellido do solo natal pela soldadesca, como um bandido, após cinquenta anos de honesto governo. Não presenciou, sobretudo, o esfacelamento de sua obra. Fechou os olhos numa pátria próspera e digna...

O Imperador ouvia pensativo, abanando de leve a cabeça.

No fim, murmurou apenas com melancolia:

— Na verdade, eu não conheci minha mãe... tinha menos de um ano quando ela expirou!

Ao sairmos, manifestando-nos votos de propícia viagem, recomendou-me ele ainda:

— Não deixe de me escrever. Mande-me, se puder, as novidades literárias que aparecerem por lá.

Trouxe desta longa entrevista, na qual Sua Majestade se mostrou sob novos luminosos aspectos, suaves e indeléveis impressões.

Amargurava-as, porém, doloroso pressentimento: de que nunca mais me seria dado ver sobre este planeta aquela incomparável criatura, grande e bela entre as maiores e as mais belas da humanidade.

Outubro, 1891.



PHOT. COMMERCIAL
R. Constituição N. 10 - Rio

Cliché directo
Registrado

D. PEDRO II
ex-Imperador do Brasil

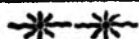


D. Pedro II em foto do estúdio fotográfico Phot. Commercial/Rio, cerca de 1890.
Museu Imperial/Ibram/Minc



D. Pedro II, cartão postal impresso no Brasil com o soneto 'Terra do Brasil, de sua autoria.
Museu Imperial/Ibram/Minc

Terra do Brazil



*Espavorida agita-se a criança,
De nocturnos phantasmas com receio
Mas se abrigo lhe dá materno seio
Fecha os doridos olhos e descança*

*Perdida é para mim toda a esperança
De volver ao Brazil; de là me veio
Um pugillo de terra: e nesta creio
Brando será meu somno sem tardança*

*Qual o infante a dormir em peito amigo
Tristes sombras varrendo da memoria
Oh doce Patria, sonharei comtigo!*

*E, entre visões de paz, de luz, de gloria
Serenos aguardarei no meu jazigo
A justiça de Deus na voz da Historia*

D. Pedro de Alcantara

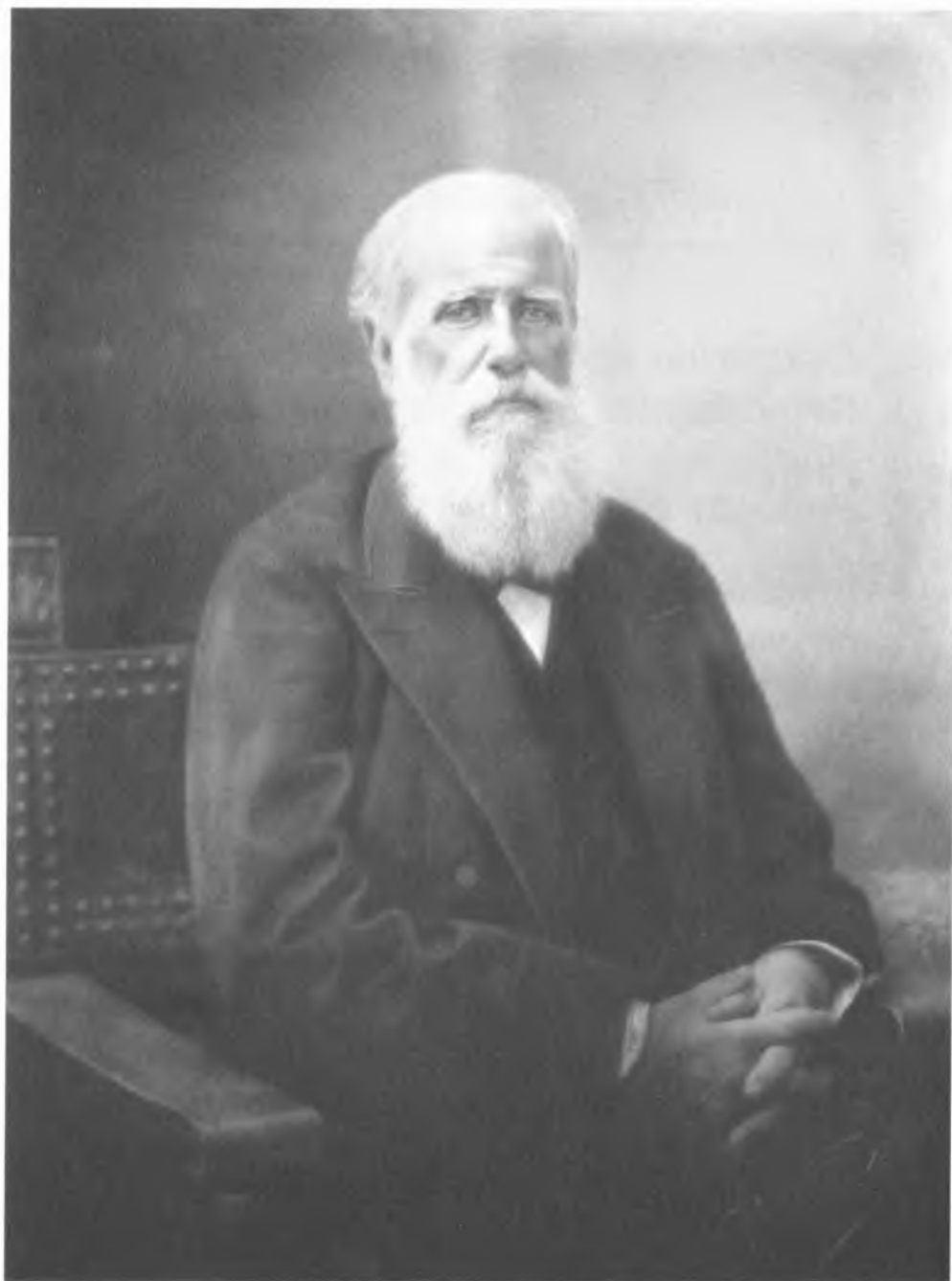


Foto-pintura de Felix Nadar, cerca de 1890.
Museu Imperial/Ibram/Minc



Baden Baden 14 Agosto de 1890. CANNES
 Numa Blanc fils. MONTE-CARLO. AIX-LES-BAINS
L. Blanc



Foto autografada de Baden-Baden, feita no Numa Blanc Fils Peintre
 Photographes, Cannes, datada de 19 de agosto de 1890.
 Museu Imperial/Ibram/Minc



D. Pedro II em seu leito de morte, tendo sob a cabeça uma almofada com terra do Brasil.

Foto de Felix Nadar, 1891. Coleção Dom João de Orleans e Bragança sob guarda no Instituto Moreira Salles

PARTE iii
APEXOS

CARTA DE S. A. R. O SR. CONDE 'EU

S. A. R. o Sr. Conde d'Eu fez ao autor a honra de lhe escrever a seguinte carta, que sumamente o penhorou:

Sr. Dr. Affonso Celso,

Com muito gosto recebeu a Sra. D. Isabel, assim como eu, os exemplares que obsequiosamente nos destinou do primoroso trabalho a que deu o título de *Vultos e Fatos* e cordialmente lhe agradecemos esta atenção.

Já antes de recebê-los, dera-nos grande prazer a leitura dessa interessantíssima publicação, em que o estilo despretenso e elegante, próprio de seu belo talento, ainda mais realça o engenho e justeza dos conceitos e a veracidade histórica dos episódios observados em suas viagens.

Comoveram-nos profundamente as eloquentes páginas em que, na mais verídica narração, tão bem soube fazer justiça ao grande caráter do nosso amado e sempre lembrado Imperador e Pai.

Receba as expressões de meus sentimentos de afetuosa estima.

GASTÃO DE ORLÉANS.

Boulogne-sur-Seine, 30 de janeiro de 1893.

O AUTOR NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL



Fm virtude do capítulo D. Pedro II dos *Vultos e Fatos*, foi o autor aclamado sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Eis as palavras que proferiu, ao tomar aí assento a 17 de março de 1893:

Saúdo os meus ilustres consócios, agradecendo-lhes a honra com que me enobreceram, chamando-me para o seu grêmio.

Desvaneço-me de haver tributado sempre ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro veneração cordial e profunda.

Os serviços por ele prestados à cultura pátria, considero-os como beneméritos de reconhecido respeito por parte de quantos prezem a civilização.

A sua revista, admirada nos mais esclarecidos centros intellectuais do mundo, constitui inestimável repositório de preciosos dados, documento brilhante de nossa mentalidade, contribuição opulenta para o progresso científico universal.

Auspice Petro Secundo, Pacifica Scientioe Ocupatio — eis a divisa do Instituto. Nenhuma tão bela e galhardamente sugestiva.

Significa que neste recinto vibra imortal a saudade do extraordinário espírito que tanto o amou. Feito de bondade, sabedoria e moderação, durante meio século presidiu gloriosamente esse espírito aos destinos nacionais, emulando com o das figuras culminantes da humanidade na prática ininterrupta de todas as virtudes particulares e públicas. E, na

desgraça — naufrágio de tantas altaneiras — ele soube mostrar-se superior ainda à grandeza passada (e era imensa!), mais majestoso, mais augusto, mais soberano do que quando transformava, perante o orbe atônito, o único cetro da América no seu maior símbolo de paz e de liberdade!

Quanto à ciência, meus honrados consócios, nada vos poderei dizer que vantajosamente já não o saibais.

Ela, no dizer de Lubboch, empresta interesse e variedade à vida; eleva e fortifica o caráter do povo, como o dos indivíduos.

E Quincy Adams acrescenta:

Nos desgostos e decepções da existência, a sua voz calma nos suscita serenidade e conforto. Na sua cela austera há para os que a procuram inviolável asilo, inexpugnável reduto. Fazendo-nos palpar o nada das tiranias extintas, ela torna mais toleráveis as humilhações àqueles sobre quem pesa inelutavelmente, a dependência das potestades porventura dominantes. Permitindo-nos a convivência de Cipião, a intimidade de Demóstenes, Catão, Washington ou Burke, a confabulação com os varões fortes de outrora, dá-nos meios de atravessar sem desfalecimentos essas crises em que as amizades nos desertam, enquanto vemos os antigos levitas da nossa fé desfilar desvairados ao longe, carregando ídolos ensanguentados e vis.

Para colaborar convosco no severo e alevantado culto dessa ciência, trago-vos o modesto mas dedicado contingente dos meus esforços. Disponde sem restrição, vós, os mestres e os chefes, dos meus elementos, que são escassos e da minha boa vontade, que é infinita.

Os fatos — eu o espero — se incumbirão de patentear a sinceridade destas expressões.

Inspire-nos sempre o luminoso espírito a que me referi; transmita-nos a sua superna influência; insuffle-nos o seu amor ao trabalho, os seus patrióticos desígnios, os seus exemplos em tudo — subsista em nós, nos avigore e nos guie.

2 DE DEZEMBRO DE 1889

Acabo de ler um precioso manuscrito que, se algum dia for dado a lume, produzirá no público a mais intensa e simpática impressão.

É um diário das cenas ocorridas durante a viagem feita pelo vapor *Alagoas*, de 17 de novembro a 7 de dezembro de 1889; quando transportou ao exílio a família imperial.

Redigiu esse diário ilustre senhora que naquela conjuntura acompanhou as augustas vítimas.

Como toda gente, eu tinha a autora do manuscrito na conta de distintíssima, pela esmerada educação, fidalguia de sentimentos e maneiras, inexcédível bondade e mil outros inestimáveis predicados de coração e espírito, que a tornam um dos florões da alta sociedade brasileira.

Ignorava, porém, que a tamanhos dotes aliasse os de escritor elegante, correto, eloquente, merecedor de apreço em qualquer centro culto e exigente. Proporcionou-me essa agradável revelação o manuscrito.

Percorri-o com verdadeiro encanto e sinto não estar autorizado a copiar alguns trechos que, justificando o meu asserto, interessariam vivamente os leitores.

Imagine-se que ali se descrevem com traços incisivos, de vivaz colorido, a partida do *Alagoas* do Rio, a 17 de novembro, comboiado pelo *Parnahyba*; a passagem, deste para aquele navio, da Imperatriz, segura por dois marinheiros sobre o mar agitado; a saída do *Alagoas* para Europa, escoltado até 22 de novembro pelo *Riachuelo*; as

ocupações do Imperador a bordo, as suas conversas, as suas leituras; a parada em S. Vicente, onde aquele bando de exilados se encontrou com outro — o Visconde de Ouro Preto e sua família, embarcados no *Montevideo*; a chegada a Lisboa; a estada dos Condes d'Eu, na Espanha, hospedados pelo Duque de Montpensier; o enterro da Imperatriz!

A figura de D. Pedro II destaca-se dessas páginas com olímpico relevo.

Calmo, sobranceiro, impassível, posto sempre o ânimo em elevadas regiões, sem uma única recriminação, revelando nos menores atos suprema majestade, passa a estudar e a trabalhar os monótonos dias do trajeto.

À noite, organiza no salão do paquete serões literários em que ele próprio lê em voz alta ou ouve ler, comentando as leituras com extraordinária superioridade.

Sublime estoicismo! Ninguém, ao observá-lo, diria que semanas antes perdera um trono, de modo estupendo, no meio de inauditas ingratidões!

Muitos episódios comoventes relata o diário.

Em S. Vicente, ao levantar ferro o *Alagoas*, a nau portuguesa *Bartolomeu Dias*, surta no porto ao lado de vasos mercantes alemães, deu uma salva de 21 tiros.

Então, o *Alagoas*, que até aí arvorara um pavilhão de fantasia, plagiado do dos Estados Unidos — listras verdes e amarelas, com um punhado de estrelas no angulo superior de dentro —, iça de repente a antiga bandeira imperial. Num ímpeto elétrico, todos os passageiros se levantam e batem palmas, os olhos úmidos, enquanto da nau lusitana e dos barcos alemães a tripulação sacode lenços brancos, longamente.

O último pedaço de território brasileiro que os exilados avistaram foi o pico de Fernando de Noronha.

Quedaram largo tempo a contemplá-lo, admirando-lhe as belezas.

Quando o perfil da montanha entrou a esvaír-se no horizonte, o Imperador mandou buscar uma gaiola em que ia preso pequeno pombo. Tomou uma tira de papel e escreveu: *Saudades do Brasil*.

Traçou por baixo a firma imperial, passou o escrito à Imperatriz, que também assinou. Em seguida, assinaram os príncipes e a comitiva.

Isto feito, o Imperador atou o papel ao pescoço do pombo e abriu as portas da gaiola. A ave liberta alçou-se no espaço, seguida dos olhares ansiosos dos espectadores. Voou alguns segundos indecisa. Mas, de chofre, tombou desfalecida nas ondas e afundou-se, levando para o abismo misterioso a tocante mensagem de amor.

A 2 de dezembro, achava-se o *Alagoas* em pleno oceano. O tempo, constantemente bonançoso, tornara-se mau. Fazia forte frio. Rudes vagalhões sacudiam o paquete, que, aliás, se portava perfeitamente. Sem embargo, promoveram os passageiros singela festa em homenagem ao aniversário natalício do velho soberano. Como único presente, ofertaram-lhe uma polianteia, colaborada por todos. Ia a bordo o Barão de Loreto, Franklin Doria, o inspirado tradutor de Evangelina, o mavioso poeta dos Enlevos, a quem Sylvio Romero, na sua *Literatura Brasileira*, tece tão insuspeitos quão justos encômios.

O Barão de Loreto compôs, especialmente para o ato, belíssimo soneto, — certo uma de suas mais felizes produções, suficiente por si só para lhe garantir lugar de primazia no Parnaso nacional. Copio fielmente do manuscrito esse soneto, até hoje inédito:

NO CAMINHO DO EXÍLIO

(À Sua Majestade o Sr. Pedro II)

A nação brasileira, que, levada
Por ti, seu vigilante e sábio guia,
No fim de meio século atingia
A raia do progresso disputada,

Conquanto agora a ingratidão a invada
E a desvaire o clamor da aleivosia.
Lembrar-se-de saudosa, deste dia
Que de antes festejava alvoroçada.

Dela expellido por sinistro plano,
Hoje, em frágil baixel, sobre o oceano,
Ergues a mente a Deus, que o bem expande,

E a família e os amigos, com transporte,
Saúdam hoje em ti o varão forte,
Qu'ainda fora do trono é sempre grande.

À noite do mesmo dia 2, houve um banquete, a despeito do temporal que mal permitia às senhoras deixar os beliches, e de estar enferma a Imperatriz.

Ao servir-se o champanhe, o Imperador ergueu-se, e, empunhando uma taça, exclamou: Brindo à prosperidade do Brasil!

* * *

Encarregado de policiar o *Alagoas*, o *Riachuelo* deitava apenas seis a oito milhas por hora, de sorte que atrasava e embaraçava a marcha do primeiro, dotado de suma velocidade e excelentes condições náuticas.

Não é só isto. A cada instante, o couraçado atirava foguetes, fazia sinais, ora se aproximava da costa, ora singrava para o largo, ora parava para se orientar ou compor algum aparelho desconcertado, numa contínua contradança.

Foi um alívio para os exilados quando a pesada máquina de guerra findou a sua missão, aproando para o sul. O *Alagoas* seguiu então desassombrado, dominando as águas e os ventos.

O *Riachuelo*, minaz, com a sua marcha incerta, perigosa, às tontas, simbolizava a República.

O *Alagoas* firme, risonho, tranquilo, levando com segurança ao porto do destino os seus eméritos passageiros, entregues a nobres afa-zeres — eis a imagem da Monarquia.

(1896)

AFFONSO CELSO

IV

UM PROJETO DO IMPERADOR



... Em Cannes, meses após a morte da Imperatriz.

Sozinho, no quarto do hotel, o Imperador lê sentado, junto à larga mesa atulhada de livros e jornais. Traja rigoroso luto, que lhe acentua a palidez das faces e a alvura das cãs.

Batem à porta; entra o Conde de Motta Maia:

— Senhor, uma boa notícia do Brasil...

— Boa notícia do Brasil? Diga depressa — acode D. Pedro II, alvoroçado, depondo o volume cuja leitura o absorvia.

— Recebi uma ordem, mediante a qual será entregue a Vossa Majestade certa quantia. É a primeira que de lá vem, e chega muito a propósito.

— Bem bom... bem bom... — exclamou o Imperador. — Já recebeu?

— Ainda não.

— Pois trate de receber sem demora. Ande.

Não pôde o Conde de Motta Maia dissimular a estranheza que lhe causava aquele regozijo do Imperador diante do próximo recebimento do dinheiro — ele, tão abnegado, tão cavalheiroso, tão alheio a questões pecuniárias. D. Pedro II, durante o seu longo reinado, nunca trouxera na algibeira soma alguma; jamais pegara numa moeda ou numa nota — como que o dinheiro lhe produzia invencível repugnância. Ter-lhe-iam o exílio e as desgraças alterado o nobre caráter?!

O Imperador percebeu a surpresa do conde, pois explicou:

Disse — bem bom — porque posso, com essa quantia, despachar isto... A demora já me afligia.

E, abrindo a gaveta da mesa, tirou vultuoso maço de papéis dobrados e escritos em forma de requerimentos.

Eram pedidos de esmola, de auxílios, de subvenções, semelhantes aos que profusamente ele costumava aceitar outrora em S. Cristovão, quando no supremo governo do Brasil.

Ato contínuo, tomando um lápis, Sua Majestade, depois de percorrer velozmente as petições, pôs-se a despachá-las.

No alto de uma escrevia: 100 francos; no de outra, 200; no de terceira, 500; e assim por diante, conforme o merecimento do pedinte.

À proporção que despachava, passava os requerimentos ao Conde de Motta Maia, com um gesto deste conhecido e que significava deverem ser imediatamente satisfeitas as dádivas designadas.

O Conde aceitava os papéis em silêncio, mas sorrindo tristemente.

Quando o Imperador acabou, empunhou, por seu turno; um lápis, e, à margem de um jornal, alinhou e somou os algarismos traçados nos requerimentos:

— Sabe Vossa Majestade quanto mandou dar?

— Pouca cousa.

— Cinco mil e trezentos francos.

— E então?

— A ordem do Brasil produzirá apenas quatro mil.

— Compreendo. Devolva-me os papéis. Retificarei os números de maneira que chegue.

— O conde abanou repetidamente a cabeça.

— *Que há?* — indagou o Imperador.

— É que Vossa Majestade parece esquecido das condições em que nos achamos.

— Como assim?

— Vossa Majestade não se recorda de que estamos quase sem recursos, devendo ao hotel, constrangidos a efetuar largas economias?

— Já sei... já sei... mas ignorava que não pudesse atender a alguns pobres que me estendem a mão.

— Não pode, meu senhor, não pode — perdoe-me que lho declare com franqueza. Vossa Majestade está obrigado a coibir-se nas esmolas. Nossa situação não é favorável, é má... Há de melhorar, acredito; mas, por ora, cumpre-nos cortar todas as despesas não imprescindíveis. O dinheiro enviado pelo Brasil amortizará apenas a conta do hotel...

O Imperador levantou-se lentamente, os braços cruzados, os olhos azuis muito abertos e fixos.

Começou a passear pelo aposento. O seu porte imponente, a sua longa barba branca, o seu ar pensativo tornavam-lhe augustíssimo o venerando aspecto. De repente parou em face do conde:

— Sabe que mais, Sr. Motta Maia? Nutro, de há muito, um belo projeto e julgo azado o momento para o realizar.

— Serei indiscreto perguntando que projeto é, meu senhor?

— Ouça. Estou resolvido a imitar o exemplo de um imperador como eu, Carlos V. Entrarei para um convento e aí passarei os poucos dias que me restam... um convento que possua uma boa livraria... Que mais me é dado ambicionar?!..

— Oh! senhor...

— Só uma circunstância me tolhe...

— Perdoe Vossa Majestade, interrompeu o conde — mas...

— Só uma circunstância me tolhe, prosseguiu D. Pedro II. Estou velho, enfermo, habituado aos cuidados de meu médico, que me conhece e no qual tenho confiança. Nos conventos não há médicos.

— Quanto a isso, não, meu senhor, — atalhou vivamente Motta Maia. — Acompanharei Vossa Majestade seja onde for...

O Imperador segurou a mão de seu médico e apertou-a.

— Estou certo disso — disse gravemente. — Mas não tenho o direito de lhe impor tamanho sacrifício... Basta os que já tem feito...

E, ordenando silêncio com um aceno imperioso, recomeçou a passear pelo aposento, os olhos vagos, os braços sobre o peito.

Por fim, soltou um suspiro, sentou-se e retomou o livro.

— Vá... vá... vá... Motta Maia, receba o dinheiro. Salde as nossas contas.

E se, por acaso, sobrar alguma cousa, execute sempre os despachos possíveis... os mais módicos... os dos mais necessitados. Vá... vá... mas que é isto?!... Ora... seja homem... não me tire as forças... não me entristeça...

O Conde de Motta Maia chorava!

AFFONSO CELSO
(Do Almanack Garnier — 1905)

V

D. PEDRO II



Ais do que a de qualquer outro homem, está sempre devassada, ininterruptamente em foco, a vida dos monarcas. Em consequência da situação levantada e excepcional que lhes cabe, aliciam, do berço ao túmulo, todos os olhares, concentram sobre si implacáveis atenções. São-lhes os mais triviais incidentes observados, esmiuçados, longamente examinados, através do vidro de aumento das paixões e dos interesses.

Tudo quanto se lhes refere suscita perscrutadora curiosidade. Não têm vida privada os reis ou imperadores.

Comem, dormem, amam em habitações transparentes, sob a impertinente inspeção da turba. E, dada a irreverência contemporânea, a que nada escapa, os juízos sobre eles pendem antes para a severidade e a zombaria do que para a simpatia e a benignidade.

Pois bem! Em nenhum instante do demorado percurso de D. Pedro II na terra poderá a crítica de boa-fé comprovar um passo, um só, que o desdoure, um único ato que lhe conspurque a memória, tornando-a passível de menosprezo pela posteridade.

De parte as inadvertências inerentes à condição humana, quais as levandades do jovem, quais os desvios do homem, quais as fraquezas do ancião?

Nada... Serenidade imperturbável, linha reta constante, invariável observância do dever; pureza, dignidade, elevação permanentes... Morreu cheio de dias, na frase bíblica, e nenhum minuto de tantos e tão diversos dias foi maculado, malbaratado, desnobrecido.

Não cremos haja consciência, sabedora dos acontecimentos e iluminada pela justiça, que lhe recuse, ao menos, estas virtudes:

Amor ao trabalho — Funcionário exemplaríssimo, consagrava-se com todas as veras do seu coração e com todas as energias do seu corpo ao bom desempenho do serviço público.

Trabalhou nesse serviço durante mais tempo do que em geral se trabalha, sem aumento, antes com diminuição de vantagens. Indefesso, ativíssimo, não conhecia lazeres ou diversões. Ninguém, jamais, exerceu um mandato com maior zelo e exação.

Honestidade — Nem o mais leve procedimento suspeito, nem a mais remota intervenção equívoca. Mãos absolutamente limpas. Afugentava os ímprobos. Proverbial o seu escrúpulo inexcedível.

Patriotismo — Amava apaixonadamente o Brasil, preocupado, a cada instante, com o progresso, prosperidade e decoro nacionais.

Bondade — Caritativo em excesso, jamais perseguiu ou sequer magoou a quem quer que fosse.

A todos acolhia benévolo, auxiliando, protegendo a inúmeros, semeando, com mão pródiga, os benefícios.

Altas aspirações — Nunca se atenuou a sua sede de aprender. Interessava-se por todas as manifestações da atividade intelectual, estudando até às derradeiras horas, esforçando-se por se prover de novos conhecimentos, por aperfeiçoar cada vez mais o seu espírito. Onde melhor amigo dos livros, das academias, da ciência, da arte?

Magnanimidade — A sua atitude habitual, e, sobretudo, por ocasião da revolução que o destronou e no correr do doloroso exílio, justificou o título de magnânimo, que lhe conferiu o Instituto de França.

Coragem — Em lance algum da sua carreira deixou de manifestar valor e galhardia.

Um fraco! — vituperam alguns.

Um fraco, e, não uma só, mas cinco vezes, encarnou a legalidade, debelando, sem estrépito, cinco revoluções, e manifestando depois da vitória, para com os vencidos, generosidade verdadeiramente augusta! Um fraco, e triunfou magnificamente em três guerras externas!

Um fraco, e o seu governo organizou o mais forte Exército e a mais bizarra Armada da América do Sul, o Exército e a Armada de Caxias, de Ozório, de Tamandaré, de Barroso!

O extraordinário é que esse homem, assim superiormente cumpridor das suas obrigações, íntegro, patriota, bom, cavalheiroso, magnânimo, reto, fora educado sem mãe, ficara desprotegido de um parente mais velho, ou de um amigo de sua família que o amparasse e guiasse; ficara, em plena infância, com cinco anos de idade, entregue aos azares da revolução, que lhe banira o pai; e destarte, sozinho, abandonado a si próprio, criou-se, formou-se numa atmosfera de corte, mais propícia ao cultivo e desenvolvimento dos maus instintos do que dos bons!...

Somente um ser de eleição, dotado de privilegiada enfiatura moral, podia resistir, não deturpar-se, e atingir as excelsitudes a que ele ascendeu.

Sofreu muito. Perdeu filhos queridos; perdeu a dedicada esposa, quando debilitado, enfermo, no desterro, mais se lhe fazia mister a presença da velha companheira. Sofreu ingratidões, injúrias, decepções tremendas. Viu-se, de repente, despojado do trono, expulso da Pátria, como um réprobo, privado de tudo quanto amava, de tudo aquilo a que se achava costumado!

No fim da vida, padeceu até necessidades, expirando em incômodo aposento de hotel subalterno...

E nunca uma recriminação, uma queixa, uma expansão menos majestosa que de leve lhe desconcertasse a austeridade olímpica da compostura!

Oh! Foi, sem dúvida, um grande homem, um super-homem, desses de quem Shakespeare dizia: cada polegada da sua estatura daria para um homem.

Por meio século, assegurou a ordem e o progresso do Brasil.

Cinquenta anos de política não o corromperam; o longo exercício do supremo poder não o levou a iniquidade alguma.

Honra não já ao Brasil, porém ao gênero humano.

A antiguidade lhe houvera erigido altares, filiando-o à estirpe dos semideuses.

A sua recordação nos conforta, o seu exemplo nos esclarece e anima. A preciosidade máxima das nossas tradições é o seu nome. Destaca-se a sua figura na planície da nossa história, como um imponente píncaro, circundado de suave luz.

Na imensidade do Novo Mundo, nenhum vulto ainda ultrapassou o nível insigne em que ele pairou. A humanidade inteira escassas glórias deparará que sobrelevem a dele, glória incruenta e límpida, feita de doçura e clemência, toda voltada para o Bem.

AFFONSO CELSO
(Do século XX) (Outubro de 1905)

REIVINDICAÇÃO NECESSÁRIA



Ds despojos de D. Pedro II não podem continuar a jazer em território estrangeiro.

Deve cessar para o corpo inanimado da veneranda vítima o cruel desterro que lhe abreviou o existir, privando-a a Pátria adorada.

Reclama-o decoro nacional. O regresso da sagrada relíquia será justíssima reparação.

Satisfará a consciência pública.

Elevar-nos-á aos nossos próprios olhos, servindo de atenuante a tantas faltas. Demonstrará, em suma, ao mundo culto, que as paixões políticas, as conveniências partidárias, os desvarios factuosos ainda não sopitaram de todo no coração brasileiro os impulsos da justiça, o sentimento da gratidão e o culto dos grandes homens — apanágio das almas nobres, atributos indispensáveis a um povo que se preze de brioso e digno.

Admitem-se leis do banimento político, quando estritamente necessárias. Uma vez, porém, que essa necessidade desaparece, sobre iliberaes e iníquas, tornam-se estúpidas tais leis.

Assim se exprimia em 1847, perante a Câmara dos Pares, Victor Hugo, advogando a pretensão de Jeronymo Bonaparte que, cansado do ostracismo, almejava rever a França.

O nosso caso é outro.

Mais do que o ex-rei da Westphalia, impõe-se à geral consideração.

Trata-se de um morto, morto glorioso, o mais glorioso de nossos mortos, e pede-se simplesmente que o miserando cadáver de um velho venha repousar no seio de sua terra natal.

Que mal daí advirá?

Em vida, ocupando o trono, dispondo por dilatados anos de autoridade soberana, ele nunca perseguiu, nem ofendeu ninguém.

Jamais rolou uma lágrima de mágoa provocada por ele. Ao contrário, sorriu sempre magnânimo e misericordioso aos próprios que, sem a mínima razão, gratuitamente o agrediam.

Desconheceu e desprezou o “prazer de deuses” — a vingança.

Protótipo de serenidade olímpica, sua alma pairou, sem um deslize, nas mais levantadas culminâncias morais.

Foi compassivo, meigo, puro, tolerante, sublimemente bom.

Apesar disso, ou por isso mesmo, o expulsaram.

Mas agora, gelado e imóvel, reduzido à suprema degradação do nada, fechado num féretro, inerme e vencido, que inconveniente haverá em que ele volte?!...

Oh! Não queiras que a condenação execranda ultrapasse os umbrais do túmulo.

Seria monstruoso.

Urge arrebatá-lo da longínqua região em que o depositaram o sarcófago imperial.

Durante sessenta anos, aquele espírito só nutriu um pensamento: servir bem o Brasil.

Nos últimos dias da atribulada existência, nesse exílio suportado com tamanha majestade, apenas externou esse desejo: expirar no Brasil.

No Brasil ele nasceu.

Destituído de família que lhe cultivasse a índole e lhe aperfeiçoasse o caráter, ele cresceu, educou-se, concebeu todas as suas afeições no Brasil, revelando-se aqui essa individualidade superior, admirada dos maiores gênios contemporâneos, colocada a par das mais formosas

do gênero humano — individualidade que constitui sempiterno padrão de orgulho para o nosso meio social — a flor finíssima da malsinada civilização sul-americana.

O povo, que derribara o pai dele, amparou-lhe o berço, com carinhos maternos.

Julgou-o digno de cingir o diadema antes da idade legal.

Constantemente, esse povo, no correr de vasto período, deu-lhe inequívocas provas de amor.

Quando ele adoeceu, na Itália, em maio de 1888, um soluço de angústia abalou o país inteiro, preocupado com a abolição.

E que extraordinária apoteose, ao ele voltar ressuscitado, encanecido, apresentando vestígios de horrível padecimento, mas radiante de júbilo, por causa da luminosa revolução efetuada!

Depois, colhido de surpresa, o mesmo povo deixou — na feliz mansidão a que se habituara — que o depusessem e expelissem.

E quando, enfim, ele sucumbiu, como um forte e um justo, quando a França republicana lhe tributou homenagens grandiosas, quando o universo civilizado se ajoelhou, respeitoso, diante do seu leito funerário — oh! por Deus! foi uma minoria insignificante, furiosa de despeito, quem desrespeitou a dor pública, conseguindo a fácil e triste vitória de estorvar as expansões dessa dor.

Ainda assim, todavia, ela se mostrou imensa e soleníssima.

A alma brasileira vibrou de tal sorte que a República, organizada pelo Exército e a Armada em nome da nação, empalideceu em meio das espadas e canhões de seu cortejo, contorcendo-se em violentos arreganhos, perante as calmas e austeras manifestações de luto.

E que profundíssima afeição dedicava ele, por seu lado, ao Brasil!

Foi o mais devotado, o mais ativo, o mais honrado, o mais leal dos nossos funcionários.

Exauriram-se-lhe as forças, por excesso de trabalho em prol do bem comum.

Elevar, engrandecer a Pátria, eis a sua única ambição, o seu esforço indefesso, o seu permanente e estremecido ideal.

Deplorou a queda da monarquia — não porque lhe arrancasse a coroa, mas principalmente por obrigá-lo a ausentar-se do Brasil.

E, fossem quais fossem os seus erros, quem ousará duvidar da retidão de seu ânimo ou da nobreza de suas intenções?!

Vede a sua obra.

Aí estão, contestáveis somente por inteligências acinte obcecadas, cinquenta anos de ordem, progresso pacífico, prosperidade crescente, crédito e renome no exterior, plenas garantias no interior, regime, numa palavra, patriótico e sábio, à luz de ininterrupta e amplíssima liberdade.

Não! Não compete a estrangeiros guardar o invólucro terreno de tão portentoso espírito, filho do Brasil.

É nosso; pertence-nos; cabe-nos venerá-lo, como relíquia sacrossanta, erigir para ele o mais precioso monumento do nosso panteão.

Reivindique-o a Pátria, com o doloroso ardor do velho rei Príamo, cabido do fastígio das grandezas, o cabelo coberto de cinzas e o rosto de lágrimas, reclamando de Aquiles o corpo de Heitor.

Não vai neste apelo o menor intuito ou manejo político.

Levanto-o, confiante de que achará o eco simpático em todos os meus compatriotas.

Dirijo-o aos republicanos sensatos e de boa-fé.

Afirmas que, a 15 de novembro, tratastes com as devidas deferências o régio ancião. Ofereceste-lhe, nessa conjuntura, cinco mil contos, que ele hombridosamente rejeitou. Na Constituição Federal de 24 de fevereiro, marcastes-lhe de uma pensão vitalícia. Reconheceste-lhe assim os merecimentos e os benefícios. Tolerai, pois, que as suas cinzas inofensivas repousem, conforme ele pedia, num canto do solo nacional.

Imitando uma célebre apóstrofe, direi ao vosso governo: — Ser justo equivale a ser hábil. Presto-vos serviço convidando-vos a uma bela iniciativa, apontando-vos o modo de serdes inteligente e cavalheiroso. Importa isso fazer-vos a honra de vos julgar forte. Procedei com grandeza.

Nada patenteará melhor a vossa seguridade e solidez.

Apelo especialmente para os paulistas.

Corre parelhas com a uberidade pasmosa de suas terras à bizzarria fidalga de suas almas.

Entrego-lhes a semente desta ideia.

Nada vale o sementeiro.

Mas acolha-a S. Paulo em seu seio magnifico.

Dê-lhe a sua seiva poderosa, o calor de suas energias, a audácia dos seus desassombrados empreendimentos.

Faça-a crescer e vingar.

Organize a propaganda neste sentido: artigos, discursos, representações, requerimentos, assíduos e tenazes.

Vencerá, se o quiser.

Quo non ascendam?... é a sua divisa.

Prove ainda uma vez que assiste aos paulistas o direito de usá-la e de orientar a opinião nacional.

Calcula-se a superfície do Brasil em oito milhões e setenta e cinco mil quilômetros quadrados.

Bastam alguns palmos dessa imensidade para jazigo do Imperador.

Haverá quem ouse negá-los?

A Cristo ludibriaram-no, açoitaram-no, martirizaram-no, assassinaram-no na cruz.

Mas, rendido o seu espírito, permitiram que por um discípulo fosse o corpo arredado do lugar do suplício e piedosamente posto, depois de embalsamado com preciosos aromas, num sepulcro condigno, sobre o qual livres choraram as mulheres de Galileia.

Certo, ninguém impedirá no compassivo Brasil uma homenagem póstuma análoga à obtida de Pilatos por José de Arimateia.

É impossível que presentemente assoberbe os corações intolerância mais dura do que a dominante na Judeia, há dezenove séculos.

(Do *Commercio de S. Paulo* — 1895)

VII A ESTATUA DO SR. D. PEDRO II EM PETRÓPOLIS



Inaugura-se, domingo, 5 do corrente, na bela cidade serrana, este monumento erigido, mediante contribuições particulares, pela perseverança e dedicação de uma comissão executiva composta dos seguintes membros: Conde de Affonso Celso, presidente; Dr. Alcibíades Peçanha, vice-presidente; Capitão Henrique Viard, 1.^o secretário; Capitão Gustavo Caheins, 2.^o secretário; João Guilherme Pinto de Souza, tesoureiro; Major João Napoleão Olive, adjunto de tesoureiro.

Não tem a estátua proporções grandiosas; mas apresentando, maior do que o natural, a figura do Imperador, sentado, a face apoiada a uma das mãos, enquanto a outra sustém um livro entreaberto, é bem proporcionada, airoso, impressionante, genuína obra de arte, na opinião de quantos a viram.

Chama-se Jean Magrou o seu autor. É um jovem, porém já famoso escultor francês, primeiro prêmio de Roma. Devem-se-lhe muitos trabalhos notáveis: acaba de fazer um busto do Marechal Hermes da Fonseca.

A comissão, antes de escolher o projeto de Jean Magrou, estudou o do escultor A. Zani, de S. Paulo, não o aceitando, sobretudo porque o preço não convinha.

Dirigiu-se ao Professor Rodolpho Bernardelli, que a tratou com máxima gentileza, indo até pessoalmente examinar em Petrópolis o lugar destinado à estátua.

Como o laureado Diretor da Academia Nacional de Belas Artes não pudesse, em virtude de seus numerosos labores, oferecer um projeto em tempo, resolveu a comissão recorrer a artistas estrangeiros.

Prestou-lhe nisso grandes e desinteressados serviços o Sr. Eugênio Ferraz de Abreu, atualmente em Paris, e amigo pessoal do Conde de Affonso Celso.

Vieram da Europa várias maquetes, entre as quais duas do célebre escultor Charpentier, preferindo a Comissão, depois de atento exame e determinar algumas modificações, a de Jean Magrou, que, uma vez escolhida, foi rapidamente executada.

O pedestal, de acordo com os planos do arquiteto, também parisiense, Felix Debat, construiu-o o Sr. Heitor Levy, estabelecido nesta Capital, à rua da Carioca, e o mesmo que se encarregou do pedestal da estátua de Barroso, à praia do Russel.

Andam por cerca de 25 contos de réis as despesas até hoje.

* * *

A origem da estátua e andamento dos trabalhos constam dos seguintes documentos:

Ata de reunião realizada em 18 de dezembro de 1904 na avenida 15 de novembro, nº 116, na casa Olive, Petrópolis.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil novecentos e quatro, reunidos, na casa Olive, à Avenida 15 de Novembro, 116, em Petrópolis, os Srs. Gustavo Caheins, Henrique F. G. Viard e João Olive, depois de ligeira palestra, resolveram tomar a si o encargo de promover uma subscrição popular com o fim de se erigir nesta cidade um monumento ao bene mérito e preclaro brasileiro o Senhor D. Pedro de Alcântara, pelos inestimáveis serviços prestados à bela cidade cujo nome lembra o de seu fundador. Tendo também comparecido à casa acima os srs. Dr. Ernesto Paixão e Capitão José Lopes de Castro, lhes foi transmitida a ideia que acabava de ser levantada e como fossem da mesma opinião, foram estes srs. convidados para tomarem parte na Comissão iniciadora do monumento. Ficou deliberado que fossem impressos boletins dirigidos ao povo de Petrópolis, concebidos nos seguintes termos e assinados pelos iniciadores:

Ao Povo — os abaixo-assinados, constituídos em comissão iniciadora e como intérpretes da maioria do povo petropolitano, convidam o

mesmo para uma reunião que terá lugar no dia 22 do corrente, às 8 horas da noite, no Salão Floresta, a fim de se resolver sobre a execução de um monumento ao preclaro e ilustre brasileiro D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil, a quem a nação deve, além dos inestimáveis serviços de bom cidadão, a fundação da mais bela cidade da América e talvez do mundo — Petrópolis —, cujo nome lembra o de seu fundador. A homenagem que se pretende prestar não visa intuítos políticos, mas tão somente uma manifestação que é justa e devida a um dos mais dignos filhos do Brasil.

Dezembro de 1904 — Dr. Ernesto Paixão, José Lopes de Castro, Henrique F. G. Viard, Gustavo Caheins e João Napoleão Olive.

Foi mais resolvido officiar-se ao Sr. Presidente da Câmara, representantes da imprensa do Rio de Janeiro e proprietários da imprensa de Petrópolis convidando-os para a reunião e também levar ao conhecimento do Sr. Dr. Delegado de Polícia, a fim de a Comissão indicar o local, dia e hora da reunião. Ficou assentado que o Sr. Dr. Ernesto Paixão faria a exposição dos motivos da reunião. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, retirando-se os iniciadores cômicos de terem cumprido o seu dever de bons brasileiros e petropolitanos, esperando que a ideia seja bem acolhida pelo povo que se devia lembrar dos altos merecimentos e inigualáveis serviços prestados por D. Pedro de Alcântara, e por esse motivo deverá auxiliar a Comissão a erguer em uma das praças públicas desta cidade, com a devida vênua da Câmara Municipal, um monumento em que para sempre fique gravado o reconhecimento de todos ao magnânimo fundador de Petrópolis. E eu, Henrique F. G. Viard, escolhido para Secretário, escrevi a presente ata, que assino. — *Henrique F. G. Viard.*

Do que ocorreu na anunciada reunião dá conta a ata seguinte:

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e quatro, às 8 horas da noite, reunida no teatro Floresta a comissão iniciadora do monumento ao Sr. D. Pedro de Alcântara, benemérito fundador de Petrópolis,

composta dos Sr. José Lopes de Castro, João Napoleão Olive, Henrique F. G. Viard, Gustavo Caheins e Dr. Ernesto Paixão, grande numero de pessoas e representantes da imprensa do Rio de Janeiro e Petrópolis, Antônio dos Santos Guimarães Junior, do *Jornal do Commercio*; Arthur Alves Barbosa, da *Tribuna de Petrópolis*; João Duarte da Silveira, do *Correio da Manhã*; Roberto d'Escragnolle, da *A Notícia*; Dr. Aristides Werneck, de *O País*; Carlos de Souza Martinho, da *Capital*; Martinho de Moraes, da *Gazeta de Petrópolis*, e o representante do *Bersagliere*, ocupando o lugar de presidente da reunião, o Sr. Gustavo Caheins, que convidou o Coronel Ricardo Narciso da Fonseca, decano dos moradores de Petrópolis, para dirigir os trabalhos, declinando este do convite, assumiu a presidência o Sr. João Roberto d'Escragnolle, da *A Notícia*, que convidou o Sr. Coronel Ricardo Narciso da Fonseca a tomar lugar à sua direita e o Sr. Henrique F. G. Viard para servir de secretário; sentando-se ao redor da mesa os demais membros da comissão iniciadora, deu o Sr. Presidente como aberta a sessão, concedendo a palavra ao Dr. E. Paixão, que fez a exposição dos motivos da reunião, demonstrando categoricamente que a fundação da cidade de Petrópolis é devida somente a D. Pedro de Alcântara, com a leitura de uma memória de C. Reyberolles. Em seguida, o Sr. Presidente declarou que seria concedida a palavra a quem dela quisesse usar.

O Sr. José Lopes de Castro, pedindo a palavra, apresentou, depois de fundamentada a seguinte proposta, que foi aprovada sem discussão: — “Proponho que seja nomeada uma comissão composta de quatro membros para se entender com as associações de Petrópolis, para então ser anunciada uma grande reunião, a fim de ser escolhida a comissão central promotora do monumento projetado, cuja iniciação hoje se firma”. — *José Lopes de Castro*.

O Sr. Gustavo Caheins apresentou a seguinte proposta: — “Proponho que a comissão de quatro membros para se entender com as associações de Petrópolis seja formada pelos Srs. Coronel Ricardo Narciso da Fonseca, Capitão Lopes de Castro, Tenente Henrique Viard e Capitão João Napoleão Olive”. Teve a palavra o Sr. Dr. Ernesto Paixão, que propôs que o presidente honorário dessa comissão fosse o Sr. Coronel Ricardo da Fonseca.

Aprovada pelo Sr. Martinho de Moraes, foi combatida pelo Sr. Lopes de Castro, que declarou ser essa uma comissão provisória e que também só a ela competia escolher o seu presidente.

A proposta do Sr. Dr. Paixão foi rejeitada, tendo ainda falado contra o Sr. Dr. Aristides Werneck. O Sr. Dr. Ernesto Paixão pediu e obteve permissão para retirar-se, desligando-se da comissão iniciadora. O Sr. Dr. Visconde de Ouro Preto e o Dr. Affonso Celso foram representados pelo Sr. Dr. Ernesto Paixão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por terminada a sessão. E eu, Henrique F. G. Viard, secretário, escrevi e assino com a comissão iniciadora, representantes da imprensa e mais pessoas presentes.

Não tendo, durante quase dois anos, andamento os trabalhos da comissão, por motivos independentes de sua vontade, reuniram-se o Sr. João Napoleão Olive e Henrique F. G. Viard, na casa Olive, e resolveram, de acordo com o Sr. Gustavo Caheins, organizar uma nova comissão, que ficou desde logo constituída do seguinte modo: Presidente, João Werneck; 1ª Secretário, Henrique F. G. Viard; 2ª Secretário, Gustavo Caheins; Tesoureiro, João Guilherme Pinto de Souza; Adjunto de Tesoureiro, Major João Napoleão Olive.

Recebeu ela o título de Comissão Executiva do Monumento à Memória de D. Pedro II.

A primeira reunião foi a 17 de fevereiro de 1906, na Avenida Quinze de Novembro, nº 116. Em 25 de janeiro de 1909, o Sr. João Werneck, Presidente, renunciou ao cargo de presidente, declarando que os seus múltiplos afazeres o impediam de continuar na presidência.

* * *

Nessa mesma data foram convidados para presidente da Comissão o Exmo. Sr. Conde de Affonso Celso e vice-presidente o Sr. Dr. Alcibíades Peçanha.

* * *

Durante a presidência de João Werneck, efetuou a Comissão, em maio de 1907, um grande festival, em um dos teatros de Petrópolis, a que compareceu imensa concorrência.

O Sr. Conde de Affonso Celso fez então uma conferência sobre o Imperador e sua missão histórica, sendo entusiasticamente aplaudido, ao descrever a vida pura e as raras virtudes do insigne brasileiro.

* * *

A 20 de dezembro de 1908, colocou-se a primeira pedra do monumento, cerimônia assim descrita pelo *Jornal do Commercio*:

PETRÓPOLIS — Realizou-se ontem a cerimônia do assentamento da pedra fundamental do monumento à memória de D. Pedro II, o fundador da cidade de Petrópolis, na praça D. Pedro de Alcântara, em presença de vários membros do Corpo Diplomático, da comissão executiva do mesmo monumento, dos representantes da imprensa e de várias associações, autoridades, senhoras e cavalheiros e outras muitas pessoas de todas as classes sociais.

Ao meio dia, o Monsenhor Rocha, vigário de Petrópolis, acolitado por dois sacerdotes e acompanhado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, procedeu à benção solene da pedra inicial do monumento.

Presidindo a comissão promotora do monumento, o Sr. Roberto d'Escragnolle pronunciou as seguintes palavras:

Agradeço ao ilustre membro da comissão a imerecida honra que me dá, indicando-me para presidir essa solenidade para mim duplamente festiva e repassada de grande prazer, já pelo fato em si, já por ter sido eu o mais obscuro dos iniciadores dessa homenagem ao excelso brasileiro e ao inolvidável fundador da mais bela cidade do Brasil.

Há quatro anos passados tive a honra de presidir a reunião de instalação dos trabalhos da comissão iniciadora do monumento a D. Pedro II. Agora, pela lamentável ausência do Presidente da comissão e pela generosidade de um dos seus membros, eis-me a presidir a presente inauguração, que, acredito, há de tornar-se em pouco tempo uma

realidade, esse nosso sonho de tantos anos, a estátua de D. Pedro II levantada na nossa encantadora Petrópolis.

Terminando, deu a palavra ao Sr. Dr. Vicente de Ouro Preto, que pronunciou o seguinte discurso:

Somos neste momento, senhores, testemunhas de um fato raro na vida das sociedades, pois somos os autores e espectadores de um ato de justiça social, praticado em prol de quem há menos de vinte anos desempenhava a máxima das funções oficiais deste país.

Raro, seguramente, o é um ato de justiça, quando verificado nas condições a que ora assistimos.

Julgam imparcialmente, glorificam a quem o merece, as gerações porvindouras; as contemporâneas, ou aquelas que mais de próximo se lhes sucedem, não fogem aos sentimentos de prevenção, suspeita, ódio, simpatia, reconhecimento, amor, entusiasmo, que despertam as figuras de destaque da época em que vivem.

Foi mister que Sua Majestade o Sr. D. Pedro II possuisse extraordinárias virtudes para que um tão breve lapso de tempo decorrido, após a violenta terminação do seu governo, bastasse para que a unanimidade dos brasileiros rendesse à sua memória o culto de respeito e veneração que a envolve hoje, fazendo-o o mais querido dos vultos históricos do Brasil.

A homenagem que vimós de prestar seria a prova deste asserto, se de prova houvesse ele necessidade.

De fato, a ereção do monumento, cuja primeira pedra acaba de ser colocada, e que em breve ainda mais aformoseará esta praça, tão linda já pelas flores que a engalanam, quanto majestosa pela fronde das árvores plantadas sob os olhos daquele cuja brônzea figura aqui achará condigna colocação, foi promovida por uma comissão de republicanos, e se nós, os monarquistas de Petrópolis, nunca lhe negamos a nossa colaboração, propositalmente evitamos um papel proeminente, que desvirtuaria a significação dessa homenagem, transformando-a em uma manifestação partidária, quando ela não devia ser, e não é outra cousa senão a sagra-

ção das benemerências do seu Grande Fundador, pela cidade que se orgulha de ter o nome de D. Pedro II.

Obtidos os donativos em pequenas parcelas, provenientes, não raro, das mais modestas bolsas, o bronze que aqui se ostentará antes de fundido em incandescentes fornalhas já foi caldeado no mais puro dos cadinhos — o coração agradecido dos pobres e humildes!

O local e a hora desta cerimônia exigem que ela seja curta. Assim, em breves e toscas palavras permiti que evoque alguns traços do venerando ancião, cuja imagem encontra enternecido abrigo em todo o coração de patriota brasileiro.

Entregue aos cinco anos a mãos estranhas, educado pelos revolucionários, crescendo e fazendo-se homem no correr de épocas de subversões e revoltas, ele, que aos quinze anos enfeixou em suas mãos todos os poderes majestáticos e que sentia o nobre sangue da ascendência augusta, dentre as que mais o eram no velho mundo, ainda mais avigorado pela força estuante que lhe vinha da natureza do novo mundo em que nascera, foi, durante seis décadas, o exemplo vivo da correção, da honorabilidade, do escrupuloso cumprimento dos deveres de homem e chefe de família.

E aqui em Petrópolis, onde mais próximo à do povo corria a sua vida, presenciava a população frequentemente edificante espetáculo de um soberano modestamente vestido, trilhando as avenidas, tendo ao braço a filha, sorrindo dos ditos infantis dos netos travessos e despreocupados... Parte de cima a corrupção dos povos, disse alguém, injustamente, um dia.

Com maior propriedade se poderia dizer que, exemplo modelar de todas as virtudes da família, o Sr. D. Pedro II era a encarnação viva da sociedade brasileira, que nele encontrava o estímulo e o encorajamento para perpetuar a conservação de característicos que são o orgulho da nossa raça.

Como Soberano foi, de fato, o poder moderador, como o chamava a Constituição, isto é, foi aquele que soube coibir os desmandos dos partidos elevados ao poder pelos azares do voto popular; foi aquele que apagou os ódios e ressentimentos que ficaram das revoltas que a

espada benemerita de Caxias sufocou, foi aquele que apertou os laços da coesão nacional; foi o Imperador que nunca fez correr uma só lágrima, e inúmeras enxugou!

Como cidadão, como patriota, a sua alma vibrou sempre afinada com a de seu povo.

Relembremos dois fatos para testemunhar esse acerto:

Deu-se um por ocasião do mais puro e brilhante dos feitos que assinalam as páginas da nossa história.

Foi quando, por entre flores e alegria unânime, Isabel conquistava o título de Redentora.

Prostrado no leito do sofrimento, prestes a iniciar a viagem de que se não volta, com a visão já fixa no além, conservando apenas alguns poucos restos de vida, recebeu o Sr. D. Pedro II a notícia de como se fizera a abolição.

Tão fundo lhe entrou no coração a alegria causada pelo egrégio acontecimento, que achou ainda forças para exclamar: “Grande Povo”, enquanto duas lágrimas se lhe desprendiam das pálpebras e iam se perder nas néveas barbas patriarcais.

Foi o outro quando, comungando com o Brasil inteiro na revolta, que despertou a invasão insólita do nosso território por um inimigo que de nós só recebera benefícios, abandonou conforto, segurança, família, para, na qualidade de voluntário, concorrer com o seu esforço pessoal para a libertação do solo pátrio.

E foi só quando viu Uruguaiana redimida e vencido o inimigo, que despiu a gloriosa farda do voluntário, para dispensar tais cuidados aos prisioneiros que muitos dos que haviam transposto nossas fronteiras com desígnios sanguinários e homicidas, dentro delas permaneceram feita a paz, contribuindo com o seu trabalho para o engrandecimento do nosso país.

Estes são, porém, senhores, motivos para a gratidão de todo o povo. Petrópolis possui outro de mais íntima valia.

A cidade que é hoje a pérola do Brasil, a Princesa das Serras, como a chamaram já, foi criada e desenvolveu-se sob os auspícios de D. Pedro II.

Patriota ainda sob esse ponto de vista, desamando embaixadas faustosas, mais ou menos áureas, de propaganda, D. Pedro II constituía ele próprio a melhor das propagandas do seu país.

Não há melhor ímã a atrair a corrente de imigrantes que a certeza de um governo justo, enérgico, forte, da existência de leis protetoras e de um povo hospitaleiro a receber amistosamente todo trabalhador honesto. Era D. Pedro II o fiador do Brasil, perante o mundo, de que nesta parte da América encontraria quem nos procurasse tais elementos de vida e prosperidade.

Os imigrantes que D. Pedro II fez vir para Petrópolis e plantaram em nosso fértil solo as raízes de suas famílias, viram estas por tal forma vicejar e se identificar ao ambiente novo, que constituem hoje uma das grandes cidades brasileiras.

Designado um jardim para que nele se erguesse a estátua do Imperador, foi bem inspirada a municipalidade petropolitana.

Aqui brincam e se fortalecem as crianças, os homens de amanhã.

À guarda dos dirigentes do Brasil no futuro fica a estátua do grande brasileiro, e oxalá quando tenham a responsabilidade dos nossos destinos se recordem eles dos exemplos de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II!

Em seguida, foi lida pelo Sr. Gustavo Caheins a seguinte ata:

Ata do assentamento da pedra fundamental do monumento à memória de D. Pedro II, fundador de Petrópolis.

Aos vinte dias do mês de dezembro de mil novecentos e oito, às 11 horas e meia, presente a comissão executiva para o monumento à memória de D. Pedro II, fundador de Petrópolis, composta dos Srs. Gustavo Caheins, João Guilherme Pinto de Souza e João Napoleão Olive, representantes estrangeiros, autoridades civis e militares e grande número de pessoas. O secretário Gustavo Caheins, na ausência do presidente, assumiu a presidência, e convidou o Sr. João Roberto d'Escragnolle para presidir este ato. O Revmo. Monseñhor Theodoro da Silva Rocha lançou a benção sobre a pedra, com

todas as formalidades do ritual, falando em seguida o Exmo. Sr. Dr. Vicente de Ouro Preto, que produziu um brilhante discurso, sendo aplaudido pelas pessoas presentes. Nada mais havendo a fazer, o secretário lavrou a presente ata para ser colocada na urna, onde também foram depositados os jornais do dia, cartões diversos, moedas de vários valores, e uma cópia da ata em esperanto, traduzida pelo Sr. Tenente-Coronel João Duarte da Silveira, secretário do Esperanto Petropolisca Krupo, sendo por fim soldada a caixa e colocada na cavidade da pedra fundamental. O presidente interino convidou o Exmo. Sr. Coronel José Henrique Theyne Land, Vice-Presidente da Câmara Municipal, para argamassar a pedra colocada no centro do jardim, à Praça D. Pedro de Alcântara, lugar designado pela ilustre Câmara Municipal; tendo sido este ato revestido do cerimonial do estilo. E eu, Gustavo Caheins, secretário, a escrevi e assino com os demais membros da comissão que quiserem assinar.

Assinaram a ata os Srs:

J. Robert d'Escragnolle, Gustavo Caheins, João Guilherme Pinto de Souza, João Napoleão Olive, José H. Theyne Land, Monsenhor Theodoro Rocha, Dr. Vicente Ouro Preto, Conde de Affonso Celso, Visconde de Ouro Preto, Barão de Santa Margarida, Fridolino Cardoso, João Duarte da Silveira, Dr. Gregório de Almeida, Ernesto Mattoso, Conde de Paranaguá, Dr. Augusto Miranda Jordão, Dr. Octavio da Silva Costa, por si e pelo Conselheiro Silva Costa, Dr. Heitor da Silva Costa, Major Itami, adido militar da Legação do Japão; Candido Moura, Pedro Zingel, Walter Bretz, Paulo de Andrade, Eduardo da Rocha Tinoco, Vicente Brandão, Antônio Mauricio, Guilherme Erphaus, Carlos Hamam, Antonio Conde, Pedro Paranaguá, Francisco Lustosa, Presidente da Sociedade Italiana da Cascatinha; Dr. Alcibíades Peçanha, Alexandre Dunleg, João Raidee, Arthur Moret, Domingos Nogueira, Arthur Coelho, Alberto Esch, Dermeval Miranda, Cleto Alves de Melo, Dr. Sebastião de Carvalho, Manoel Alexandre de Oliveira, José Ribeiro da Cunha, José Kalem bach Cardoso, Francisco Câmara, Christiano Esch, Ticiano Tocantins, Francisco Rego de Mello, Presi-

dente da Sociedade do Quissamã; Narciso Baptista de Oliveira, Antônio dos Santos Guimarães Junior, Antônio Gama, Alfredo Mercaldo, Antônio Brandão, Dr. Ernesto Paixão, João Virgílio Lima, Arthur Wagner de Azevedo, Francisco Gonçalves Pardelhas, Presidente do Clube Filhos de Euterpe; Paulo Gamberoni, Dr. Agostinho de Souza Lima, Pio Minosi, Casimiro Melo Bittencourt, João Christovão Gabrich, Manoel Antônio Caldas, Pedro Scleper, Apio Claudio de Oliveira, Alberto Espichutz, Tenente Adolpho Alexandrina, Leonor Corrêa Land, Maria Lima, José Gomes de Pinho, Marcolino Fernandes dos Santos, Augusto Ferreira, João de Souza Bittencourt, João Eduardo Barbosa, Cesar Pinto Ribeiro Duarte, Antônio da Silva Duarte, Manoel Pimentel de Melo, Eugenio Borde, Luiz Torres, José Seabra da Cruz, Mathilde Hell, Francisco Soxel e Isabel Binot Cunha.

Terminada a leitura da ata, pronunciou este pequeno discurso o Sr. Coronel José Land, Vice-Presidente da Municipalidade:

Exmas. senhoras, meus senhores, ilustre povo petropolitano. Quis o acaso, reunido à benevolência da ilustre comissão encarregada do monumento a erigir-se a D. Pedro II, nesta cidade, e bem assim a gentileza do meu digno amigo e colega Dr. Hormogônio Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, que a um filho, o mais humilde, desta nobre e generosa cidade, coubesse a distinção de impulsionar a primeira argamassa que deverá servir de base à justa e singela homenagem que será levada a efeito, erigindo-se, neste local, uma estátua ao benemérito fundador desta cidade.

A Câmara Municipal, reconhecendo quão profícuo foi o impulsionamento dado a este recanto da nossa pátria por esse ilustre patriota, não duvidou em vir prontamente ao encontro da justa aspiração dos petropolitanos, designando e cedendo o espaço necessário para que neste local, tão apreciável e aprazível, entre arvoredos e flores multicores, fique para sempre e como recordação do passado, ereto esse monumento, que representará a gratidão dos habitantes da bela cidade de Petrópolis àquele que em vida se fez dela merecedor.

Creio interpretar o sentimento da população petropolitana fazendo votos para que a ilustre comissão que tomou sobre os ombros a tarefa

generosa e louvável de perpetuar no bronze a efígie desse ilustre brasileiro, cuja memória nos deve merecer respeito e acatamento, continue firme e inabalável no seu *desideratum*, a fim de que fique em breve implantado no solo petropolitano, que ele tanto apreciava, o desenho fiel da sua figura serena e imperturbável.

Foram colocados na urna de zinco os jornais do dia, uma coleção de moedas e cartões de visita.

Procedeu-se depois à colocação da urna na cavidade da pedra fundamental, executando essa cerimônia o Sr. Coronel José Land, Vice-Presidente da Câmara Municipal.

A pedra fundamental tinha a tampa de mármore, em que se via o seguinte dístico: “Pedra fundamental do monumento a Dom Pedro II. 20-12-1908”.

Sob a presidência do Conde de Affonso Celso, reuniu-se frequentemente, na *Villa Petiotte*, residência deste, a comissão, a qual entre outros meios que empregou para conseguir recursos pecuniários, promoveu uma grande festa no Palácio de Crystal.

Fez aí o Dr. Alcibíades Peçanha uma bela conferência.

Eis o transunto do discurso do Dr. A. Peçanha.

Quando visitamos, no meio-dia da França, a tranquila estação invernal, onde o saudoso brasileiro, a cuja memória procuramos render duradoura homenagem; passara algum tempo convalescente, deparamos com um monumento que, sem grandiosidade, revela toda a extensão do reconhecimento afetuoso que as aglomerações humanas votam aos seus benfeitores, e que as cidades de vilegiatura melhor caracterizam, pela adoção em absoluto conferida àqueles que proclamam, com êxito, as virtudes do seu clima ao nomadismo dos afortunados: o monumento erigido por Cannes, *urbs* de França, a Lord Brougham, estadista de Inglaterra.

O sentimento coletivo que ditara tão elevado tributo ao forasteiro ilustre, não cogitando das circunstâncias estranhas ao seu desígnio de transpor os Alpes, e que o forçaram a permanecer naquele recanto da

Provença, quis indelevelmente assinalar o perpétuo liame da prosperidade local ao grande espírito que a beneficiará, haurindo até finir-se a suavidade do seu ambiente, e para ele atraindo, em crescentes revoadas, os nostálgicos do sol, até transformar em luxuriante *winter-garden* a pobríssima aldeia de pescadores, abrigada no golfo da Napoule.

Ao surto dos *cottages* que se foram engastando pelas colunas sempre verdes, entre pinheiros e laranjais, Cannes, langorosa e florida, daria ao filho da Inglaterra um mandato político à Constituinte de França se os seus bons desejos não tivessem encontrado o obstáculo da nacionalidade, o que ainda mais acentua a amplitude dessa forma de simpatia humana, que se não a percebe das distinções de raça, de estatuto, de soberania!

Ora, no momento em que a vida das nações vem acusando, pelo concurso de nossas forças sociais, sintomas de desequilíbrio precursores talvez de profundas transformações, e que nos é dado assistir ao extremo rigor dos espíritos que se identificam com as tendências de sua época, em contraste com a terna lembrança dos que, confundidos na corrente vencedora, alongam um olhar úmido para a reta outrora percorrida, o que nos cumpre, a nós, filhos de um país vastíssimo, aberto às iniciativas mundiais do trabalho, com seus fatores de assimilação e absorvência e as mutações decorrentes do progresso com as suas aquisições reais e aparentes — o que nos cumpre é opor às ambições que nos dividem e enfraquecem as tradições que nos revigoram e nos unem às leis da natureza que substituem e renovam as leis da história que reconstituem e perpetuam — pela recordação dos feitos heroicos e dos homens ilustres que cimentaram a existência nacional. Conquanto não nos caiba avivar a coloração que se desprende da palavra e da pena de preclaros compatriotas ao celebrar, entre as grandes figuras do nosso cenário histórico, a de D. Pedro II, como individuação de uma época, pelo temor de parecer atenuar nas ilações de um preconceito político os serviços e os méritos que se lhe reconhecem e admiram, compartilhamos com ânimo patriótico do elevado apreço que sobre o eminente brasileiro paira na consciência pública, e que constitui do juízo histórico as mais edificantes premissas, sem dúvida

suficientes para consagrar o legado inestimável que à nação revertera de seus nobres exemplos e raras virtudes.

Muito mais elevada é a significação moral do monumento que aqui será erguido à sua memória do que a perdurável lembrança de Cannes ao seu eminente benfeitor; porque ela traduz, além do espírito local da grata reverência, o sentimento patriótico, não de uma, mas de todas as cidades brasileiras. Ao arrogar-se, porém, tão alta prioridade, a rainha das serras consulta a tradição histórica que o seu nome indica, e que lhe dita especial carinho pela personalidade que lhe lançara os primeiros alicerces, em terras de seu particular domínio. E esse tributo é tanto mais elevado e sincero, quanto ele envolve uma recordação palpitante no coração dessa operosa e pacífica descendência dos primeiros colonos, recordação dos sentimentos compassivos de seu fundador, que ao lado dos prazeres da inteligência formavam a mais bela floração do seu caráter, ao condoer-se de um punhado de infelizes aportados às nossas plagas, extenuados pelas fadigas e maus tratos, andrajosos e macilentos, para revê-los depois, no ar translúcido dos montes, com o sangue nos lábios, as grandes rosas nas faces e as fronteiras louras douradas pelo sol. Nesse preito de bronze que Petrópolis, gasalhosa e reconhecida, lança à posteridade, mesclando, para soerguê-lo, à dadiva dos ricos o vintém dos pobres, os seus habitantes devem orgulhar-se de ver a oportunidade e a justiça dessa consagração merecer a solidariedade daqueles que se as igualaram como infensos à entidade reinante, combatendo o regime cuja responsabilidade histórica o nascimento lhe fadara.

Esta deleitosa e amada cimeira, em cujo regaço alpestre o príncipe idealista abria as asas azuis de sua missão sonhadora, aliando a fantasia adiante da sua mente à alma poética da clareira aberta ao seio virgem da floresta, não o solicitava como os sítios alpinos ao turismo, sôfrego de sensações ondeantes, mas o atraía, além do aspecto palpitante da vida brasileira, em seus primeiros tentames a colonização saxônia, pela grandiosidade de seu mundo físico, onde a sua retina de pensador vinha colher as mais ricas tonalidades do ambiente pátrio. Atraía-o em uma possibilidade infinita das mais puras meditações, através das quais a nossa imaginação apraz-se em figurá-lo, ascendendo penosa-

mente às risonhas encostas a sobraçar o relicário de seus livros inseparáveis, para se embrenhar com eles no templo da natureza, e os reler numa atmosfera suave, onde lhe revelassem os seus impenetrados arcanos e restaurassem a idade remota em que nasceram.

Nem se diga que neste refúgio estival o recolhimento de seu espírito importasse em lassitude e consequente abandono dos encargos dinásticos, porquanto, a julgar pelas crônicas locais dispersas em hebdomadários, pelas referências verbais de seus contemporâneos sobreviventes, e até mesmo por um autógrafo que possuímos do ex-Imperador, em telegrama daqui expedido ao Visconde do Rio Branco, sobre motins ocorridos no Norte, dir-se-á que Petrópolis oferecia-lhe o belvedere de onde estendiam a vista serena os sábios, dos poemas homéricos que aliás não impedia, por vezes, que a transparência do ar fosse velada pelas névoas... Preferindo então, D. Pedro, renunciar aos encantos da vilegiatura para seguir de perto as situações delicadas como a produzida pela pendência Cristie.

As cidades de estação, aparentemente frívolas e heterogêneas, pela inconstância e cosmopolitismo de seus habitantes, vão pouco a pouco formando um como sedimento de população selecionada e estável, que por suas ligações às classes dirigentes refletem com particular nitidez as condições econômicas e morais do país, o seu grão de cultura, às direções de sua vontade, e, na ausência de certos preconceitos, uma viva ufania do passado, quicá unida ao grande zelo da sua fortuna presente... Quando digressamos a mente pelas estações antigas, e da via Ápia acompanhamos as liteiras romanas carregadas por escravos, em demanda de Minturnes e das praias da Campânia, onde poetizaram Virgílio e Dioneides, a vilegiatura pompeana que, asfixiada em cinzas e pedra-pomes, ressurgiu depois de 1800 anos, na tocante realidade de seus átrios e peristilos, dos apercos de suas antecâmaras e alvas escadarias do seu teatro, comunica-nos, na polifonia do silêncio de suas ruínas, o caráter de seus habitantes, pontuando a vida fácil dos romanos, entre as linhas austeras de recinto grego, Pansa, Salustio, Cicero, Marco Antônio.

Em outra frase da civilização, Versalhes não nos recorda a fisionomia teatral da França monarquista, fazendo-nos sentir o ruidoso movi-

mento da Corte, no desvario de suas construções monumentais, glorificando o engenho de Mansart, erigindo um Trianon de porcelana, formando grandes piscinas, precisamente onde a água não existia, construindo um palácio para uma dama revelar em seus salões o deslumbramento de suas folias?

Em vez de Olimpo para os deuses, um céu aberto para quem governa em seu nome, conduzindo a sua vaidade entre as alegorias da Paz, da Guerra, de Mercúrio, de Apolo, de Diana; descansando em um “leito que tem a solenidade de um trono”, teatro feérico onde os atores deixaram todos os utensílios da cena e os papéis ainda legíveis, que caracterizam a fisionomia da sociedade, a índole da política, a missão das letras, o brilho das artes?

Se, pois, a infortunada Pompeia oferece-nos, nos escombros de seu incêndio, entre as paredes de suas vilas e os vestígios de sua existência luxuriosa a compleição moral dos Lúculos; se Versalhes, na suntuosidade de seus palácios, em cujas proximidades ninguém ousaria levantar um edifício de grandes proporções, assinala o índice de uma época na moldura caprichosa de um reinado, Petrópolis, na modéstia da residência imperial, avizinhada por chalés medíocres e casas rústicas, o que nos indica senão o contraste do egoísmo dissipador com o bucolismo e a liberdade de quem se deleitava em percorrer as suas alamedas e ir ao encontro das garrulas crianças gozando as delícias de um parque que ele subdividira em lotes, ao mesmo tempo que dispensava oito anos de foros aos seus primeiros colonos?

A sua estátua, pois, não se elevará, como a de Luis XIV, no pátio central de um magnífico palácio, guardada por fortes muralhas; ela será a expressão de sua entidade intelectual, sentindo-se venturoso na amplidão luminosa do ambiente, banhada a grandes jorros pela luz apolínea, recebendo nas linhas severas do seu semblante meditativo as mesmas carícias do ar embalsamado pelas plantas que ele amara. Aí, a memória, que desde os antigos é a meiga nutriz das musas, o amoroso seio materno dos cultores do estro, evocará, na culminância dos serros que ele deixara agrestes, um hino vago de saudade na reminiscência de seus passos pelos estreitos e sinuosos caminhos, onde, guiado

pelo sussurro do veio cristalino, ele não buscava a fonte juturna para purificar o gladio de lutas cruentas, mas sob a grande cúpula de mágica verdura, o mais doce olvido das paixões humanas.

Quando os povos da idade antiga rendiam culto ao heroísmo, nele não celebravam tão somente os atos de bravura, o desprendimento completo pela ventura de existir: o seu alcance apoteótico estendia-se de Ulysses, Alcyon e Telemaco, na remota latinidade, aos anciãos veneráveis, como Zaerte, Ilalitherses e Demodocus. Foi assim que sobreviveram a seu tempo, pela sagração cívica, os heróis locais, que defenderam as cidades na guerra, desenvolveram-nas, perlustraram-nas na paz. Ora, que maior título podem as agremiações humanas reconhecer à sobrevivência e a comemoração que o de haver, como D. Pedro, lançado os seus fundamentos materiais no solo, os atributos da sua vida civil nas escolas, nos hospitais e nos asilos? Já não é tempo de começarmos a transmitir à gente nova, unida ao passado pelo sangue e pela história, tudo aquilo que recorde a existência dos nossos homens ilustres? Sem as estátuas, porque haverá quem prefira, como o censor romano, não tê-las, à que os pósteros perguntem a razão delas, mas com a transmissão *ud Patriam* das moradas, dos utensílios, dos manuscritos, não asseguraríamos melhor, com o culto das tradições, a unidade nacional e amor-próprio pelo patrimônio comum?

O exemplo legendário dos filhos de Tebas apontando com orgulho a casa de Cadmo, os de Esparta até Dioscuros, até os de Elis a de Denomaos, os de Tremena a cabana de Orestes, os de Aulis o limiar de bronze da tenda de Agamenon, foi um gérmen precioso de veneração cívica, passando da civilização greco-latina aos povos do Ocidente... às relíquias do Império conservadas pela França republicana, às da República de Roma e Veneza pela Monarquia de Itália, às do paganismo pela Corte Pontifícia...

O exemplo legendário do oráculo de Delfos, pelo qual o primeiro ato de consagração histórica era a transladação dos restos mortais, que em meio de grandes pompas assinalara a união sentimental dos seres humanos, apagando as manchas do ódio e da vingança, e que se tem reproduzido inúmeras vezes na vida das nações, vem talvez encontrar nesta justa homenagem o primeiro passo decisivo para a repatriação

do precioso ataúde, que o sentimento brasileiro reclama, o que ainda mais dignificante torná-la-ia solícita pela veneração de um berço a reivindicação de um túmulo.

Bastaria recordar quão raros foram os exilados que, não imprecaram contra a Pátria, não lançaram o estigma da traição sobre os amigos, não protestaram desforra, e, sem a altivez moral do sofrimento, des-cansaram por fim na terra onde nasceram...

Porque não lha restituiu àquele cujo exílio não tivera o sabor acre *di un dolor che s'afretta* nessa dor em que Dante exprimia o anelo da vingança? Em vez disso, que resumara de suas confidências senão uma saudade em garra de um tormento, a comovente lembrança de um bem que nenhum valor para outrem formaria, a lembrança das nossas auroras esplendentes, de nossas noites luminosas e tépidas, das nossas selvas densas e floridas, dos nossos voláteis multicores, das nuances infinitas de nossas paisagens? Não significavam as suas palavras o reclamo surdo de uma desdita cuja mágoa, não turvando o seu espírito, este guardava a face branca de um lago tranquilo?

Para constatar quão nobres eram as atitudes de sua alma, nesses dias aflitivos, não bastaria lembrar a comoção que, à leitura dos jornais do Brasil, lhe produzira a notícia da morte de Benjamin Constant, as sentidas palavras que vinham juntar, com surpresa e admiração de seu interlocutor e velho amigo Barão de Penedo, àquele luto da República a simpatia dolorosa do Imperador banido?

A angústia do seu banimento não indicará a imagem do divino poeta, "*che non può trovar posa in sulle piume ma con dor volta suo dolor scherma*"? Como a sofredora ali solta-se sobre as plumas e da dor se defende, a alma aflita do grande exilado imperando, enquanto vivera na saudade dos que o amaram, voltando-se para todos os lados da própria memória, na recapitulação da sua vida, e avaliando das suas virtudes com a indiferença do prêmio e a impossibilidade do castigo, quantas vezes não umedecera os olhos, na visão nostálgica deste ninho de águias, onde o seu coração encontraria paz verdadeira ao contato da natureza, a grande amiga das almas ternas e piedosas!

Não são as prerrogativas do Chefe de Estado, nem as fórmulas governamentais que fazem de um longo reinado um período decisivo na história de um povo; além dos múltiplos fatores que contribuem para a sua desenvolvimento coletiva, há na intimidade moral de quem governa o segredo de muitas glórias e o princípio oculto de muitos cometimentos.

Nessa figura venerável que, com boa fortuna, tudo dera de sua vida ao serviço da Nação, e com a má fortuna, sobre ela refletira a admiração universal de suas virtudes, o que pouco a pouco ela vai exprimindo é o expoente da evolução nacional no período em que, ao ingente ativo da herança lusitana, juntaram-se as instituições oriundas da cobiça primitiva, os ardores e as paixões da gente nova, agitando-se em grandes vagas em torno da majestade tolerante.

Quantos cometimentos não derivaram da serenidade e da bonomia de seu espírito, inclinado pela erudição a nos trazer as luzes e os mestres do ocidente, seguindo nas relações internacionais os princípios de direito das gentes europeias, zelando as prerrogativas do Estado nas suas relações com a Igreja, conseguindo a penetração ferroviária em uma extensão de nove mil quilômetros, e telegráfica de dezoito mil, a abolição do tráfico e liberdade dos nascituros, a abertura do rio-mar ao comércio de todas as nações?...

Não sendo Francisco I, para humilhar-se de sua ignorância ante os seus estadistas, nem Bonaparte para desprezá-los, dir-se-ia que aquela serenidade nas piores conjecturas era o resultando físico de suas acendradas virtudes morais e cívicas, apoiadas em uma índole zenoniana, aplicadas como uma ciência, dissimuladas como um capricho parecendo que a sua mente ora hauria, através dos séculos, a atmosfera diáfana da filosofia grega, ora inspirava-se na vida do imperador-filósofo, cuja memória perdura nos laivos de ouro antigo da sua estátua, não atingida pela barbaria, lá onde a águia latina coroava a grandeza moral dos que a serviam.

Aos que, pois, não tiverem o sentimento da vida local, em cujo nome será erigido esse monumento, mas que anelaram servir a Pátria com os labores do espírito e a firmeza do caráter, a sua imagem recordará

não que na segunda metade do século XIX, um Príncipe, dirigindo os destinos de um país de imensos tesouros, revivera o princípio das democracias antigas, pelo qual o patrimônio dos homens é nada, o da Nação é tudo (*Privatus illis census erat brevis, comunne magnum*); como recordará um largo ciclo por ele aberto às memoráveis pugnas da inteligência, à grande escola de estadistas e parlamentares assinalada por Itaborahy, Olinda, Uruguay, Abaeté, José Bonifácio, o moço, Torres Homem, Rio Branco, Sinimbu, Furtado, Tavares Bastos, Cotegipe, Nabuco, Dantas, Martinho Campos, Silveira Martins, Lafayette e Ouro Preto, atletas para os quais não podiam ser medíocres as conquistas da persuasão e do raciocínio, terçando as armas da *certain honestum et disputatio splendia*, e ante cujos desabafos, a suscetibilidade do monarca parecia mais a do poeta — *genus irritabile vatum* — sentindo não poder passar a lira aos heróis da crítica.

Para terminar, diremos que assim como na Hélade os monumentos erguidos aos heróis das cidades eram altares da mais apurada feitura artística, onde se consagrava, em exercícios vespertinos e festas aniversárias, cultas ardentes às suas raras virtudes, depondo ex-votos a seus pés e entoando-lhes cânticos, dia virá em que os descendentes dos primeiros colonos saxões comemorarão nessa efígie tutelar os sentimentos benévolos de seu fundador. Consagrando pelo pensamento as grandes datas e os grandes nomes da paz e da guerra, ao dele unidos pela história, iluminarão a memória das gerações futuras e confortarão o espírito daqueles que afagam e zelam no presente tudo quanto indica e atesta a continuação do passado. Para uns e para outros, esse monumento, colocado a dois passos do templo onde o magnânimo ancião, erguendo-se do genuflexório, apreendera, com inigualável serenidade, o último dia de seu reinado, será a ara simbólica da grandeza de ânimo ao serviço da Pátria, engastada entre os grandes relevos da terra amada, cujo prestígio e cuja unidade ele soube zelar como bens da própria vida.

Despertou este discurso calorosos aplausos.

A Sociedade Reverência à Memória do Sr. D. Pedro II contribuiu generosamente para a estátua, como atestam estes documentos:

Aos 30 de novembro de 1910, reunidos, à rua do Rosário, nº 45 antigo, desta cidade, os diretores da Sociedade Reverência à Memória do Sr. D. Pedro II, abaixo-assinados, deixando de comparecer o Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Amarílico Olinda de Vasconcelos, por ausente, fora do país, o Sr. Presidente abre a sessão.

Declara o mesmo senhor ter convocado os dignos colegas para lhes dar contas do modo como executou as deliberações tomadas na sessão de 14 de abril findo.

Estarão SS. Exs. lembrados do que se resolveu então:

1º Assegurar, mediante contrato com respeitável instituição permanente, a perpetuidade da celebração anual de sufrágios religiosos pelos saudosos soberanos D. Pedro II e D. Thereza Christina, nas datas dos respectivos óbitos, 5 e 28 de dezembro;

2º Auxiliar pecuniariamente a ereção da estátua, que em memória do magnânimo Imperador vai ser levantada na cidade da Fortaleza, Estado do Ceará;

3º Prestar igual concurso, para idêntico fim, à comissão popular, instituída na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, tudo na medida dos meios de que pudesse dispor a nossa piedosa agremiação.

Estão conseguidos estes propósitos, com que alguns cidadãos procuraram resgatar, em parte, uma dívida nacional.

Com a digna Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, desta Capital, convencionou-se, em 14 de setembro próximo passado, incumbir-se ela da celebração dos sufrágios, com a necessária decência e precedendo anúncios, nas datas mencionadas.

Orçada a despesa, foram julgados suficientes os rendimentos da quantia de 10:000\$000*, entregues, naquela mesma data, em moeda

* *Real* era a unidade monetária da época, usada desde o século XIV em Portugal e no Brasil. Criada como a provável primeira tentativa de estabelecer um padrão monetário no país, veio a substituir as várias moedas então circulantes, dentre elas o antigo *denario* romano e ganhou seu nome do aportuguesamento deste: *dinheiro*, passando a ser conhecida como *alfonsim* durante o longo reinado de D. Afonso IV (1291/1325-1357) e posteriormente *real*, por ser a moeda do rei, cunhada pela realeza portuguesa. O nome *réis* é seu plural popularizado, que acabou por tornar-se oficial e o *conto de réis* era a representação de um milhão de réis. Em Portugal foi substituída pelo escudo quando da proclamação da República em 1911, mas no Brasil, a moeda

corrente à dita Provedoria, que os empregará como julgar acertado para os fins a que se destinam.

Como consta do respectivo termo (doc. nº 1), incluiu-se aí a cláusula de que se reserva a Reverência o direito de aumentar, logo que lhe seja possível, a contribuição já entregue, para maior solenidade dos sufrágios, a juízo da Provedoria, empregando-se qualquer saldo verificado em distribuição de esmolas, à porta da igreja, a viúvas pobres oneradas de família.

À Comissão Central do Ceará, que reclamara instruções da Diretoria acerca do modo como deveriam ser aplicadas as quantias por ela coligidas e juros, a Diretoria autorizou a pôr tais quantias à disposição dos promotores do monumento ali projetado em honra do Sr. D. Pedro II, o que imediatamente teve lugar, transferindo-se em 14 de fevereiro do ano passado a quantia de 2:304\$880, a quem de direito. (Doc. nº 2.)

Da Comissão Central do Ceará, da cidade de Fortaleza, fizeram parte os distintos cidadãos seguintes, aos quais convém reiterar os agradecimentos, que em nome da Diretoria, já o Presidente teve a honra de oportunamente manifestar-lhes:

Dr. Joaquim Felício de Almeida Castro, Presidente; Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, Coronel; João Brígido dos Santos, Antônio Gonzaga Cordeiro de Almeida, Dr. Miguel Fernandes Vieira, Thomé A. da Motta e João da Costa Bastos.

Finalmente, a infatigável e benemérita Comissão de Petrópolis recebeu o auxílio de 5:470\$000, elevando-se a essa quantia o subsídio, que em começo foi orçado em réis 4:000\$000.

Graças às diligências desses ilustres cidadãos, a estátua acha-se fundida e prontas as obras do respectivo pedestal.

sobreviveu à República por mais 53 anos, guardando um eco do antigo regime, sendo substituída pelo cruzeiro somente em 1942, na razão de 1 cruzeiro por mil réis.

Em 1808 – *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006), Laurentino Gomes explica que dez contos de réis (R10:000\$000) equivaleriam a aproximadamente R\$ 55.000,00 na época de seu lançamento. (N. dos E.)

Em data próxima, a cidade serrana verá inaugurar-se o monumento duplamente belo, por seu primor artístico e por patentear o reconhecimento de uma população esquecida de quem tanto a amou.

Cumprirá o Presidente precioso dever, rendendo, se para isso for autorizado, as seguranças da gratidão da Diretoria à distinta Comissão Popular de Petrópolis e especialmente ao seu conspícuo Presidente, pelos relevantes serviços prestados à Reverência, para desempenhar-se dos encargos assumidos.

Estes ilustres compatriícios são atualmente os Srs.:

Conde de *Affonso Celso*, Presidente.

Alcibiádes Peçanha, Vice-Presidente.

Capitão *Henrique F. G. Viard*, 1º Secretário.

Gustavo Cabeins, 2º Secretário.

João Guilherme Pinto de Souza, Tesoureiro.

Major *João Napoleão Olive*, Adjudante de Tesoureiro.

Os expostos empreendimentos exigiram o dispêndio da importância de 15:470\$000.

Para eles apurou esta Diretoria a soma de 16:270\$000, não se levando em conta o que angariou a Comissão Central de Ceará, e que lhe foi restituído.

A diferença de 800\$000 foi absorvida pelas imprescindíveis despesas até hoje feitas, os sufrágios celebrados nos anos anteriores em memória dos saudosos monarcas, aluguel do escritório, honorários do encarregado do expediente, que os resignou, em importância não pequena.

Novos auxílios estão prometidos por parte de brasileiros, ausentes do país e de uma ilustre dama rio-grandense-do-sul, e convém dar-lhes aplicação logo que se realizem.

Lembrará aos dignos colegas que a terão merecida e justa, confiada à Comissão Popular de Petrópolis, pois consta que as obras do alicerce e pedestal da estátua importam em maior quantia da que em princípio foi calculada.

Da relação nº 3 constam os nomes, residências e contribuições dos generosos cavalheiros que, acedendo benevolmente às solicitações da Reverência, concorreram para os fins que ela tinha em vista.

Justo é que lhes rendamos as homenagens, do nosso respeito, consideração e reconhecimento.

Terminando a leitura desta exposição, escrita e assinada pelo Sr. Presidente, S. Ex^a acrescentou que daria a palavra a qualquer dos Srs. Diretores que quisesse pronunciar-se a respeito, propondo o que parecesse acertado e pedindo licença para lembrar que a primeira questão que cumpre decidir-se é sobre a aprovação, emenda da redação da mesma exposição, ou sua rejeição, e a segunda, se convirá ou não que seja ela divulgada pela imprensa.

O Exmo. Sr. 2^a Vice-Presidente, Conde Candido Mendes de Almeida, opinou, com assentimento de todos os seus colegas, que nenhuma alteração havia a fazer-se em um documento que, com a maior simplicidade, narrava, com escrupulosa verdade, os fatos ocorridos, como não ignoram os diretores que oportunamente, à proporção que iam se passando, deles tiveram conhecimento pessoal, pelo que propunha:

1^a Aprovação dos atos a que a mesma exposição se refere, dando-se deles notícia pela publicação em jornal de extensa circulação desta Capital, mediante a inserção da ata da presente sessão da Diretoria.

2^a Seja remetido um exemplar desse jornal a cada um dos beneméritos cavalheiros que auxiliaram a Sociedade no desempenho dos intuitos a que se dedicou.

3^a Reiterarem-se os agradecimentos já manifestados, pelos serviços prestados à Comissão Central da Sociedade Reverência, organizada na cidade de Fortaleza.

4^a Iguais agradecimentos sejam apresentados à Comissão Popular de Petrópolis, que relevante coadjuvação prestou à mesma Sociedade.

Entrando em discussão as propostas, ninguém mais usou da palavra, e, sujeitas à votação, foram unanimemente aprovadas.

E para constar, eu, Doutor Vicente de Toledo de Ouro Preto, encarregado do expediente e escrituração, lavrei esta ata, por todos assinada.

Visconde de Ouro Preto, Presidente.

Candido Mendes de Almeida, 2^a Vice-Presidente.

Comendador José Ferreira Sampaio, Tesoureiro.

Dr. Carlos de Laet, Orador.

TERMO DE OBRIGAÇÃO QUE TOMA A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO COM A SOCIEDADE REVERÊNCIA À MEMÓRIA DE DOM PEDRO II

Aos quatorzes dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e dez, presentes os Exmos. Srs. Visconde de Ouro Preto, Presidente da Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II, e Conde Candido Mendes de Almeida, 2^a Vice-Presidente, se lavrou este termo de obrigação que assume a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, de anualmente e *ad perpetuam*, fazer celebrar em sua igreja, ou em outra escolhida pela administração, missas solenes em sufrágio das almas dos saudosos soberanos ex-imperantes D. Pedro II e sua augusta esposa D. Thereza Christina, respectivamente nos dias 5 e 28 de dezembro, datas dos seus pranteados falecimentos.

A Irmandade da Santa Casa, com antecipação de vinte e quatro horas, fará publicar, em jornais diários, considerados de maior circulação, anúncios convites para as exéquias, que fará celebrar por piedosos da delegação da Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II, declarando a hora e o templo.

As solenidades serão iguais às já celebradas em dezembro do ano próximo passado (1909), conforme a folha de despesas respectiva.

A Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II, por seu Presidente e Segundo Vice-Presidente assinados, entregou ao Exmo. Sr. Provedor, que este também assina, a quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) em moeda corrente, cujos rendimentos serão aplicados aos fins declarados, reservando-se a Sociedade o direito de aumentar esta fundação pecuniária, desde que seus recursos o permitam, ficando todas as somas assim coligidas sob a administração exclusiva da Santa Casa da Misericórdia, que dará às aludidas exéquias a solenidade maior que tais somas comportarem. E se os rendimentos excederem às despesas a fazer-se, a diferença será distribuída à porta da igreja em esmolas a viúvas, oneradas de filhos menores e designadas pelo Provedor da Santa Casa.

De acordo com a deliberação da Mesa e Junta de 21 de agosto último, por proposta do seu Provedor da Administração da Santa Casa se cotizará, entre os seus membros, caso no futuro a despesa venha a se

elevantes em mais de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) em cada ato religioso. E por assim estarem acordes e ter sido entregue pelo Exmo. Sr. Visconde de Ouro Preto a dita quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) ao Exmo. Sr. Provedor Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho que a recebeu, se lavrou este termo, que vai assinado pelos excellentísimos senhores já mencionados.

Em tempo se declara que também esteve presente a este ato e que assina o termo o Sr. Comendador José Ferreira Sampaio, Tesoureiro da mesma Sociedade.

Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1910.

Visconde de Ouro Preto, Presidente da Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II.

Candido Mendes de Almeida.

José Ferreira Sampaio.

Provedor Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.

Confere Mario Delgado, 2º escrivão.

Visto J. Jorge de Oliveira, Diretor.

DOC. Nº 2

COMISSÃO CENTRAL DA FORTALEZA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1909

Ilmo. e Exmo. Sr.

Passo às mãos de V. Ex^a a inclusa cópia autêntica da ata da sessão extraordinária da Comissão Central da Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II, neste Estado, em 14 de fevereiro corrente, para deliberar sobre as determinações de V. Ex^a expedidas em data de 28 e 30 de dezembro e 25 de janeiro findos.

Em cumprimento delas, entreguei na dita sessão, ao representante dos promotores da ereção da estátua de D. Pedro II, nesta Capital — o nosso companheiro de Comissão Antônio Gonzaga Cordeiro de Almeida, um dos mais distintos propagandistas dessa ideia, a quantia de 2:304\$000, da qual, não obstante declaração na ata, passou recibo, que incluso envio original. Tendo eu recebido do ex-tesoureiro o saldo de

2:282\$720, em 30 de novembro findo, e nesse mesmo dia recolhido à Caixa Econômica de onde retirei a 11 do corrente com os respectivos juros, resultou a pequena diferença de 21\$280 para mais entre a quantia que recebi e a que entreguei.

No meu citado ofício de 30 de novembro, disse a V. Ex^a que “dos quarenta sócios mencionados na ata de 8 de dezembro de 1907, retirados quatro, ficaram subsistindo 36, sendo sete eméritos e 29 contribuintes”. Já depois dessa comunicação faleceram os dois mencionados na inclusa, restando 34; vieram 26 títulos (inclusive o meu); são precisos ainda oito, como na mesma ata se declara.

A distribuição dos supraditos títulos está sendo feita sob minha inspeção e será de bom efeito a satisfação do compromisso assumido por V. Ex^a sobre a remessa dos retratos.

Agradeço penhoradíssimo ao respeitável Diretório o título de sócio emérito que me enviou, juntamente com o retrato de D. Pedro II e de sua venerável consorte, bem como os protestos de reconhecimento e louvores que me dispensou, os quais devem ser antes atribuídos à justiça da causa, à respeitabilidade dos seus patronos e, especialmente, à confraternidade, mais que semi-secular, que me liga à pessoa de V. Ex^a e é para nós ambos almo conforto. — Deus guarde a V. Ex^a — Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Visconde de Ouro Preto, digníssimo Presidente da Sociedade de Reverência à Memória de D. Pedro II.

Joaquim Felício de Almeida e Castro, Presidente da Comissão Central.

Recebi do Sr. Dr. Joaquim Felício de Almeida e Castro a quantia de 2:304\$380 (dois contos, trezentos e quatro mil, trezentos e oitenta réis), que se achava em seu poder, por deliberação da Comissão Central da Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II, neste Estado, e que a mesma Sociedade por sua diretoria aplicou para auxílio das despesas com a ereção da estátua que se projeta nesta cidade, em homenagem ao magnânimo Imperador.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 1909.

GONZAGA CORDEIRO DE ALMEIDA.

RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS SUFRÁGIOS RELIGIOSOS
PERPÉTUOS PELAS ALMAS DO SR. D. PEDRO II E SUA AUGUSTA CONSORTE, E
EREÇÃO DA ESTÁTUA DO MESMO MAGNÂNIMO SOBERANO.

(Esta lista não compreende todas as pessoas que concorreram para a estátua e diretamente se dirigiram à Comissão Executiva, mas tão-somente as que o fizeram por intermédio da Sociedade Reverência)

Dr. Alfredo Camilo Valdetaro, Rio, 2:000\$; Conselheiro J. Francisco Diana, Montevidéu, 1:500\$; Dr. João Teixeira Soares, Rio, 1:000\$; Barão de Oliveira Castro e Irmãos, Rio, 1:000\$; Condessa Mendes de Almeida e seus filhos, Condes Fernando e Candido, Rio, 600\$; Dr. Amarílio Olinda de Vasconcelos, Londres, 500\$; Comendador José Ferreira Sampaio, Rio, 500\$; Dr. Hermano Cardoso da Silva Ramos, Rio, 500\$; D. Hermínia de Souza Franklin Sampaio, Rio, 500\$; Barão de Itacurussá, Rio, 500\$; Comendador Augusto José Ferreira, Petrópolis, 500\$; Visconde de Moraes, Rio, 500\$; Dr. Miran Latif, Rio, 500\$; Barão de Duas Barras (Dr. Elias de Moraes), Friburgo, 500\$; Dr. Alberto de Faria, Petrópolis, 500\$; Conde Ulysses Vianna, Rio, 500\$; Conselheiro Dr. José Carlos Rodrigues, Rio, 500\$; Conselheiro Visconde de Ouro Preto, Rio, 500\$; Barão do Rosário, Rio, 200\$; Barão de Itahype, Rio, 200\$; Conde de Figueiredo, Paris, 200\$; José Carlos de Figueiredo, Rio, 200\$; Dr. Alfredo Ferreira Lage, Juiz de Fora, 200\$; Dr. Sancho de Barros Pimentel, Rio, 200\$; Dr. Amador da Cunha Bueno, S. Paulo, 200\$; Dr. João Alves de Siqueira Bueno, S. Paulo, 200\$; Antônio Jannuzzi e Filhos, Rio, 200\$; Dr. Carlos Augusto de Miranda Jordão, Rio, 200\$; Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Santos, 200\$; Dr. Olympio Oscar de Vilhena Valadão, Campanha, 100\$; Barão de Novaes, Rio, 100\$; Coronel Bento José de Carvalho, S. Paulo, 100\$; Corretor Carlos Gomes Xavier, Rio, 100\$; Dr. Hygino de Melo, Rio, 100\$; Conselheiro Dr. José da Silva Costa, Rio, 100\$; Dr. José Pires Brandão, Rio, 100\$; Barão de Ibirocahy, Rio, 100\$; Coronel Eugenio José de Almeida e Silva, Rio, 100\$; Dr. Luiz Filippe de Souza Leão, Rio, 100\$; Dr. Carlos de Figueiredo, Rio, 100\$; Conde e Condessa de Para-

naguá, Rio, 50\$; Mme Carolina Simonard, Rio, 50\$; Dr. Carlos de Laet, Rio, 50\$; Dr. Luiz Goffredo d'Escragnolle Taunay, Rio, 50\$; D. Adelaide d'Escragnolle Taunay Doria, Rio, 50\$; Conde de Diniz Cordeiro, Rio, 50\$; Marquês de Paranaguá, Rio, 20\$. Total, 16:270\$000.

O encarregado da Secretaria — Dr. *Vicente Toledo de Ouro Preto*.

Além das pessoas acima mencionadas, contribuíram mais: D. Minervina Carolina Corrêa, 1:000\$; Antônio Saboya, em seu nome e por uma subscrição arrecadada no Seringal da Foz do Jurupary, Rio Embira, 650\$; D. Maria Guilhermina Bernardes Raythe, 500\$; Dr. Antônio Roxoroiz de Belford, 250\$; Baronesa de S. Joaquim, 200\$; Dr. Martim Francisco, 200\$; Conselheiro José Antônio de Azevedo Castro, 150\$; Major José Adolfo Barros Corrêa, 70\$; Dr. Joaquim Bettamio, 50\$; Dr. Fortunato da Fonseca Duarte, 50\$; Barão de Paranapiacaba, 30\$; Dr. A. Gomes Carme, 30\$.

Na secção *Cotas aos Casos* que, há cinco anos, redige no *Jornal do Brasil*, occupou-se várias vezes da estátua o Sr. Conde de Affonso Celso, dando sucessivas notícias dos trabalhos nos seguintes termos:

COTAS AOS CASOS

DXI

Domingo próximo deve realizar-se em Petrópolis uma, por muitos motivos, simpática e nobre festividade.

É destinada a angariar recursos para se ultimar, na famosa cidade serrana, o monumento à menira de D. Pedro II, monumento do qual, com grande brilho, já se assentou a primeira pedra.

Tomou a si levar a efeito o justo e piedoso empreendimento uma comissão de moradores do lugar, a qual, trabalhando com o maior zelo e dedicação, já conseguiu reunir alguns contos de réis, insuficientes, porém, para terminar a obra projetada.

Recorre, por isso, ao inesgotável cavalheirismo não só dos que têm fixo em Petrópolis o seu domicílio, como dos que ali apenas passam a quadra estival, notando-se entre estes últimos tudo quanto o Brasil conta de mais distinto em quaisquer esferas da atividade social.

Todos os anos é esta gente largamente solicitada para donativos de vários gêneros.

Monta a elevadas somas o que despende em atos de benemerência, revelando uma liberalidade, realmente extraordinária, tanto mais digna de aplauso, quanto raras fortunas avultadas e sólidas existem em nosso meio.

Generosa e pontualmente, entretanto, é pago esse voluntário imposto, com o produto do qual muitas instituições pias têm sido socorridas, muita necessidade tem sido atendida e, — o que bastante importa — por meio de festas presididas por impecável bom gosto, dominadas pelo culto da arte.

Tal se anuncia a que traduzirá um preito de saudade e gratidão ao magnânimo finado Imperador.

Devem contribuir para o feliz resultado delas todos os habitantes de Petrópolis, que D. Pedro II fundou, que tanto amava, que lhe traz o nome e onde o saudosíssimo Soberano passou as derradeiras horas tranquilas na estremecida Pátria.

Certamente não negará o seu óbolo o próprio Sr. Presidente da República, três vezes Ministro do insigne brasileiro, de quem recebeu preciosas demonstrações de especial deferência.

Porque torna a manifestação de Pedro II particularmente significativa a circunstância de lhe ser, de todo estranha a menor preocupação política.

Fazem parte da comissão executiva do monumento, a par de conhecidos monarquistas, conspícuos republicanos.

Assim, o Dr. Alcibiades Peçanha, irmão do Vice-Presidente da República, republicano de todos os tempos, e figura saliente nas lides políticas do atual regime.

É que, com o correr do tempo, sobressaindo vai, de dia em dia, o incomparável vulto do Imperador. Ninguém, hoje, de boa-fé, entre os

mesmos que o derrubaram e baniram, lhe contesta peregrinas qualidades, levadas a grau heroico, quais a bondade, a honradez, o patriotismo.

A.C.

DXIV

De admirável forma perante um auditório tão numeroso quão escolhido, do qual faziam parte vários diplomatas estrangeiros e a flor da alta sociedade brasileira, efetuou-se em Petrópolis o festival destinado a angariar donativos para se ultimar o monumento à memória do Sr. D. Pedro II.

Antes de começar a parte literária, manifestou o Presidente da Comissão Executiva os agradecimentos desta a quantos a tem auxiliado.

Agradeceu, assim, ao Clube dos Diários, este núcleo de distinções e elegâncias — que, com a proverbial fidalguia, muito cooperou na realização da festividade; agradeceu à Câmara Municipal de Petrópolis a boa vontade dispensada aos promotores da ideia; agradeceu aos artistas e amadores que figuravam no concerto o precioso concurso do seu talento e aplaudida inspiração; agradeceu à imprensa local e desta cidade o haver posto a sua influência a serviço do simpático empreendimento; agradeceu, por fim, à população petropolitana em geral e especialmente aos representantes dessa população que se achavam presentes, pedindo a todos continuassem a coadjuvar a comissão até que, em uma das formosas praças de Petrópolis, se erga em bronze o vulto venerando do saudosíssimo Imperador.

Acentuou a ausência de qualquer intuito político na homenagem rendida ao finado soberano. O ramalhete que se vai depor na campa do Sr. D. Pedro II, disse ele, terá flores de todas as procedências e matizes.

A prova disso estava em que o orador oficial da cerimônia era um republicano de todos os tempos, ligado por vínculos de sangue e afeto às culminâncias da República, e que, entretanto, pondo de parte as sugestões partidárias, ia, como fino literato, homem de coração e patriota, exaltar as virtudes de quem fora preclaro protetor das letras, coração

nobilíssimo, e o mais dedicado, o mais zeloso, o mais intemerato servidor da Pátria Brasileira.

Na realidade, mostrou-se o Dr. Alcibíades Peçanha à altura do assunto.

Em brilhantíssima linguagem, recamada de belas imagens e conceituosas ponderações, enlevou e comoveu a assistência que lhe prodigalizou os calorosos aplausos devidos a um exímio artista da palavra, interpretando condignamente generosos sentimentos nacionais.

Não menos ardente e justamente aclamados foram os executantes do excelente concerto: Comendador M. Brenno Niederberger, Exma. Sra. D. Marguerite Teixeira, dotada de extensa, vibrante e maviosa voz, e o Dr. Leopoldo Duque Estrada Junior, que provocou verdadeiro entusiasmo tocando as inspiradas variações de Gottshalk sobre o Hino Nacional.

Ouviu-se no começo e no final do concerto, magistralmente manejado pelo professor Carlos Tyll, um instrumento pouco conhecido, apesar de ser dos mais antigos, a cítara.

É delicadíssimo, cheio de melancolia, doçura, saudade.

Traduziu o estado de alma dos espectadores à augusta evocação de D. Pedro, o Magnânimo.

A. C.

DLIV

Mais uma festa se realizará breve em Petrópolis, no intuito de angariar donativos para se ultimar o monumento à memória do Sr. D. Pedro II, monumento de que já, sem grande aparato, porém com sincero regozijo público, se assentou a primeira pedra.

Tem trabalhado com rara dedicação e atividade a comissão executiva do monumento, outrora presidido pelo Coronel João Werneck, e hoje composta, além do Presidente, do Dr. Alcibíades Peçanha, Henrique Viard, Gustavo Caheins, João Guilherme Pinto de Souza e João Napoleão Olive.

Arrecadada se acha quantia ainda insuficiente para a conclusão da obra, mas atestadora do esforço empregado, esforço tanto mais digno de louvor, quanto se trata do público petropolitano, cuja inesgotável liberalidade é constante e reiteradamente solicitada para inúmeras aplicações de beneficência e utilidade social.

A despeito do sempre crescente prestígio do Imperador, cuja legendária individualidade vai avultando ao fluir dos anos, e, sobretudo, quando comparada à dos inculcados grandes homens da atualidade, sem embargo da incontestável simpatia despertada pelo empreendimento, lutou e continua a lutar a comissão com ingentes dificuldades.

Atribuía-m-lhe, em começo, intuitos políticos, o que lhe arredava a adesão de quantos dependiam da autoridade republicana, ou receavam melindrá-la.

Desvanecida se encontra tal suspeita, em virtude de isenção partidária e largueza de vistas demonstradas pela comissão, na qual, ao lado de conhecidos monarquistas, figura ilustre republicano histórico.

Convencida está a população de Petrópolis de que o monumento se destina a glorificar principalmente o fundador da cidade, acrescentando a importantíssima circunstância de que esse fundador governou meio século a sua pátria, revelando, sem um só deslize, incomparáveis honestidade e civismo.

Há quem procure contrapor ao nome de D. Pedro II como fundador de Petrópolis, o do Major Koeller, distinto engenheiro, que, por ordem do Monarca e em terrenos deste, traçou os planos da construção, começando mesmo a executá-los.

É uma opinião, respeitável, sem dúvida, mas injustificável ante os acontecimentos e à luz de ligeira reflexão.

O Major Koeller, retribuído pelo Imperador, trabalhou algum tempo pela formação e engrandecimento da povoação serrana; D. Pedro II, desinteressadamente, durante toda uma longa e fecunda existência.

Condecorar o Major Koeller com as honras da Vitória, equivale a proclamar que, em uma enorme batalha, maior benemerência pertence ao oficial subalterno, cumpridor exímio, aliás, do seu dever, do que ao

general em chefe, sob cuja direção serviu esse official, e que delineou, comandou, dirigiu, fiscalizou não só a ação como a campanha inteira.

Prestem-se homenagens ao engenheiro prussiano; serão perfeitamente justas.

Venham, porém, depois das rendidas ao maior dos brasileiros, para quem o exílio, quando já se abeirava ele do túmulo, foi o galardão de inúmeros benefícios e devotamento sem par à causa pública.

Confiemos em que a estátua prestes a erguer-se em Petrópolis iniciará um belo e grandioso movimento nacional de reparação e reconhecimento. *Justitia quae sera tamen.*

A. C.

DCCLXIX

De um cartão postal escrito, a 9 de agosto, no *Château d'Eu*, pela exemplar e finíssima dama brasileira Baronesa de Muritiba, extraímos as seguintes palavras:

Não posso resistir ao desejo de vir dizer-lhe a excelente impressão que tivemos da estátua do Imperador.

A semelhança é perfeita, a attitude muito natural. É esta também a impressão de Sua Alteza, o que tenho muito gosto em comunicar...

Trata-se da estátua do inesquecível finado Soberano D. Pedro II, o Magnânimo, encomendada pela comissão de Petrópolis, da qual fazem parte o Dr. Alcibíades Peçanha, o Major João Napoleão Olive, o Capitão Gustavo Caheins, o Capitão Viard e o Sr. João Guilherme Pinto de Souza.

Presidia outrora essa comissão o Sr. Coronel João Werneck, atual Vice-Presidente da Municipalidade petropolitana.

Tendo S. Ex^a se exonerado, substituiu-o, há mais de um ano, o redator das *Cotas*, que, galhardamente auxiliado pelos seus dignos companheiros, conseguir levar a termo o patriótico empreendimento.

Forneceram os recursos arrecadados, e com os quais se custeou o trabalho, subscrições públicas abertas em Petrópolis, festas ali realizadas e donativos particulares.

A comissão arcou com ingentes dificuldades, oriundas da cobardia de alguns, que recebiam incorrer na má vontade dos mandões jacobinos, da escassez de fortuna entre os amigos do Imperador, da infundada ideia de terceiros que ao augusto vulto de Sua Majestade contrapunham o do aliás benemérito Major Koeller, a quem exclusivamente atribuíam a fundação de Petrópolis, pretendendo prestar homenagem ao ilustre estrangeiro antes de o fazer ao grande ex-Chefe do Estado Nacional.

Provieram outros contratempos da incitabilidade dos primeiros projetos apresentados para a execução da obra.

Afinal, graças a esforço, perseverança e dedicação, todos os óbices foram debelados.

Incumbiu-se do trabalho o insigne artista Jean Magrou, que, embora ainda jovem, já é uma celebridade parisiense.

Aprovada, com modificações, a maquete, procedeu-se à fundição em agosto próximo findo.

Jean Magrou empregou máximo escrúpulo e diligência para que saísse um primor.

Provam que ele o conseguiu as numerosas pessoas que visitaram o seu *atelier*, na rua Val de Grace, n. 6, e viram a estátua.

Isabel, a Redentora, não só ministrou diversas fotografias do Imperador, como se prestou a posar, no *atelier*, duas ou três vezes, pois Jean Magrou achou notável semelhança entre a fronte e os olhos de Sua Alteza e os do seu excelso pai.

O plano do pedestal é também magnífico. Já se iniciou em Petrópolis a sua construção.

O Marechal Hermes da Fonseca, com avultada comitiva, também quis admirar no *atelier* de Jean Magrou a efígie daquele a quem serviu no começo da sua carreira militar e de quem a sua família tantas gentilezas e distinções recebeu.

A 2 de dezembro vindouro conta a comissão de Petrópolis realizar a inauguração da estátua, iniciando-se assim o pagamento da imensa dívida de saudade e gratidão.

A. C.

Telegrama expedido de Paris anuncia que, a 16 de novembro, foi embarcada para o Brasil a estátua do saudoso Imperador D. Pedro II, encomendada pela comissão de Petrópolis.

Nesta cidade, à praça D. Pedro de Alcântara, acha-se quase concluído o pedestal, de cuja construção se incumbiu o Sr. Heitor Levy, o mesmo que construiu o do monumento do Comandante Barroso, na praia do Russel.

Era intenção da comissão de Petrópolis inaugurar a estátua do magnânimo soberano a 2 ou a 5 de dezembro, duas datas decisivas na biografia do mesmo — a primeira a do seu nascimento, em 1825, a segunda, a do seu óbito, em 1891.

Providências se tomaram para que de Paris partisse a tempo.

Não o permitiu a greve dos empregados nas estradas de ferro, denominados *cheminots grève*, a que aderiram outras corporações.

A companhia encarregada de conduzir o volume até ao Havre e pô-lo aí a bordo, com destino ao Rio de Janeiro, recebeu a importância de avultado frete e comprometeu-se a tudo fazer, com máxima presteza.

Faltou à sua promessa, o que, aliás, proveio de circunstâncias anormais e imprevistas.

Foi esse mais um dos muitos contratempos e contrariedades com que tem arcado a comissão. Mercê de Deus, parece que breve haverá esta levado a cabo a sua tão honrosa e patriótica quão árdua e delicada tarefa.

Confiamos que, em meados de dezembro, ou, ao mais tardar, no começo do ano próximo, solenemente se realize na formosa cidade serrana a homenagem devida à memória do insigne brasileiro que, durante meio século, honrou e elevou o Governo da Pátria.

Ao monumento petropolitano faltarão talvez a imponência e suntuosidade desejáveis e correspondentes ao seu objetivo.

Infelizmente, de escassos recursos pecuniários dispôs a comissão, recursos coligidos, em magna parte, nas classes populares.

A estátua é singela, é modesta, refletindo, aliás, nisso, o puro caráter daquele a quem representa. Em compensação, porém, afirmam

quantos a viram no *atelier* do escultor — o jovem e já famoso artista Jean Magrou — que saiu primorosa.

Numerosos foram os visitantes — quase toda a colônia brasileira residente, ou de passagem, na capital francesa.

Entres esses visitantes, notaram-se os Condes d'Eu e seus filhos, o Marechal Hermes da Fonseca e o Conselheiro José Carlos Rodrigues, Redator-Chefe do *Jornal do Commercio*.

O Conselheiro José Carlos Rodrigues felicitou calorosamente o escultor e disse-lhe: “Vim ver a obra com espírito de crítica; mas só encontrei motivos para louvá-la, pois a execução se me afigura magnífica e a semelhança extraordinária”. O Conde d'Eu várias vezes exclamou: “Soberba!”

Quanto a Isabel, a Redentora, prorrompeu, uma ocasião, em comovente pranto, ao contemplar no bronze a majestosa e serena imagem de seu augusto genitor.

Sua Alteza prestara-se, quando o trabalho se concluía, a uma sessão de pose, pois Jean Magrou descobrira notável semelhança entre a fronte da Princesa e a do Imperador.

Em suma: vai Petrópolis saldar a sua sagrada dívida de reconhecimento e veneração.

Resta que o Brasil inteiro imite tão nobre exemplo.

A. C.

DCCCXVIII

A 7 de dezembro último chegou a este porto, trazida pelo vapor *Junin*, da linha do Pacífico, a estátua do Sr. D. Pedro II, o Magnânimo, encomendada por uma comissão de Petrópolis ao célebre escultor parisiense Jean Magrou.

Desembarcou sem demora o volume, que pesa 1.800 quilos.

Deu imediatamente todas as providências para pronto despacho na Alfândega o presidente da comissão, o qual é também o rabiscador das *Cotas*.

Incumbiu-se de promover o processo aduaneiro o inteligente e ativo despachante Arthur Ivens da Silva.

Redigiu ele um requerimento, subscrito pelo presidente da comissão, pedindo ao Ministério da Fazenda revelação do pagamento das taxas alfandegárias.

Trata-se, em verdade, de uma obra de arte, reputada primorosa, por parte de quantos a viram no *atelier* do artista, em Paris, entre os quais se conta o atual Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

Destina-se essa obra de arte a ornamentar uma das praças públicas da bela cidade serrana, onde durante considerável porção do ano se reúnem o Chefe do Estado, seus Ministros, altos funcionários, o Corpo Diplomático, o escol da sociedade brasileira.

Trata-se, demais, de prestar homenagem ao maior dos nossos compatriotas, aquele em quem apaixonados adversários de ontem reconhecem hoje acrisoladas virtudes — como probidade, patriotismo, bondade inexcedíveis.

Parecia, pois, que a isenção de impostos solicitada, e solicitada de perfeito acordo com a lei, nenhuma demora ou dificuldade devia sofrer.

Por outro lado, elevados empregados da Secretaria da Fazenda, notáveis pelo seu zelo e diligência, como o Dr. Pedro Teixeira Soares, chefe do gabinete ministerial, mostraram-se simpáticos ao deferimento do justo e legal pedido.

Pois bem! Não obstante tudo isso, apesar de tantas circunstâncias propícias, passam-se os dias sem que cousa alguma se decida, e a effigie brônzea do saudoso finado soberano lá jaz fechada em seu invólucro de tábuas em um saveiro ou entre heterogêneos objetos do armazém fiscal!

É incontestável a boa vontade dos homens, mas as práticas, os regulamentos especiais, os hábitos, mil particularidades do nosso meio impedem a presteza, a pontualidade, o aproveitamento do tempo que todos, de resto, apregoam e desejam.

Prolonga-se isto por cerca de um mês e ninguém sabe até quando se protrairá.

Resultado: a inauguração marcada para 28, aniversário da morte da Imperatriz, foi adiada indefinidamente.

A estátua já tem maior número de dias de permanência inútil na Alfândega do que os dispendidos no seu transporte de Paris ao Rio de Janeiro!

Uma nota simpática para terminar: oficiando-se à Leopoldina Railway Company Limited, no sentido de se conseguir condução gratuita em suas linhas, a Diretoria pronta e cavalheirosamente acedeu.

Ainda bem! Penhorou ela, assim, o reconhecimento da comissão.

A. C.

DCCCXXI

Finalmente, após mais de um mês de permanência da Alfândega, obteve despacho o volume contendo a estátua de D. Pedro II, destinada a uma praça pública de Petrópolis.

Concedeu-lhe o Ministro da Fazenda, em virtude de uma disposição legal, isenção do pagamento de direitos aduaneiros.

Ainda assim, entretanto, acarretou a entrega o dispêndio de 540\$800, proveniente das seguintes taxas: armazenagem, capatazias, estatística, melhoramentos do porto, exame, etc.

Gentilmente, a Leopoldina Railway Company Limited, consentiu no transporte gratuito desde a Praia Formosa até Petrópolis.

Mas a condução da Alfândega à Praia Formosa e outros inevitáveis gastos em Petrópolis exigem ainda não pequena soma.

Citam-se estes minúsculos fatos para provar as dificuldades com que tem arcado a comissão encarregada do monumento, comissão que de escassos recursos dispôs, alcançados mediante solicitações reiteradas.

Como é de regra, censuras não lhe tem faltado. A primeira é a da demora no desempenho da tarefa que chamou a si.

Improcede totalmente essa censura.

A comissão, como atualmente se encontra organizada, funciona há menos de dois anos.

Dentro deste curto período promoveu festas e conferências que, além de homenagens tributadas ao saudoso Imperador, forneceram meios pecuniários que até então eram mui exíguos; consultou artistas nacionais e estrangeiros; examinou maquetes e projetos; escolheu o que lhe pareceu mais belo e menos custoso, fez a encomenda da obra; fiscalizou a execução do contrato; superou mil embaraços e contrariedades para que tal obra chegasse a seu destino.

Grande injustiça, pois, importa acusar a comissão de desidiosa, ou pouco ativa.

Outra increpação: a estátua devia ter por autor um brasileiro e não um francês.

De acordo: mas a comissão empregou baldado empenho para que assim sucedesse.

Cumprê-la um dever, reconhecendo a boa vontade do Sr. Comendador Rodolpho Bernadelli, que, cavalheirosamente, se prestou a visitar o local escolhido para o monumento e oferecer um projeto.

Mas o eminente artista, sobrecarregado de labores, não preparou esse projeto no prazo conveniente.

Daí a encomenda para a Europa.

Morreu em Paris o Sr. D. Pedro II, prestando-lhe as maiores honras o Governo da República Francesa; era membro do Instituto de França e amava a França, como a ama todo latino, ou, melhor, todo intellectual, considerando-a sua segunda pátria.

Que mal, portanto, em que fundisse no bronze a effigie do magnânimo monarca um exímio escultor francês, o qual, no conceito de quantos viram a estátua, primorosamente se saiu?!

A circunstância de haver ela sido feita em Paris teve, quando menos, esta vantagem: permitiu que várias vezes a contemplasse Isabel, a Redentora, a gloriosa banida, que, em recente carta, a qualificou de magnífica.

A. C.

Inaugurada não se acha ainda a estátua do Imperador em Petrópolis, e já começa a sofrer, como trabalho artístico, tão severas quão injustificadas críticas.

Era de esperar-se.

Todos quantos não contribuíram para o monumento, muitos dos que a contragosto concorreram, adversários exagerados e ineptos do regime monárquico, esnobes a fazerem praça de conhecimentos que não possuem, numerosos outros tipos sociais vulgares em qualquer agremiação de alguma importância, os incontentáveis, os maldizentes, os pretenciosos, julgam, mui naturalmente, a obra má, deficiente, indigna do seu nobre objetivo.

Entre as artes, a arquitetura e a escultura são as mais expostas aos comentários malévolos ou ignorantes.

Enquanto a pintura e a poesia reclamam, em virtude das suas condições especiais, julgamentos mais demorados, refletidos e conscienciosos; enquanto a música, exatamente pelo vago e fugitivo da sua linguagem, escapa à rápida e motivada análise dos juizes de ocasião, o edifício ou a estátua, em perpétua exibição aos olhos da turba, determinam a cada instante desfavoráveis, desencontrados, estólios comentários.

Raros espécimes arquitetônicos e esculturais suscitam, soerguidos na praça pública, unânime respeito, apreço, admiração.

Há sempre quem lhes aponte falhas, deselegâncias, erros técnicos.

Sucede isto nos meios mais cultos; sucede como não podia deixar de suceder, no Rio de Janeiro, onde todas as estátuas existentes são geralmente qualificadas de bonecos, estafermos, produtos teratológicos de inexperiente cinzel.

Análoga sorte estava, pois, reservada ao bronze representando o Sr. D. Pedro II, o Magnânimo, e que significa a primeira homenagem nacional, prestada pela terra que ele tanto amou, ao exímio soberano e incomparável brasileiro.

O autor da estátua, Jean Magrou, é um nome laureado no primeiro centro estético do mundo. Jovem ainda, já recebeu do governo e das autoridades artísticas de sua pátria elevadas distinções.

Ao seu trabalho em questão tributaram calorosos elogios quantos o viram em Paris.

Sim — reconhecem alguns censores petropolitanos —, sim, a estátua não saiu má; porém, o pedestal, esse, está baixo, pesado; horrível, inaceitável...

Mas o pedestal foi fielmente construído segundo as instruções enviadas por Jean Magrou.

Delineou-lhe a planta minuciosa outro distinto artista, o arquiteto Felix Debat, residente na *rue de La Cerisaie*, Paris.

Encarregou a comissão executiva ao Sr. Heitor Levy, o mesmo que levantou, no Rio de Janeiro, o pedestal da formosa estátua do Almirante Barroso, de executar o projeto de Felix Debat.

Seguiu-lhe à risca o Sr. Heitor Levy as precisas indicações.

Tudo garante, por conseguinte, a correção e a beleza tanto do pedestal, como da estátua.

Nada, entretanto, impedirá certos doestos e remoques.

A. C.

DCCCXXIX

Domingo, 5 de fevereiro, às 3 horas da tarde, inaugurar-se-á, em Petrópolis, a estátua de D. Pedro II, o Magnânimo.

Pretende dar o possível brilhantismo ao ato a comissão executiva do monumento.

Devem comparecer representantes das altas autoridades federais, estaduais e municipais, delegados e importantes associações e grande massa popular, pois o nome do finado soberano cada vez mais se torna querido, admirado, legendário.

Faltam ao monumento proporções imponentes, a grandiosidade, a magnificência que exigiria talvez o seu elevado escopo.

É modesto, é singelo, é muito simples, sem nenhuma pretensão simbolista, ou profusa ornamentação acessória, como alguns desta Capital. Dispondo de restritos recursos pecuniários, encomendou a comissão uma obra discreta, mas em que o labor artístico compensasse e ultrapassasse o custo material.

Parece que o conseguiu.

Bela, significativa, a estátua vale imenso pela atenção que a determinou, pelo esforço e perseverança de onde proveio, e pelo escrúpulo com que executada.

Representa o Imperador sentado, cruzadas as pernas, um dos braços apoiado sobre o da poltrona, e mão na face, enquanto o outro braço pende, segurando um livro entreaberto.

Sob a poltrona amontoam-se livros que, dir-se-ia, ele vem de consultar.

A atitude é de serenidade e meditação, a de um peregrino espírito que, versado em toda a ciência aos homens, aspira docemente a cousas superiores, a de uma consciência em perfeita paz, a de uma alma transbordante de bondade, resignação, suave melancolia, a de um sonhador, a de um poeta, a de um pastor de homens, cheio, a um tempo, de circunspecção, candura e majestade.

A impressão produzida é a de suprema nobreza, transcendente austeridade e distinção, ungidas de evangélica meiguice.

Condiz a estátua com o meio onde vai campear — a formosa e calma Petrópolis, cidade de repouso, campestre e aristocrática —, situada em um píncaro; entre nuvens, povoada de mimosíssimas flores.

Ali se achava bem o Imperador-filósofo, descendente de Marco Aurélio; ali o seu vulto em bronze, na postura indicada, se harmoniza com a natureza ambiente: acaba de estudar, reflete; o magnífico e deleitoso cenário abrandalhe a gravidade dos pensamentos e, se lhe não bane a severa tristeza, emanada das contingências humanas, conforta-a, ilumina-a de esperança no porvir, alenta-a de fé segura nas necessárias reparações do além.

D. Pedro II ainda há de ter uma estátua em cada uma das capitais brasileiras, como sucede com George Washington, nos Estados Uni-

dos, todas estas com a mesma inscrição: “Primeiro na paz, primeiro na guerra, primeiro no coração de seus compatriotas”.

A Petrópolis caberá sempre a glória de haver iniciado a justa apoteose.

A. C.

DCCCXXXII

Antes mesmo que a comissão executiva da estátua do Sr. D. Pedro II em Petrópolis convidasse o Sr. Presidente da República para a cerimônia de inauguração, já manifestara S. Ex^a o seu intuito de comparecer ao ato.

Honra, sobremaneira esta espontaneidade ao atual Chefe da Nação, pois revela a sua isenção de ânimo, a sua independência de preconceitos partidários, o seu culto às glórias nacionais, o seu reconhecimento dos serviços e benefícios prestados ao Brasil pelo saudoso Imperador.

Patenteia, por outro lado, o procedimento do Sr. Marechal Hermes — procedimento que não só o Brasil, como todo o mundo culto aplaudirá — quão forte e quão funda é a corrente de simpática veneração, justiça, hoje existente na alma popular em prol da memória augusta desse insigne brasileiro que, durante cinco décadas, esteve à frente dos destinos do seu país.

No correr dos últimos vinte anos tão agitados, tão cheios de lutas e contradições, calaram-se os ódios, os falsos juízos, as interpretações malévolas ou inconscientes de acontecimentos, doutrinas e homens, de maneira que hoje a figura de D. Pedro II aparece aos olhos de todos, o que, aliás, sempre foi: luminosa, imaculada, exuberante de inextinguíveis formosura e grandeza morais, benção suprema da nossa terra, brasão do seu tempo e do seu meio.

Restituiu o governo transato ao nosso primeiro instituto federal de instrução secundária o nome do seu preclaro fundador e amigo constante; na Estrada de Ferro Central aventou-os o projeto de voltar ela a ser designada como outrora, e despertou a ideia o maior entusiasmo;

disse, em solene ocasião, um dos vultos consulares da República, o Sr. Quintino Bocaiúva, que, na Capital Federal, se devera erguer um monumento ao soberano deposto a 15 de novembro; propôs outro chefe republicano, o Sr. Coelho Lisboa, no Senado da União, que esta mandasse buscar, de S. Vicente de Fora, em vaso de guerra, com todas as honras majestáticas, os despojos mortais do excelso banido e de sua digna consorte, a fim de jazerem no solo do Brasil; em igual sentido manifestou-se o Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro, alvitrando fossem, a respeito, ouvidas as municipalidades da Nação inteira de forma a fazer-se um verdadeiro e grandioso plebiscito a favor daquela reivindicação.

Tudo isso significa uma apoteose, uma glorificação, uma canonização cívica de que raros exemplos oferece a história.

Razão assistia a D. Pedro II quando, ao saber, moribundo, em Milão, do modo como entre nós se abolira o cativo, se reanimou, exclamando: “Grande povo! Grande povo!”

Sim, por mais que lhe exagerem os defeitos, por mais que lhe desorientem o rumo, por mais que lhe dêem péssimas lições, por mais errado que o levem, é, sem dúvida, um grande povo aquele que produziu D. Pedro II, o Magnânimo, e, depois de haver sido ingrato para com ele, começa, deveras, a compreendê-lo e a amá-lo.

A. C.

DCCCXXXV

Magnífica, no conceito unânime da avultada concorrência que a ela assistiu, apresentou a solenidade inaugural da estátua de D. Pedro II várias notas particularmente comovedoras e interessantes.

Foi uma festa, a um tempo oficial, aristocrática e genuinamente popular.

Dava-lhe caráter oficial o comparecimento do Chefe do Estado, dos seus Ministros, do Corpo Diplomático, de altos funcionários federais, estaduais e municipais, trajando os militares os seus garbosos uniformes.

A isso acrescia a presença de todo um batalhão do Exército, que prestou as devidas continências. Provinha o aspecto aristocrático das belas e numerosas senhoras que, em seus semblantes e vestuários, ofereciam à vista o que de mais fino e encantador se possa desejar.

O elemento popular fornecia-o a imensa multidão, a franca alegria que a dominava, a ausência de etiqueta, o tom afetuoso, singelo, democrático, na melhor acepção do termo, de que a festividade se revestiu.

Ao observador dos fatos humanos, ao que medita nas contingências e surpresas da vida, causou sem dúvida impressão o ver-se um sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, — o derribador de D. Pedro II, descerrando o véu que encobria o monumento erguido à glória deste, e fazendo-o ao lado de um filho do Visconde de Ouro Preto, um dos depostos e banidos pela revolução de 15 de novembro.

E não foram os vencidos que se acercaram dos vencedores, mas os vencedores que se aproximaram dos vencidos — aliás mui nobremente —, para com eles celebrarem as virtudes do maior entre eles, o soberano destronado e morto no exílio.

Raros povos da terra registram nos seus anais acontecimentos desta natureza, que fazem honra igual a quantos neles tomaram parte, embora adversários, divididos por antinomia de princípios fundamentais.

Na assistência, destacava-se um grupo venerando: o formado pelo Marquês de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto e João Alfredo, três dos quatro únicos ex-Presidentes do Conselho sobreviventes.

Somente faltava o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, impedido por moléstia.

Entre os ex-Senadores do Império, notava-se também o Conselheiro Barros Barreto, vigoroso octogenário.

Todos esses eminentes brasileiros representam prestantes serviços à causa pública, beneméritas tradições, largo passado de honradez e idoneidade, patriotismo, reveladores de excepcionais predicados em momentos críticos do país, como a guerra do Paraguai, as melindrosas fases sucessivas da abolição.

Aureolam as cãs imaculadas de todos eles, os clarões de profícuos esforços em prol da causa comum.

Por isso, o povo, em que, mercê de Deus, subsiste o sentimento da justiça, vendo Paranaguá, João Alfredo e Ouro Preto reunidos, saudou-os como se saúda a patriarcas e, em um belo gesto repentino, cobriu-os de flores.

A. C

DCCCXL

Continua a ser assunto de atualidade a inauguração, em Petrópolis, da estátua de D. Pedro II, o Magnânimo, porque o acontecimento repercutiu, da mais simpática forma, no país inteiro, e só agora estão chegando as notícias, os artigos, as manifestações glorificadoras, os votos de adesão ocorridos nos Estados.

Entre os numerosos telegramas e ofícios recebidos pela comissão executiva, cumpre, por significativos, destacar alguns.

Assim, por exemplo, o do Sr. Carlos Paoliello; redator do *Muzambinho*, jornal publicado de há dez anos na localidade deste mesmo nome.

Diz ele:

Venho oferecer-vos, em nome da redação do *Muzambinho*, quatro exemplares do número desta folha que consagramos à memória do Magnânimo Monarca, no dia da inauguração do seu monumento em Petrópolis.

Quando outro mérito não tenha homenagem do jornal da minha terra ao maior dos brasileiros, valerá ela, ao menos, pela sua absoluta inspeção — porquanto esta folha é redigida por um núcleo de republicanos irreduzíveis, alguns dos quais com valiosos serviços ao seu credo político —, desde os tempos da propaganda, desde quando vieram enobrecidos, além de outros, por este título: nunca atacaram de leve, sequer, a pessoa do velho Imperador!

E, terminando, seja-me permitido, dirigir-vos mais um pedido: está no pensamento dos redatores do *Muzambinho*, a ideia da aquisição de um bom retrato, o mais fiel possível, de D. Pedro II tirado nos últimos tempos do seu reinado, para o colocarmos no salão de honra da reda-

ção; como, porém, não temos podido encontrar à venda um retrato nessas condições, venho pedir-vos o obséquio de nos informar se o há que possamos comprar.

Na falta, mesmo uma pequena fotografia, mas bem fiel, que sirva para amplificação, nos satisfará.

Em termos tão efusivos como os empregados pela redação do *Muzambinho*, está redigida a comunicação da Associação Beneficente à Memória de D. Pedro de Alcântara, associação que, em edifício próprio, funciona à rua de S. Pedro, nesta capital.

Assim se exprime o Sr. José Fernandes dos Santos, Secretário, em nome do Conselho Administrativo da Associação:

Digne-se V. Ex^a de aceitar desta associação que, embora tenha vivido modestamente, tem procurado honrar sempre e tornar cada vez mais querido o nome venerando que lhe serve de símbolo na estrada do bem e da caridade, os seus agradecimentos e louvores pelo ato generoso e bom que conseguiu levar a efeito e que tanto enobrece os que concorreram para o resgate dessa dívida que somente será realmente paga no dia em que no coração da República, no lugar mais honroso e digno desta cidade, descansarem para sempre os restos mortais que são relíquias da Pátria, servindo de base ao maior dos monumentos que honrarem não ao Brasil, mas a América do Sul.

Conhece o público os expressivos telegramas do Dr. J. J. Seabra, digno Ministro da Viação, Dr. Enrico Coelho, Major Dias Jacaré e outros insuspeitos republicanos, no dia da inauguração.

Eis agora, o que a propósito das palavras então proferidas pelo Presidente da Comissão Executiva e redator das *Cotas*, declara, também em telegrama, o ilustre Presidente da Bahia, Dr. Araújo Pinho:

Seu discurso ao se descerrar a estátua de D. Pedro II, repercute, em sua fulgurante síntese, a vibração comovida da alma nacional.

Não é possível, em tão poucas palavras, condensar maior gentileza e generosidade.

A cerimônia de inauguração realizar-se-á às 3 horas da tarde de domingo, 5 do corrente, e obedecerá ao seguinte programa:

1ª Discurso do Sr. Conde de Affonso Celso, Presidente da Comissão Executiva do Monumento, fazendo a entrega da estátua ao município de Petrópolis.

2ª Inauguração da estátua, que será desvendada pelos Srs. Presidentes da República, do Estado, da Comissão e da Câmara Municipal.

Nessa ocasião haverá uma salva de 21 tiros e as bandas de música entoarão o Hino Nacional Brasileiro.

3ª Discurso do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, recebendo a estátua em nome do município.

4ª Leitura e assinatura da ata da inauguração. Os discursos dos Srs. Presidentes da Comissão do Monumento e da Municipalidade serão os únicos proferidos na solenidade.

A Comissão expediu convites, assim concebidos:

Ao povo de Petrópolis — Domingo próximo, 5 de fevereiro, às 3 horas da tarde, efetuar-se-á, na praça de D. Pedro de Alcântara a solene inauguração da estátua de D. Pedro II, o Magnânimo, erigida mediante contribuições particulares, pela comissão executiva abaixo assinada que, desejando dar ao ato todo o possível brilhantismo, roga, espera e de antemão agradece o comparecimento da digna e esclarecida população petropolitana, a qual tanto concorreu para a realização do referido monumento e nobremente corresponde sempre a quaisquer apelos da caridade, da justiça e da civilização.

Petrópolis, 25 de janeiro de 1911. — A Comissão: Conde de Affonso Celso, Presidente. Alcibíades Peçanha, Vice-Presidente. Henrique Viard, 1º Secretário. Gustavo Caheins, 2º Secretário. João Guilherme Pinto de Souza, Tesoureiro. João Napoleão Olive, Adjunto do Tesoureiro.

Petrópolis, 25 de janeiro de 1910.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Domingo próximo, 5 de fevereiro, às 3 horas da tarde, deve ser solenemente inaugurada a estátua de D. Pedro II, o Magnânimo, erigida nesta cidade mediante contribuições particulares pela comissão executiva abaixo assinada, que, desejando dar ao ato todo o possível brilhantismo, tem a honra de solicitar o comparecimento de V. Ex^a e de sua Exma. família.

Conde de Affonso Celso, Presidente. Alcibíades Peçanha, Vice-Presidente. Henrique Viard, 1^a Secretário. Gustavo Caheins, 2^a Secretário. João Guilherme Pinto de Souza, Tesoureiro. João Napoleão Olive, Adjunto do Tesoureiro.

NOTAS FINAIS

A Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II será representada na solenidade pela sua Diretoria, acima designada, figurando o Presidente Sr. Visconde de Ouro Preto, em seu nome individual e no do Vice-Presidente Sr. Amarílio Olinda de Vasconcelos.

Entre os jornalistas que dedicadamente propugnaram na imprensa a ideia do monumento, manda a justiça citar os nomes dos srs. Dr. João d'Escragnolle, Dr. Gregório de Almeida e Coronel Arthur Barbosa.

A 1 de dezembro último, S. A. I., a Senhora Condessa d'Eu, Isabel a Redentora, fez a honra de escrever ao Sr. Conde de Affonso Celso, perguntando:

A magnífica estátua de meu pai terá chegado a tempo para o dia 2?
Queira dar-me notícia dela e da impressão causada lá...

Infelizmente, não chegou a estátua a tempo de ser inaugurada a de 2 de dezembro, data, como se sabe, do aniversário natalício do Sr. D. Pedro II, e outrora dia de grande gala nacional.

Quanto à impressão por ela produzida, cabe-lhe o qualificativo da excelsa Princesa: foi magnífica, ou melhor, duas vezes magnífica.

Magnífica, em razão do primor artístico do monumento.

Magnífica, ainda mais, pela sua significação moral, pois mostra que o Brasil começa a resgatar uma imensa dívida de piedade, justiça e gratidão.

(Do *Jornal do Commercio*, de 2 de fevereiro de 1911)

ESTÁTUA DE D. PEDRO II

Do *Jornal de Commercio* de 6 de fevereiro de 1911.

Foi brilhante, sob todos os aspectos, a cerimônia da inauguração da estátua de D. Pedro II, ontem, em Petrópolis.

O magnífico tempo que fez, apesar do calor, a enorme concorrência popular, o comparecimento de altas autoridades da República, da Capital Federal, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Petrópolis, a presença do Corpo Diplomático, quase completo, tudo deu à festa um caráter magnífico como raras vezes se tem visto em Petrópolis.

Não obstante a imensa aglomeração, reinaram ordem, alegria e entusiasmo.

O Sr. Presidente da República foi recebido festivamente na estação. Chegou ao meio-dia, acompanhado do Srs. Ministros da Marinha, Guerra e Justiça, ajudante de ordens, Secretário da Presidência, Sub-Chefe da Casa Militar.

Foi recebido pelos Srs. Barão do Rio Branco, Sebastião de Lacerda, Secretário Geral do Estado do Rio; João Werneck, Presidente da Câmara Municipal; Drs. Joaquim Moreira, Sá Earp, Eduardo de Moraes, Coronel José Land, Pastor de Oliveira, José Weirich, Sabino Ribeiro, vereadores; Dr. Edmundo de Lacerda, Delegado de Polícia; General Salles; Almirante Teffé, Dr. Enéas Martins, Alcibíades Peçanha, Gastão da Cunha, Alberto Fialho, Moniz Aragão, Araújo Jorge, Barros Franco, Horácio Magalhães e outros.

O Sr. Marechal Hermes almoçou na residência do Sr. Barão do Rio Branco. Tomaram parte no almoço, além do Sr. Marechal Hermes, os Srs. General Pando, Ministros da Marinha, Guerra e Justiça, Secretário da Presidência, Dr. Álvaro Teffé; Sub-Chefe da Casa Militar, Ca-

pitão de Corveta Jorge Fonseca; ajudante de ordens do Ministro da Marinha, Capitão-Tenente Goulart; ajudante de ordens do Ministro da Guerra, Tenente Castilho; o Coronel Flarys, comandante do 52º de caçadores; Capitão-Ajudante, Coronel Bezzi; Dr. Moniz de Aragão, Dr. Araújo Jorge, Guarda-Marinha Gastão Paranhos. Findo o almoço seguiu a comitiva a inaugurar o monumento na seguinte ordem. Primeiro carro: Marechal Hermes, General Pando, o Secretário da Presidência e o Sub-Chefe da Casa Militar; segundo carro: Ministro da Marinha, Ministro da Guerra e ajudantes de ordens; terceiro carro: Barão do Rio Branco, Ministro Rivadavia Corrêa, e Moniz de Aragão, Secretário do Sr. Barão do Rio Branco.

O Sr. Presidente da República e os dois Ministros militares vestiam fardas do seu 2º uniforme. Prestou-lhes as devidas honras o 52º Batalhão de Caçadores, sob o comando do Coronel Francisco Flarys, batalhão chegado ontem a Petrópolis, pela manhã.

SS. Ex^{as}. foram recebidas pela Comissão Executiva do Monumento.

Pouco antes havia chegado o Sr. Dr. Sebastião de Lacerda, representando o Sr. Presidente do Estado do Rio.

Logo que as altas personagens oficiais tomaram os seus assentos nos estrados, onde já havia inúmeras senhoras, assumiu a tribuna o Sr. Conde de Affonso Celso, Presidente da Comissão Executiva, cujo discurso provocou intensa comoção e foi pontuado de bravos aplausos, despertando frementes salvas de palmas, quando terminou com um viva ao Brasil, dizendo que este devia ser o brado com que se saudasse o reaparecimento, na praça pública, da effigie augusta de D. Pedro II.

Outro tópico do discurso muito aplaudido foi aquele em que o orador, referindo-se ao Marechal Hermes, declarou que o gesto do Presidente da República, desvendando a estátua do Imperador, “era intrépido, bizarro e cavalheiroso”, revelando que o Marechal possuía sentimentos à altura do fastígio que ocupava de primeiro soldado e primeiro cidadão do Brasil.

Em seguida ao discurso de Sr. Conde de Affonso Celso, foi a estátua descoberta, tirando os cordões do pano auriverde que a cobria o Sr. Presidente da República, o representante do Sr. Presidente do Estado

do Rio, o Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e o Presidente da Comissão. Indescriível o momento em que a bela estátua apareceu aos olhos da enorme concorrência.

Ao som do Hino Nacional, ao espocar de foguetes, vivas, palmas, aclamações, o vulto de D. Pedro II assomou dominador e imponente, com uma expressão comovedora de bondade.

Ocupou então a tribuna o Sr. Coronel João Werneck, que proferiu o seguinte discurso:

De legítimo orgulho deve achar-se possuída a Comissão do Monumento a D. Pedro II, por ter realizado uma grande aspiração do povo de Petrópolis e havê-lo feito, consultando com delicadeza o sentimento da população.

Este monumento representa um tributo de saudade e respeito; por isso mesmo foi realizado sem auxílio algum oficial, porque o povo quis demonstrar que um sentimento leal, sincero e espontâneo o guiava nesta expansão que lhe é tão grata.

A comissão não quis colher no feliz reinado de D. Pedro II o motivo para este monumento.

Não procurou também representar o homem estudioso, o patriota; não procurou salientar a probidade e o espírito de justiça que tanto distinguiram D. Pedro II.

Inspirou-se exclusivamente no sentimento do povo de Petrópolis, colheu da vida deste grande homem o que talvez pareça de menor importância; entretanto, foi felicíssima na escolha.

D. Pedro II vinha aqui repousar em certa época do ano e em seus passeios atraía o rico e o desvalido com aquela simplicidade, com aquela bondade que era um reflexo de sua alma nobre e pura.

Ninguém o temia, ninguém se afastava e, ao contrário, procurava-o o pobre em cujas mãos ele esvaziava a sua bolsa; o oprimido, que encontrava imediatamente reparação e justiça; o moço, a quem protegia em colégios e academias, o admiravam e estimavam, vendo em seus atos a manifestação patente de um coração nobre, de onde brotavam espontaneamente a caridade, o amor da justiça e um sagrado afeto pelo Brasil.

A veneração e amizade que o povo lhe tributava por estas elevadas qualidades, gravaram-se nos corações de todos; de cada um desses corações foi tirado um pouco de material do monumento que hoje nos honramos de inaugurar.

Este monumento é um exemplo para os que exercem qualquer parcela de autoridade; honra o povo que manifestou tão dignamente os seus sentimentos e honra a comissão que teve a felicidade de realizar tão belo pensamento.

Ele será cuidado com o mesmo carinho com que os corações guardaram a memória de D. Pedro II.

O discurso do Sr. João Werneck, Presidente da Câmara, agradou imensamente e provocou fervorosos aplausos.

Finda a cerimônia, retiraram-se, com as mesmas formalidades da chegada, o Sr. Presidente da República e mais autoridades.

Permaneceu longo tempo a multidão em roda do monumento, cujo pedestal estava ornado de quatro lindíssimos *bouquets* de *Idranga iaponica*; em face notava-se outro soberbo *bouquet* de cravos petropolitanos, que o floricultor Oster-Wohlt tinha denominado D. Pedro II.

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, a Comissão do monumento do Dr. Júlio Koeller, a Escola Santa Cecília, as associações *Deutscher Verein Petropolis*, a *Deutscher Sangerbund Eintracht* e *Deutscher Brasilianischer Bruderbund* ofereceram soberbos *bouquets*.

A ornamentação da praça, feita com bandeiras e flores, era simples, mas elegante e significativa.

Entre os circunstantes atraíam a geral atenção os três ex-Presidentes do Conselho da Monarquia, Marquês de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto e João Alfredo.

Ata da inauguração da estátua do Sr. D. Pedro II, o Magnânimo, na Praça D. Pedro de Alcântara na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Às 3 horas da tarde de domingo, 5 de fevereiro de 1911, foi solenemente inaugurada à Praça D. Pedro de Alcântara, nesta cidade, a estátua do Sr. D. Pedro II, o Magnânimo, modelado em bronze pelo escultor francês Jean Magrou, pedestal do arquiteto também francês Felix Debat e mandada erigir, mediante contribuições particulares, por uma comissão executiva assim constituída:

Presidente: Conde de Affonso Celso; Vice-Presidente: Alcibíades Peçanha; 1º Secretário: Henrique F. G. Viard; 2º Secretário: Gustavo Caheins; Tesoureiro: João Guilherme Pinto de Souza; Adjunto de Tesoureiro: João Napoleão Olive.

Assistiram ao ato o Sr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Presidente da República, acompanhado das suas casas civil e militar e o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores; Sr. Dr. Rivadavia Corrêa, Ministro do Interior e Justiça; Sr. General Dantas Barreto, Ministro da Guerra; Almirante Marques de Leão, Ministro da Marinha; Sr. Dr. Sebastião de Lacerda, Secretário-Geral do Estado, representando o Presidente do Estado; o Sr. João Werneck, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis; os Srs. Membros do Corpo Diplomático e muitas outras autoridades civis e militares, agremiações, como Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Centro Monarquista de S. Paulo, Associação B. de Santos, Centro dos Estudantes Católicos de S. Paulo, Sociedades e Clubes desta cidade, bem como inúmera massa popular. Pronunciaram discursos, calorosamente aplaudidos, o Sr. Conde de Affonso Celso, entregando o monumento à municipalidade e o Presidente desta, aceitando-o. Toda a cerimônia efetuou-se na melhor ordem, reinando sempre alegria e entusiasmo, em fé do que eu, Henrique Felipe Guilherme Viard, 1º Secretário da Comissão Executiva do Monumento à memória do Sr. D. Pedro II, o Magnânimo, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente da República e numerosas pessoas gradas, como se segue:

O pequeno círculo da praça, ao redor do monumento, era ocupado por dois tablados. No primeiro, viam-se os Srs. Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República; Barão do Rio Branco, Ministro do

Exterior; Dr. Rivadavia Corrêa, Ministro do Interior; General Dantas Barreto, Ministro da Guerra; Almirante Marques de Leão, Ministro da Marinha; General Pando, General Rufino Dominguez, Ministro do Uruguai; e os Secretários dessa Legação, Drs. Nin Frias e Elmano Vieira; Monsenhor Alexandre Bavona, Núncio Apostólico; Irving Dudley, Embaixador Americano; Wiliam Haggard, Ministro da Inglaterra, e senhora; Dr. Claudio Pinilla, Ministro da Bolívia; Dr. Herman Velarde, Ministro do Peru, e família; Dr. Carrillo, Secretário dessa legação; Dr. Advocaat, Ministro da Holanda, e senhora; Dr. Christobal Vallin, Ministro da Espanha, e senhora; Barão de Avezana, Ministro da Itália; von Egger, Encarregado de Negócios da Bélgica; Dr. Anselmo de la Cruz, Encarregado de Negócios do Chile; Dr. Adolpho Romero, Secretário boliviano; Crisoforo Canseco, Encarregado de Negócios do México; Dr. Stein, Secretário russo; Secretário italiano; Dr. Fugita, Encarregado de Negócios do Japão; Rioji Noda, Secretário japonês; Dr. Pedro Maximow, Ministro da Rússia; Dr. Michaelles, Ministro da Alemanha; von Biel, Secretário alemão; Monsenhor Landucci Croci, Auditor da Nunciatura; Dr. Enéas Martins, Ministro do Brasil no Peru, e senhora; Dr. Gastão da Cunha, Ministro do Brasil no Paraguai, senhora e filhos; Dr. Cardoso de Oliveira, Ministro do Brasil na Colômbia, e senhora; Dr. Alberto Fialho; Ministro do Brasil em Roma, e senhora; Dr. Álvaro de Teffé, Secretário da Presidência da República; Capitão-Tenente Jorge da Fonseca, sub-chefe da Casa Militar da Presidência da República; Visconde de Ouro Preto e família; Barão de Maya Monteiro; família do Conde de Affonso Celso; família Parreiras Horta; Marquês de Paranaguá e família; Conselheiro João Alfredo; família Smith de Vasconcellos, Dr. Heráclito Graça e outros.

O segundo tablado era ocupado pelos Srs. Dr. Sebastião de Lacerda, Secretário-Geral, representando o Sr. Presidente do Estado do Rio; João do Nascimento e Silva, oficial de gabinete do Sr. Secretário-Geral do Estado; Capitão Álvaro Fontenelle, ajudante de ordens do mesmo Secretário; Coronel João Werneck, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis; os Vereadores Dr. Joaquim Moreira, Dr. Eduardo de Moraes, Dr. Sá Earp, Dr. Horácio Magalhães; Pastor de Oliveira; Co-

ronel José Land; José Werneck e Sabino Ribeiro; Desembargador Arthur Annes e senhora; Dr. Edmundo de Lacerda, Delegado de Polícia; Miguel Pedro Vasco; Dr. Moreira Nery, Conselheiro Caminhoá; Arthur Barbosa; Dr. Nogueira da Gama; família Miranda Jordão; Comendador Nicolao Farani; senhorinhas Spangruber; Eduardo de Souza Leite; Dr. Sancho de Barros Pimentel; Conselheiro Barros Barreto e senhora; Barão de Santa Margarida e senhora; Dr. Luiz Felipe de Souza Leão e senhora; Vigário Theodoro Rocha; Carlos Rangel; Coronel Ricardo da Fonseca, decano dos moradores de Petrópolis; viúva Maria Viard; D. Henriqueta Viard; João Antônio Maria Stellone; Comendador João José da Silva; Jacintho Alves da Silva; Nestor Alves; Comendador Fridolino Cardoso; Dr. Neves Armond; Coronel Dr. Manoel Alves Ferreira Neves; Dr. Neves da Rocha; Dr. Antonino Fialho; Dr. Francisco de Paula Valladares; Eduardo Ramos e senhora; Dr. Justino Paixão; Senador Arthur Lemos.

Ainda achavam-se presentes à solenidade os Srs. Dr. Paulo Figueira de Mello, Dr. Arthur Cesar, Dr. Joaquim Figueira de Mello, Dr. Modesto Guimarães, Dr. Arthur de Sá Earp Filho, Dr. Horácio Magalhães Gomes, Dr. Moreira da Fonseca, Dr. Arthur de Azevedo, João de Deus Filho, Dr. Miguel Pereira, Dr. Lourenço da Cunha, Dr. Joaquim Nazareth, Annibal Salgado, Barão de Teffé, Barão de Águas Claras, Paulo Theodoro Fritz, Dr. Duarte de Azevedo, Dr. Alencar Lima, Dr. Leopoldo de Bulhões, Dr. Emilio Schnoor, Dr. Francisco Figueira de Mello, Dr. Eugenio de Andrade, Dr. Pedro Nolasco, Dr. João Francisco Barcellos, Dr. Fabiano Alves, Dr. Barros Pimentel, Dr. Santos Campos, Dr. Villela dos Santos, Octavio Teffé, Coronel Souza Leite, Eduardo Rudge, Dr. Pedro Teixeira, Henrique Sixel, Péricles de Almeida, Major Bernardino Lima, J. Pecterle, Dr. Lansdorf, José Alves Mesquita, S. Spandenberg, Miguel Schettine, Alcides Pereira, Manoel Corrêa da Silva, Major Christovão Nunes, Antonio Noronha, Dr. Spinola, Egberto Land, Dr. Sylvio Leitão da Cunha, Comendador Belchior, Dr. Oliveira Castro, Major Manoel Macieira, Jorge Paffer, Gualter de Mello Braga, Capitão André Justin, Álvaro Lopes de Castro, Coronel Zacharias da Costa, Carlos Américo dos Santos, Borges Leanes, Graccho

Rangel, Bellino Miranda, Capitão Magalhães Bessa, Coronel Sá Mesquita Pimentel, Luiz Alves Monteiro, Coronel Gualberto de Oliveira, Arthur Moret, João Xavier, Emygdio Silva, Galdino Ferreira da Costa, João Antônio Ribeiro, Francisco Castro, Emilio Roble, João Raeder, Guilherme Eppinghaus, Oliveira Pombo, Luiz Rittmeyer, Agostinho de Castro, Narciso de Castro, José Kling, Pedro Essing, Joaquim Gonçalves Motta, Anthero Palma, Dr. Vicente de Sá Earp, Virgílio de Carvalho, Dr. Ernesto da Rocha Miranda, Fernando Miranda, Coronel Miranda Jordão, Luciano Tapajós, Mario Tapajós, Coronel João Duarte Silveira, Coronel José Caetano dos Santos, Waldemiro de Freitas Guimarães, Dr. Durval de Souza, Álvaro de Sá Carvalho, Godofredo Marques de Leão, Pedro de Schepper, Luiz Gonzaga, Ladisláo Cossich, Ricardo Azamor, Carlos Cirne, Heitor de Oliveira, Martinho Saldanha, Martins Duriez, Octavio Lazaro Monteiro, Elonio Silva, Antônio Gabriel Coutinho Froes, Irineu Teixeira, Custodio Teixeira, Carlos Teixeira, Abel Menezes, Matheus Homem de Menezes, Joaquim Maia, Carlos Maia, Manoel Maria, Achilles Lenoir, Dermeval Miranda, Luiz Miranda, Joaquim de Azevedo, José dos Santos Guimarães, Cesar Miranda, Mario Miranda, Walter Bretz, Ernesto Mattoso, Coronel Francisco Pinheiro, Dr. Napoleão Jeolás, Joaquim de Souza Murtinho, Barão de Mendes Totta, Luiz Gonçalves Motta, Coronel Júlio Avellar, Dr. Luiz Betim Paes Leme, Barão de Ibirocahy, Coronel João Antônio Caminha, Samuel Gracie, Dr. José Bernardes da Silva Figueiredo, Dr. José Burle de Figueiredo, Dr. Arlindo de Souza, Arlindo Gomes, Coronel Leopoldo Castrioto, Comendador Fridolino Cardoso, Max Niedenberger, Dr. Fernando Werneck, Dr. Aristides Werneck, Dr. Hosannah de Oliveira, Dr. Sergio Teixeira de Macedo, Boaventura de Azevedo Coutinho, Dr. Octavio de Oliveira Castro, Noel Santos, Dr. Alberto de Faria, Comendador João Vianna, Dr. Carlos Jordão, Barão Homem de Mello, Dr. Fortunato da Fonseca Duarte, Dr. José de Barros Franco Junior, Dr. Horácio de Magalhães Gomes, João do Nascimento e Silva, General Salles, Dr. Jorge Pinto, Dr. Paulino Werneck, Dr. Joaquim Tavares Guerra Filho; Dr. Alencar Lima, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Dr. Joaquim Tavares Guerra, Dr. Pereira Passos, Dr. João Baptis-

ta de Castro, Conselheiro João Alfredo, Conselheiro Visconde de Ouro Preto, Dr. Vicente de Ouro Preto, Capitão-Tenente Benjamim Goulart, Dr. Jorge Pinto, Dr. Fernando de Magalhães, Dr. Xavier de Almeida, Eduardo Salamonde, Dr. Oswaldo Purseguin, Dr. Octavio Silva Costa, Conselheiro Silva Costa, Dr. Heitor Silva Costa, Dr. Tristão da Cunha, Dr. José Maria Leitão da Cunha, Dr. Raul Leitão da Cunha, Dr. Paulo de Frontin, Barão de Santa Margarida, Visconde Gonçalves Pinto, Dr. Oswaldo Cruz, Dr. Oswaldo de Oliveira, Domingos Costa, M. Alves de Seabra, Francisco José de Souza, Francisco José Fernandes Teixeira, João Viard, Felipe Gelli, Coronel Oliveira Amorim, Coronel João Duarte Silveira, José Fernandes de Oliveira, Joaquim Pinto de Carvalho, Senador Sá Freire, Pedro Hingel, João Augusto da Costa, Antônio Meira, Joaquim Zeferino de Souza, José Gomes, Gustavo Roble, Emílio Roble, Visconti Marchesi, Luiz A. da Silva, Frederico Francisco Lopes, Major Oliveira Leite, Major Francisco Naylor, Dr. Paula Buarque, Coronel João Moraes, Dr. Kalemback Cardoso, Dr. Mauricio Bicalho, José da Silva Leite, Major Antonino Condé, Major José Lopes de Castro, Pecegueiro do Amaral, Francisco Câmara, Mario de Paula, Bernardo Meira, Dr. Sebastião de Carvalho, Dr. João Teixeira Soares, Dr. Alberto Sampaio, Dr. Julião de Castro, Dr. Miguel Detzi, Dr. Elysio do Couto, Dr. Duarte de Azevedo, Dr. Francisco Figueira de Mello, Dr. João Vieira Barcellos, Dr. Manoel Lobato, Dr. Fabiano Alves, Henocho Andrade, Dr. Van Erven; Dr. Paulo Bergerot, Dr. Nuno de Andrade, Dr. Domingos Nogueira, Major Otto Hees, Dr. Antônio Torres, Dr. Braga Torres, Alberto Barros Franco, Dr. Henrique Franco, Coronel José Guilherme de Souza.

Fizeram-se representar por comissões todas as associações de Petrópolis, como sejam, entre outras, as seguintes: Sociedade Beneficente Petropolitana, Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, Clube Filhos de Euterpe, Clube Leopoldo Miguez, Liga Operária Católica Beneficente, Sociedade Escolar do Quissamã, Tiro Petropolitano, *Deutscher Vereim Petropolis*, *Deutscher Sangerbund Eintrachtst*, *Deutscher Brasilianische Kranderbund Bruderbund*.

A coroa oferecida pelo Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro tinha a seguinte inscrição: “Ao seu grande benemérito D. Pedro II, 54 anos de admiração e saudade do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro”.

As associações a que nos referimos anteontem foram representadas pelas pessoas indicadas. O Clube de Engenharia foi representado pelos Drs. Castro Barbosa, Eugenio de Andrade, Francisco de Góes e Floresta de Miranda.

A ornamentação da praça D. Pedro de Alcântara foi feita pela Floricultura Del Bosco.

O Conde Diniz Cordeiro compareceu à solenidade por si e representando o Barão de Werneck e Alcibiades Diniz Cordeiro.

Depois de inaugurado o monumento, o Sr. Marechal Hermes visitou o Almirante Teffé, seguindo a visitar o Palácio Rio Negro, de onde partiu para a estação, embarcando às 5 horas da tarde. O embarque foi muito concorrido, comparecendo as altas autoridades estaduais. O Dr. Sebastião Lacerda, Secretario Geral do Estado, descerá amanhã, à noite.

A comissão do monumento, presidida pelo Conde de Affonso Celso, compareceu à chegada e partida do Sr. Presidente da República. À noite houve grande animação em toda a cidade, havendo iluminação geral de belo efeito. O monumento está coberto de flores naturais, depositadas por muitos particulares e diversas associações, inclusive a da comissão do monumento Júlio Koeller.

O Conde de Affonso Celso recebeu, entre outros, os seguintes telegramas:

Do Dr. J. J. Seabra, Ministro da Viação: “Força maior impede-me assistir inauguração monumento justa e merecida homenagem prestada à memória do grande e benemérito brasileiro D. Pedro II, que tanto nobilitou, elevou e engrandeceu nossa Pátria. Afetuosas saudações”.

Do Dr. Estevão Leão Bourroul, de São Paulo: “Peço representar-me e D. Lydia de Rezende na inauguração estátua pai da Pátria brasileira”.

Do Tenente Abelardo Souza, Rio: “Associo-me coração grandes homenagens maior dos brasileiros, Pedro II”.

Do Dr. Gastão Ruch: “Motivos imprevistos impedem-me comparecer. Peço desculpa Visconde de Ouro Preto e V. Ex”.

Do Dr. Umberto Auletta: “Afetuosos parabéns à memorável data de hoje, realização feliz vossa nobilíssima aspiração”.

O Dr. A. Felício dos Santos encarregou o Conde de Affonso Celso de representar a S. S. e o Centro Católico do Brasil.

O Professor Rodolpho Bernardelli fez-se representar pelo Professor Cav. Augusto Girardet.

O Centro dos Estudantes Católicos de S. Paulo nomeou seu delegado especial na cerimônia o Conde de Affonso Celso.

A este dirigiu também Mme. Rose Meryss expressivo telegrama de congratulações.

O Visconde de Ouro Preto representou a Sociedade Reverência à Memória de D. Pedro II de que é presidente, a Associação Beneficente D. Pedro II, de Santos, e o Srs. Conde Candido Mendes de Almeida, Barão de Ataliba Nogueira, de Campinas, e Dr. Carvalho Lima, de Entre Rios.

O Comendador Nicolao Farani remeteu, com gentilíssimas palavras, belas flores para ornarem o pedestal.

A Academia Brasileira de Letras foi representada por uma comissão nomeada pelo Presidente interino, Sr. José Verissimo, e composta dos Srs. Barão do Rio Branco, Conde de Affonso Celso e Dr. Heráclito Graça.

O Sr. Conde de Affonso Celso recebeu mais estes telegramas:

Do Deputado federal Dr. Erico Coelho: “Guardo D. Pedro II as mais gratas lembranças e presto à Sua Majestade o tributo de veneração sincera”.

Do Major Dias Jacaré: “Pela inauguração da estátua do grande brasileiro D. Pedro II, felicito-o”.

Do Dr. Araújo Pinho, Governador da Bahia: “seu discurso ao se desvendar a estátua de D. Pedro II, representa, na sua fulgurante síntese, a vibração comovida da alma nacional”.

Do Capitão do Exército Henrique Silva: “Depois de 20 anos quando senti a morte de meu pai, lágrima alguma enxuguei na efusão das que esta manhã me brotaram dos olhos lendo o vosso discurso pronunciado em Petrópolis e inserto no País”.

Do Dr. Miran Latif: “Felicitações êxito grande empreendimento”.

Do Dr. Ademar Tavares: “Apresento, excelente amigo, parabéns. Brilhante festa, triunfo obtido”.

O Sr. Barão do Rio Branco, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, nomeou para representá-lo na cerimônia uma comissão composta de Visconde de Ouro Preto, Marquês de Paranaguá, Conde de Affonso Celso, Dr. Gastão Ruch e Dr. José Manuel Cardoso d’Oliveira.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro fez-se representar por uma comissão composta dos Srs. General Dr. Thaumaturgo d’Azevedo, Coronel Ernesto Senna, Dr. A. O. Vieira de Castro e Conde de Paranaguá.

São inúmeros os cartões e cartas de congratulação recebidos pelo Conde de Affonso Celso de todo o país.

Finalmente, S. A. I., a Sra. Condessa d’Eu telegrafou de Boulogne-sur-Seine, dizendo-se profundamente satisfeita e comovida com a inauguração da estátua e agradecendo à comissão.

VIII

CONDE DE AFFONSO CELSO
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
DISCURSO PROFERIDO EM PETRÓPOLIS

A 5 de fevereiro de 1911.

Ao ser inaugurada a estátua de S. M. o Sr. D. Pedro II, o Magnânimo

Comissão Executiva do Monumento:

Presidente — CONDE DE AFFONSO CELSO.

Vice-Presidente — DR. ALCIBÍADES PEÇANHA.

1º Secretário — CAPITÃO HENRIQUE F. G. VIARD.

2º Secretário — CAPITÃO GUSTAVO CAHEINS.

Tesoureiro — JOÃO GUILHERME PINTO DE SOUZA.

Adjunto de Tesoureiro — MAJOR JOÃO NAPOLEÃO OLIVE.

Distintíssimo Auditório:

Em nome da comissão executiva a que tenho a ufania de presidir, cabe-me a satisfação indizível e a honra insigne de entregar à digna municipalidade de Petrópolis, que, sem dúvida, a saberá devidamente zelar, a estátua de quem, durante perto de sessenta anos, foi conhecido, admirado, amado no mundo inteiro, com a excelsa designação — Sua Majestade o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

O primeiro título — Imperador Constitucional —, perdeu-o ele dois anos antes de sucumbir; mas o outro, quiçá mais belo — Defensor Perpétuo do Brasil —, conservou-o, por unânime aclamação das consciências, no correr de toda a sua ampla e acidentada carreira; compete-lhe ainda hoje, quatro lustros após o seu pranteado falecimento.

Porque, se defender o Brasil significa exaltar-lhe o valor, dar dele levantada ideia, atestar que em seu território medram virtudes, caráter, integridade, ninguém mais e melhor defendeu a nossa Pátria contra malévolas e injustas apreciações do que D. Pedro II, o Magnânimo, durante o seu reinado, durante o seu exílio, e até agora, pois o seu nome é um programa, uma lição, um modelo, um padrão de orgulho, não somente para nós, os brasileiros, porém para todo o Novo Mundo que o considera, a par de Washington e Bolívar, uma das individualidades mais simpáticas e venerandas dos seus anais.

Mister seria, para comprovar estes assertos, descrever a formação, expansão, florescimento do Brasil independente, proceder a balanço em mais de meio século da história continental.

Não o comportam o lugar e a ocasião. Basta aludir a quarenta anos de paz interna, depois de cinco grandes revoluções debeladas e esquecidas com inexcusável generosidade; a três gloriosas guerras externas, onde o nosso estandarte, sempre sobranceiro, firmou a redenção de três povos irmãos tiranizados; à libertação de dois milhões de cativos.

Iluminam este monumento os clarões de Monte Caseros, Riachuelo, Humaitá; os da apoteose abolicionista; os das festas inaugurais entre nós das vias férreas, dos telégrafos, da navegação a vapor; os do nosso país servindo de árbitro em contendas de grandes potências; os da fundação de Petrópolis; os de todo um largo período de tolerância, justiça, liberdade, retidão, a que Mitre chamou uma democracia coroadada, cujo chefe Gladstone proclamou exemplo e benção de sua raça.

Em derredor da olímpica figura que vamos aclamar, vasada em bronze, alteiam-se, formando-lhe esplêndido cortejo, vultos como os de Osório, Argollo, Caxias, Tamandaré, Barroso, Saldanha da Gama, Deodoro, Floriano, que galhardos o serviram na guerra; os de Gonçalves Dias, Alencar, Magalhães, Varella, Taunay, Varnhagen, Teixeira de

Freitas, Carlos Gomes, Victor Meirelles, Pedro Américo, que o dignificaram nas letras, ciências e artes; os dos Andradas, Olinda, Paraná, Itaborahy, Zacharias, Nabuco, Cotegipe, Rio Branco I, que cooperaram no seu governo; os de Alexandre Herculano, Camillo Castello Branco, Lesseps, Pasteur, Lamartine, Victor Hugo, Darwin, Richard Wagner, Leão XIII, tudo quanto de preclaro apresenta o século XIX, que no estrangeiro o enaltecera.

Cognominou-o de Magnânimo o Instituto de França, assembleia única no globo; Paris rendeu-lhe preitos soberbos; não lhe regateou homenagens a própria República que o depôs, quando, desde o começo, lhe ofereceu avultada dotação, lhe garantiu, mais tarde, na Constituição Federal, decorosa pensão, enquanto ele vivesse, e, ainda recentemente, restituiu o nome dele a um dos ramos do nosso instituto oficial de instrução secundária.

Esta estátua concretiza, portanto, uma injunção da justiça: é uma ara helênica, onde se rende culto à probidade, à abnegação, à bondade, ao patriotismo.

Ao patriotismo, sobretudo, porquanto D. Pedro II se mostrou precipuamente um incomparável patriota.

Patriota, amando, como ninguém, a sua terra e a sua gente; patriota, exercendo os seus encargos de funcionário com um zelo, uma dedicação, uma atividade, um escrúpulo sobre-humanos; patriota, vestindo a farda de voluntário, para combater o inimigo invasor; patriota, ao se reanimar quase moribundo, sabendo a notícia da abolição, murmurando: “Grande povo! Grande povo!”; patriota, ordenando se applicasse à criação de escolas a quantia arrecadada para se lhe erguer, em vida, uma estátua; patriota, não articulando, banido, a menor queixa, a mais leve recriminação, antes manifestando-se pronto a continuar servindo a Pátria, como esta determinasse; patriota, pedindo que, depois de morto, lhe pusessem debaixo da exânime cabeça um pouco de terra brasileira; patriota, quando, sem o dizer, pois silencioso e augusto lhe foi sempre o padecimento, deixava, entretanto, malgrado seu, adivinhar que aquilo que o afligia, o acabrunhava, o matava, no exílio, não era a perda do

trono e sim, apenas, a ausência, a infinita saudade inconsolável do seu queridíssimo Brasil.

Por outro lado, obra de patriotas é também a estátua de D. Pedro II, porque a mais alta, pura e fecunda expressão do patriotismo está em honrar pro-homens da Pátria, e, longe de repudiar ou deprimir o passado, em venerar as origens, os antecedentes e as tradições do país, dedicando-lhes o carinhoso respeito, o reconhecido amor devido aos maiores, aos patriarcas, aos pais.

Assistimos a uma festividade cívica, a um tempo singela, modesta e grandiosa, como a alma de seu herói.

Menos que agradecimentos, cabem aqui recíprocas congratulações. Agradeço, entretanto, a eficaz colaboração da imprensa, das corporações, do povo petropolitano, em nossa vitória e em nosso júbilo.

Agradeço-vos, especialmente, Sr. Marechal, Chefe do Estado.

Vindo desvendar ao povo a efígie do Imperador, fazeis um gesto intrépido, bizarro e cavalheiroso, um gesto de exímias distinção e formosura morais, um gesto que — confessá-lo-ei com a altiva intuspeção do meu nome e a intransigência inflexível da minha notória atitude política, confessá-lo-ei — demonstra possuírdes sentimentos à altura do fastígio que ocupais e merecerdes ser tudo quanto presentemente sois: o supremo emissário da Nação, o primeiro dos guapos soldados e dos livres cidadãos do Brasil.

Povo de Petrópolis, ante a estátua do fundador da cidade, formulemos um voto, assumamos um compromisso: os restos mortais de D. Pedro II e de sua consorte, a Mãe dos Brasileiros, não podem continuar em solo estranho: devem volver ao seio da Pátria.

E é em Petrópolis, que ele tanto amou, onde passou seus dias mais tranquilos, de onde partiu para não mais tornar, é em Petrópolis, longe do bulício e das revoluções das capitais, é em Petrópolis que cumpre permaneçam as soberanas relíquias, pois, além de tudo, a natureza constituiu Petrópolis um píncaro, uma culminância, uma coluna de beleza e de glória, um maravilhoso pedestal.

Convido os encarregados de descerrarem a estátua a cumprirem a sua piedosa missão; e, neste momento comovedor que redime tantas

faltas e irradia tanta luz, conjuro quantos me ouvem a soltarem comigo o brado gratíssimo ao coração de D. Pedro II, o brado que, decerto, o fará sorrir de alegria, deitando-nos em troca a sua benção preciosíssima, no remanso de infinda bem-aventurança, onde ora ele desfruta o galar-dão da sua benemerência e a reparação dos seus sofrimentos.

É o brado que sintetiza o nosso desejo, o nosso estímulo, o nosso dever de tornar a Pátria cada vez mais forte, mais próspera, mais bendita, mais feliz.

Digníssimos representantes da autoridade, conspícuos delegados das nações amigas, senhoras, senhores, concidadãos, companheiros, no instante histórico em que, entre ovações, o semblante de D. Pedro II vai reaparecer na praça pública, qual um astro emergindo da penumbra, onde, na sua trajetória imensa, vinte anos se velou, descubramo-nos, curvemo-nos com a emoção religiosa de quem num templo vê um símbolo sagrado, e, com toda a alma, fremente de regozijo e entusiasmo, exclamemos, como uma prece, um hino, uma saudação, um grito de triunfo, um mote de guerra santa, ou, melhor, um ósculo de paz:

Viva o Brasil!



Imagem da visita do Rei dos Belgas ao IHGB – 21 de setembro de 1920. Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Epitácio Lindolphe da Silva Pessoa, e Sua Majestade o Augusto Senhor Albert I, Rei dos Belgas, Príncipe da Bélgica etc., cercados dos seguintes: S.M. a Rainha-consorte Elisabeth dos Belgas — nascida Duquesa em Baviera, bisneta de D. João VI —, S.F. a Senhora Maria da Conceição Manso Sayão da Silva Pessoa (a primeira-dama Mary Pessoa), o Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello (Ministro da Justiça), a Baronesa de Berg, o Conde de Affonso Celso, a Embaixatriz Barros Moreira, o Prof. Max Fleiuss, o Comandante Leopoldo Nóbrega Moreira (ajudante de ordens do Presidente Epitácio Pessoa), o Barão de Ramiz, o Engenheiro Henrique Morize, o Dr. Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (irmão do célebre escritor português Ramalho Ortigão), o General Tasso Fragoso e outras personalidades.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Seção de Iconografia.

PIUS PP. X.

Dilecte fili, salutem et Apostolicam benedictionem. Inconstantem quae te ornant animi ingenique doctus, luculan-
tissimis comprobatur testimoniis, studium praecipue in catholicis operibus fovendis, ac magna legum et iuris pe-
nitia, non minus quam praestare cogit Romanam Catholicam obsequium, perducant Nobis, ut perillustrem tibi
nobilitatis titulum ea animis discernamus. Quare te a quibusvis ecclesiasticis cadentibus, deatentibus et proavis, dignas
fonte innovaveris, huius tuatum rei gratia ablocutus et absolutum fore cadentibus, his litteris, Auctoritate Nostra, te
Comitem facimus, constituimus, nunciamus, quia tuas descendentes tuis hoc titulum iure transmissionis
competat. Proinde tibi concedimus, ut in publicis praeiudicibus, et in Apostolicis etiam lit-
teris quibuscumque, hoc nobili titulo dici et nuncupari liceat possis, utque utaris, fruari singulis quibuscumque
honoribus, privilegiis, prerogativis, indultis, quibus alii Comitales tituli indigant utantur. fruantur. Non obstant.
Datum Romae apud S. Petrum sub
Pontificatus
Nostris
Annus Piratoris die XXIX. Aprilis MCMV.
Secundo.

Alf. Card. Macchi

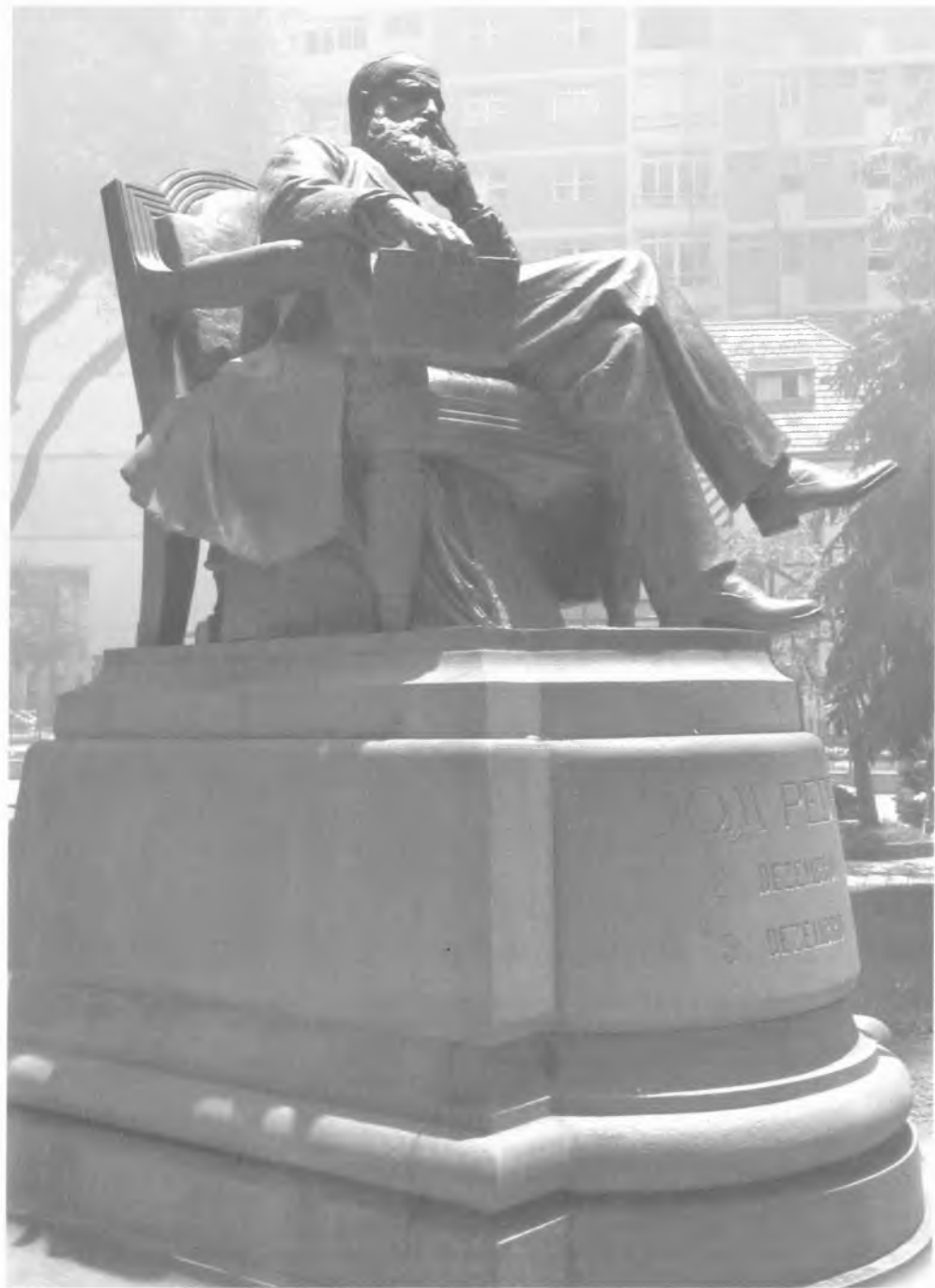




Imagem de 1936. Após sessão do IHGB, da esquerda para a direita, o historiador e jornalista carioca Max Fleiuss (1868-1943), o advogado e político potiguar Augusto Tavares de Lyra (1872-1958), o médico e filólogo gaúcho Benjamin Franklin de Ramiz Galvão (1846-1938) — Barão de Ramiz a antigo preceptor dos filhos de D. Isabel —, nosso autor, o engenheiro e historiador matogrossense Virgílio Correia Filho (1887-1973), o advogado e memorialista paulista Rodrigo Octavio Langgaard de Meneses (1866-1944). Atrás do Conde de Affonso Celso está o historiador Laffayette Silva.



Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Seção de Iconografia.



A bela estátua de que trata o Anexo VII da Parte III deste livro.
Foto de Thyago Mathias, 2013.



Assinatura de Jean Magrou, autor da estátua, que está assentada sobre pedestal construído no Brasil segundo instruções rigorosas do autor.

Fonte: Foto de Thyago Mathias, 2013.

IX

AFFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO JÚNIOR

*Pequena biografia por Bruno de Cerqueira**



Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior nasceu em 31 de março de 1860, em Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais.

Era o primogênito do Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo (1837-1912) e da senhora, nascida Francisca de Paula Martins de Toledo (1839-1916).

O Conselheiro Affonso Celso** – o pai de nosso biografado sempre fora conhecido como tal antes de 13 de junho de 1888***, quando

* Bruno da Silva Antunes de Cerqueira é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pós-graduado em Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Universidade Cândido Mendes, Indigenista Especializado da Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça, fundador e gestor do Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. E-mail: brunodecerqueira@uol.com.br.

** Optamos por utilizar a grafia original do nome, muito embora boa quantidade de gramáticos aconselhe atualizar ortograficamente prenomes, patronímicos, topônimos etc.

*** Dia em que se completava um mês da áurea Lei nº 3.353, pela qual a escravidão fora abolida. Na ocasião, D. Isabel titulóu líderes políticos liberais e conservadores que lhe haviam apoiado na empreitada. Com Honras de Grandeza, foram agraciados os Viscondes de Ouro Preto e os de Beaurepaire-Rohan, do Bom Conselho, do Cruzeiro e de São Luís do Maranhão, que são, respectivamente: o conselheiro e general fluminense Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), antigo ministro da Guerra; o conselheiro e senador pernambucano José Bento da Cunha Figueiredo (1808-1891), antigo ministro do Império; o conselheiro e senador carioca Jerônimo José Teixeira Júnior (1830-1892), antigo ministro da Agricultura; o conselheiro e senador maranhense Antonio Marcelino Nunes Gonçalves (1823-1899), antigo presidente das

teve a honra de receber da Princesa Imperial Regente o título nobiliárquico de Visconde (com honras de grandeza, o que equivale a conde) e justamente com o toponímico de sua terra natal (Ouro Preto) – não tinha origem aristocrática em todos os seus “costados”, como se costumava dizer no Oitocentos brasileiro. Parece que o pai do conselheiro, de nome José Antonio Affonso, tinha origem humilde, não escapando a Affonso Celso a miscigenação mulata, como à imensa maioria dos dirigentes brasileiros.

Em 1859, o jovem advogado e político mineiro desposou a *sinhazinha* Francisca de Paula Martins de Toledo, ninguém menos que a filha do presidente da Província de São Paulo, Coronel Joaquim Floriano de Toledo (1794-1875)*. Os Toledo, e suas diversas ramificações, como se sabe, são uma das famílias que se costuma chamar popularmente de “quatrocentonas”, isto é, as velhas linhagens paulistas provenientes dos bandeirantes e dos caciques indígenas que se aliaram aos colonizadores e colonos da nova terra de Piratininga. A essa família pertence, pela mãe, a atual Rainha consorte da Suécia, nascida Silvia Renate [Soares de Toledo] Sommerlath (*1943). A mãe de Francisca de Paula, futura Viscondessa de Ouro Preto, D. Ana Margarida da Graça Martins, igualmente descendente da velha nobreza paulista, foi mãe de sete filhos, todos entrelaçados a aristocratas rurais ou urbanos de São Paulo e Minas Gerais.

Províncias de RN, PE e CE e defensor aguerrido de ideias indenizatórias aos ex-escravos... O 13 de junho de 1888 foi ainda ocasião para que a Regente elevasse a Marquês de Paranaguá o pai de sua querida amiga de infância e de vida inteira, praticamente sua “irmã”, a Baronesa consorte de Loreto, D. Maria Amanda Lustosa da Cunha Paranaguá Dória (1849-1931), a “Amandinha”. O Marquês de Paranaguá era o conselheiro e senador piauiense João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), ministro de diversas pastas e primeiro-ministro de 1882 a 1883.

* Joaquim Floriano, que pode ser considerado um “herói da independência” nacional, foi conhecido pessoal e “amigo” de D. Pedro I (1798-1834). Presidiu São Paulo por seis vezes (1848, 1864, 1865, 1866, 1867 e 1868) e foi importante ator político da Assembleia Provincial como parlamentar. Em sua homenagem, tem-se a rua Joaquim Floriano, no bairro paulistano de Itaim Bibi. Diz-se que na década de 1920 tudo em São Paulo “estava na Joaquim Floriano”, de padarias a cinemas, de escolas a consultórios médicos. No logradouro nasceu, por exemplo, a confeitaria Koppenhagen, na década de 1950.

Da união de Affonso Celso (pai) e Francisca de Paula nasceram dez filhos: nosso biografado, Maria da Glória de Toledo Figueiredo (1861-1916), depois Senhora Feliciano Mendes de Mesquita Barros; Antonio Carlos de Assis Figueiredo (1863-1863); Paula Margarida de Toledo Figueiredo (1864-1892), mais tarde Senhora José Freire Parreiras Horta; João de Assis Figueiredo (1865-1886), solteiro; Joaquim Floriano de Assis Figueiredo (1867-1869); Dulce de Toledo Figueiredo (1869-1922), depois Senhora Miguel Arcanjo de Paula Lima; Felix de Assis Figueiredo (1870-1870); Vicente de Toledo Assis Figueiredo (1879-1913); Noemia de Toledo Assis Figueiredo (1883-1942).

À SOMBRA DO PAI

Impossível falar de nosso biografado sem citar o legado que irremediavelmente tem em si a personalidade inquebrantável e orgulhosa de seu pai. No Rio de Janeiro do *fin-de-siècle* restou uma anedota dos salões ainda impregnados do espírito de nossa Monarquia: a de que o visconde, já idoso, teria ido certa feita a um estúdio fotográfico e ao ser demandado a abaixar a cabeça para melhor posar, teria respondido ao jovem operador da máquina: “Meu senhor, quem pensa que é? Acaso o senhor é Deus?”, ao que, por óbvio, teria sido respondido negativamente. À segunda pergunta – “Acaso o senhor é o Imperador?” –, nova negativa. Arremata o visconde: “Pois então não me peça que abaixe a cabeça, pois só o faço a Deus e ao Imperador!”...

Em junho de 1889, Ouro Preto foi chamado por D. Pedro II a assumir a presidência do Conselho de Ministros. Sucedia ao Conselheiro João Alfredo (1835-1915), que por sua vez sucedera ao Barão de Cotegipe (1815-1889). Membro do Partido Liberal, o gabinete de Ouro Preto era composto de expoentes de alguns dos pensamen-

tos de vanguarda da época. Os republicanos acossavam o gabinete, chamando-o de áulico e visivelmente ligado a D. Isabel e ao marido. No entanto, as “bandeiras” de Ouro Preto e seus ministros eram o federalismo monárquico, a abolição da vitaliciedade do Senado Imperial, a liberdade total de culto religioso, maiores investimentos em Educação e, o principal, políticas voltadas à questão fundiária brasileira, para que se pudesse aproveitar nosso imenso potencial agrícola com a devida inserção dos negros, antigos escravos, e dos imigrantes europeus e asiáticos, como nova força propulsora do país.

Narra Affonso Celso Júnior, na magistral obra *Oito Anos de Parlamento*, que o gabinete do pai principiara com o discurso de abertura do Parlamento, após o qual se ouvira no recinto a voz cintilante do Deputado Padre João Manuel de Carvalho (1841-1899), representante de parte da oligarquia rural potiguar refratária à obra abolicionista: “Viva a República!”. A passagem é célebre. Ouro Preto, empertigado, respondeu à altura: “Viva a República não. Não, e não; pois é sob a Monarquia que temos obtido a liberdade que outros países nos invejam, e podemos mantê-la em amplitude suficiente para satisfazer o povo mais brioso. Viva a Monarquia! – que é a forma de governo que a imensa maioria da Nação abraça e a única que pode fazer sua felicidade e sua grandeza. Sim, viva a Monarquia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da Nação, e a não lhe opor o menor obstáculo, se ela pelos seus órgãos competentes manifestasse o desejo de mudar de instituições!”

Na mesma obra, Affonso Celso Júnior dissecou, com a verve fantástica que lhe é peculiar, as personalidades dos mais eminentes políticos da época. Chega a dizer, no capítulo em que descreve seu competidor eleitoral, o Coronel Manoel Fulgêncio Alves Pereira*, que entre eles reinava uma lhaneza de procedimentos e de respeito-

* Foi deputado federal durante toda a República Velha, sendo chefe conservador respeitadíssimo do Norte de Minas Gerais.

bilidade “que imprimiram às lutas eleitorais do 20^o distrito [de Minas Gerais] rara feição de nobreza”. Com isso, aludia à corrupção eleitoral que havia no Império, mormente antes da reforma da Lei Saraiva (1881); as fraudes foram marcas de nossas eleições desde o princípio da constitucionalidade brasileira, na década de 1820. Dela reclamavam, e sempre combatiam, na possibilidade do raio de ação que a Constituição de 1824 e a Reforma Política de 1847 concediam ao Poder Moderador, D. Pedro II e sua filha-herdeira. Ainda assim, ler as páginas em que Affonso Celso Júnior faz a radiografia do parlamentarismo monárquico brasileiro que antecedeu à ditadura militar republicana instalada em 1889 parece constituir visita a uma *terra da fantasia*. De algum modo, ele e seu rival nos parecem extraterrestres da política brasileira, mormente se voltarmos os olhos à maioria dos parlamentares atuais, nas três esferas federativas. Certo estava nosso autor, a quem política e polidez eram indissociáveis; ainda que não tenham a mesma raiz etimológica, como alguns pensam, deve ser uma consecutiva à outra.

O FIM DA MONARQUIA E O BANIMENTO

Divisor de águas da História do Brasil e da história das famílias Bragança, Orleans e Bragança, Assis Figueiredo e, agora, Ouro Preto foi o 15 de novembro de 1889. O espaço não nos permite minudenciá-lo.

Não deixa de ser interessante recomendar nosso livro, *D. Isabel I a Redentora*^{*}, para leitura e apreciação do que tenha sido, sob o ponto de vista dela, a herdeira do trono e imperatriz dentro de pouquíssimo tempo, a quartelada que lhe retirou o trono, a pátria e a felicidade. Igualmente importante é conhecer, além dos clássicos,

* Cf. CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. *D. Isabel I a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*. Rio de Janeiro: IDII, 2006.

toda a historiografia do acadêmico José Murilo de Carvalho, dos historiadores Lúcia Pereira das Neves, Maria Alice Rezende de Carvalho, Mary Del Priore, Isabel Lustosa, Martha Abreu, Hebe Mattos, Teresa Malatian, Ângela Alonso, Eduardo Silva, Marco Antonio Villa, Ricardo Salles *et alii*, que dão conta da transição entre a economia escravista e a assalariada e das opressões que os pobres brasileiros, negros em sua maioria, mas também indígenas, caboclos e mulatos em geral, passaram a sofrer com o coronelismo atroz da República Velha.

Fundamental a estas linhas acrescentar que a novel “República dos Estados Unidos do Brasil”, nascida em novembro de 1889, principiou com alguns decretos curiosos: o de número 1 proclamava “provisoriamente” o novo regime, em seu art. 1^o, e estatuiu, no art. 7^o, que “Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular”. A promessa desse plebiscito foi cumprida: 104 anos depois, a 21 de abril de 1993!

Já o decreto de número 2 estipulava que proveria à “decência” da família do “ex-imperador”. Seus artigos 1^o e 2^o diziam, expressamente, que “É concedida à família imperial, de uma vez, a quantia de cinco mil contos de réis” e “Esta concessão não prejudica as vantagens asseguradas ao chefe da dinastia deposta e sua família na mensagem do Governo Provisório, datada de hoje”. Sabemos que essa vultosa quantia foi totalmente rechaçada por D. Pedro II e D. Isabel e que, enfurecidos, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892) e seus ministros resolveram entabular um novo decreto, o de número 78-A, de 21 de dezembro de 1889, que rezava:

* Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>. Acessado em 17 de agosto de 2013.

Art. 1º – É banido do território brasileiro o Sr. D. Pedro de Alcantara, e com ele sua família.

Art. 2º – Fica-lhe vedado possuir imóveis no Brasil, devendo liquidar no prazo de dois anos os bens dessa espécie, que aqui possuem.

Art. 3º – É revogado o decreto n. 2 de 16 de novembro de 1889, que concedeu ao Sr. D. Pedro de Alcantara 5.000:000\$ de ajuda de custo para o seu estabelecimento no estrangeiro.

Art. 4º – Consideram-se extintas, a contar de 15 desse mês, as dotações do Sr. D. Pedro de Alcantara e sua família.

Já o decreto 78, desse mesmo dia, é ainda mais emblemático do revanchismo e do ódio aos que, revoltados com o novo “império das circunstâncias” – expressão cunhada por D. Pedro II no momento em que a sedição militar lhe expulsava do país –, tudo tramavam para restituir a Monarquia como forma de governo legítima dos brasileiros:

O Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, considerando:

que a manutenção da ordem e da paz interna da República, é o principal dever do Governo Provisório, e, constitui um interesse social superior a todas as conveniências, quer de ordem política, quer de ordem pessoal; que por atos positivos e manifestações públicas depressivas do caráter nacional e infensas à ordem da política estabelecida pelo pronunciamento da opinião nacional, alguns cidadãos procuram fomentar, dentro e fora do Brasil, o descrédito da Pátria, por agitações que podem trazer a perturbação da paz pública, lançando o país às contingências perigosas de uma guerra civil; que por mais constrangedor que seja a necessidade de recorrer a medidas rigorosas das quais resultam limitações ao princípio da liberdade indi-

vidual, não se pode contudo subordinar o interesse superior da Pátria, aos interesses individuais dos inimigos dela;

Decreta:

Artigo 1º – Ficam banidos do território nacional os cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo, intitulado Visconde de Ouro Preto, e Carlos Affonso de Assis Figueiredo.

Artigo 2º – Fica desterrado do território nacional, com a obrigação de residir em qualquer dos países do continente europeu, o cidadão Gaspar Silveira Martins.

Por causa desse decreto, o Visconde de Ouro Preto rumou para a Europa com sua mulher, seus filhos e seu irmão, o antigo Presidente da Província do Rio de Janeiro e Ministro da Guerra, Carlos Affonso de Assis Figueiredo (1845-1907). Este último e Silveira Martins (1835-1901) eram desafetos pessoais de Deodoro: o primeiro porque, quando na pasta da Guerra (1882), reprimira vigorosamente um coronel insubordinado e fora por isso considerado inimigo das “Armas Nacionais”, leia-se dos oficiais que almejavam, cada dia mais, o poder do Estado brasileiro; já o segundo, conforme a anedota registra amplamente, sempre venceu a disputa amorosa que havia entre os dois cavalheiros e a dama gaúcha D. Ana Carolina Fonseca Jacques de Andrade Neves, baronesa viúva do Triunfo, esposa do General José Joaquim de Andrade Neves (1807-1869), herói da Guerra do Paraguai. Foi a mentira de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891) e Floriano Peixoto (1839-1895), de que o Imperador nomearia Silveira Martins como substituto de Ouro Preto, que fez com que o “proclamador” de nossa República, sob quase 40 graus de febre e bem enfermo, aderisse à conspiração e assinasse o papel que teria chamado de “porcaria” e que findava com a Monarquia e instaurava o novo regime*.

* A história da proclamação da República no Brasil foi contada por diversos historiadores, desde o acontecimento até hoje. A anedota envolvendo a Baronesa do Triunfo foi registrada por Pedro Calmon (1902-1985), Heitor Lyra (1893-1973), Helio Silva (1904-1995), Raimundo Magalhães Júnior (1907-1981) e outros.

As consequências para a vida cotidiana e futura dessas famílias exiladas, como se pode imaginar, foram imensas. Todavia, a consequência literária mais perene é a obra que temos em mãos. Foi o banimento impetrado pelos rancorosos generais da nova República contra o civilista radical que era o Visconde de Ouro Preto que proporcionou ao jovem Deputado Affonso Celso Júnior, agora não mais no cargo, conhecer de perto e tornar-se amigo pessoal do Imperador do Brasil, o “augusto soberano”, como o chamava a linguagem oficial do Brasil oitocentista, o “mui alto e poderoso príncipe”, como na fórmula de sua sagração imperial de 1841, o “neto de Marco Aurélio”, como o definiu o insuspeito republicano francês Victor Hugo (1802-1885), ou, por fim, como a ele se referia, sempre, o Barão do Rio Branco (1845-1912): o “maior dos Brasileiros”. Pois bem.

Affonso Celso Júnior escreverá estas páginas com as memórias que guardou dos encontros com D. Pedro II, um sexagenário na cronologia, mas octogenário ou nonagenário na tortuosidade da vida, um homem cujo destino havia sido ligado, de forma extraordinária, à construção de um Estado e ao (auto)reconhecimento de uma Nação. Costumamos brincar, entre cientistas sociais, que o exercício intelectual de história contrafactual pode ser condenável metodologicamente, mas que para a didática do ensino de História não é de todo inconsequente e faz o alunado pensar. Imagine-se, por exemplo, retirar do XIX brasileiro a figura de D. Pedro II. Se seu pai tivesse cedido aos instintos de sobrevivência da prole e não o tivesse legado ao Brasil ou se qualquer doença infantil o tivesse ceifado, e a legitimidade de uma de suas irmãs como “imperatriz do Brasil” não pudesse ser equiparável a sua, enfim, se qualquer fim trágico lhe tivesse tirado a vida, não teria sido, também, o fim da vida do Brasil? Não teria nosso país desaparecido, em meio às revoltas que o período regencial proporcionou? Tudo indica que sim. *De maneira que Brasil sem D. Pedro II não é Brasil.*

Foi essa a sensibilidade do outrora publicista republicano Af-

fonso Celso Júnior. As páginas de *O Imperador no Exílio* trazem depoimentos e descrições às vezes candentes. Há momentos em que o leitor, por menor que seja sua propensão a arroubos sentimentais e manifestações de humanidade, chorará, ou pelo menos marejará.

O livro obteve considerável repercussão na época de sua primeira edição (1893), época esta em que o Exército e a Marinha fieis à República se batiam contra parte do Exército e da Marinha fieis à Monarquia... Era a Revolta da Armada (1893-1894), na qual o Presidente Floriano Peixoto, antigo ajudante-de-ordens do Visconde de Ouro Preto, agora adulado como “Marechal de Ferro”, mandara executar todos os que se opusessem à sua “República”. Nessa página um tanto vergonhosa da História brasileira, o presidente e seus ministros contaram com a ajuda dos Estados Unidos da América para combater seus compatriotas: conseguiram às pressas uma frota de vasos de guerra dos Estados Unidos, a chamada “Esquadra Flint”, pelo governo, e “Frota de Papel”, pela oposição, composta de muitos navios obsoletos e repletos de mercenários – “a pior escória de filibusteiros americanos”, no dizer de Joaquim Nabuco, que historicizou o episódio em seu livro *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*, reeditado pelo Senado Federal em 2010.

Alcançou *O Imperador no Exílio* a cifra dos seis mil exemplares vendidos em seu lançamento, algo que simultaneamente indica o calor da hora e a saudade, imensa, dos brasileiros por seu imperador banido e morto no desterro. Consideremos a proporcionalidade numérica: o Brasil de então tinha cerca de 15 milhões de habitantes e o atual beira a 200 milhões. De maneira que o sucesso editorial da obra equivaleria, hoje, a 80 mil exemplares!

O livro reúne lembranças do exílio com textos laudatórios a D. Pedro II e discursos e anotações referentes ao monumento que o Conde de Affonso Celso ergueu, juntamente com inúmeros políticos e letrados brasileiros (monarquistas e republicanos) em Petrópolis. A magnificente estátua que até hoje encanta os turistas na “Cidade Imperial” da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro,

na praça justamente denominada “Dom Pedro II”, foi uma iniciativa do espírito nobre e tenaz de nosso biografado. A história, belíssima, do monumento cuja imagem aqui reproduzimos, está toda narrada neste “opúsculo”, como o chamava seu autor.

A forma epistolar com a qual ele descreve a história do exílio de nosso grande Imperador se explica pelo fato de que ele dedica a obra e tudo que diga respeito à memória de D. Pedro à sua filha, a Redentora. A ela, Affonso Celso e todos os demais antigos conselheiros de Estado, conselheiros do Império, ministros de Estado, presidentes de Província, deputados, senadores, juízes, desembargadores, vereadores, generais, almirantes, padres, bispos, marqueses, condes, barões, que se mantiveram fiéis ao regime caído, tratavam sempre por “Majestade Imperial” e “Senhora D. Isabel”. Daí que o autor esteja sempre se dirigindo a “Vossa Majestade”, ou seja, D. Isabel I, que foi, a partir da morte de D. Pedro II, cognominado “o Magnânimo”, em 5 de dezembro de 1891 no *Hotel Bedford*, em Paris, a Imperatriz do Brasil no exílio.

Os Ouro Preto retornaram ao Brasil em 1890, quando o Governo Provisório suspendeu seu banimento. Mas os anos seguintes foram de tórrida atividade para o antigo primeiro-ministro. Ele e os chefes monarquistas nunca desistiram de destituir seus inimigos. A temática do restauracionismo na primeira década da República Velha é o objeto de estudo da historiadora paulista Maria de Lourdes Mônaco Janotti, que publicou sua tese de doutorado* (*Os subversivos da República*) em 1986.

Sete anos depois, contudo, estava de volta a Paris essa ilustre família brasileira. Narra-o Maria Eugênia Celso:

Em 1897, as agitações políticas que determinaram o assassinato do Coronel Gentil de Castro forçaram o Visconde de Ouro Preto e seu filho Affonso Celso a se refugiarem outra vez em Paris. Muito meni-

* Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

na ainda, acompanhei-os eu nesta viagem. E foi aí que tive ensejo de conhecer, numa visita a Boulogne-sur-Seine, a Princesa de quem tanto e tanto ouvira falar. É esta impressão de criança, remota, mas indelével, que neste poema traduzi (...).*

* Cf. CELSO, Maria Eugênia. *Síntese Biográfica da Princesa Isabel*. Vozes de Petrópolis. Revista Católica de Cultura. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 503 e 504. Eis o poema:

*Devia aparecer e apareceria com certeza
Num longo manto de veludo
Sobre o claro vestido de cetim.
O grão Cordão da Rosa, a tiracolo,
O diadema de pedras cintilantes.
E na mão delicada
Essa mão de Regente que numa
hora de glória inigualada
A Lei Áurea assinara,
O cetro imperial...*
Era assim que eu a via quando falavam nela
Majestosa, hierática e solene.
Pois, princesa afinal,
Só pode normalmente ser assim.
No salãozinho de Boulogne-sur-Seine,
Entre os brancos reposteiros brasonados
Com a coroa e o monograma de ouro,
era assim que sonhava
E esperava a Princesa.
Os outros eu não sei como a aguardavam,
Eu era só assim que a imaginava
No salão
Cheio de coisas do passado
que da pátria remota nos falavam.
Já meu pai recordara,
Apontando uma mesa com medalhões de Sèvres
em seu bronze incrustados:
— “É a mesa da Abolição”.
E, de repente,
Afastando a cortina, uma dama assomara.
De porte ereto ainda,
O cabelo grisalho singelamente penteado
E, corpulenta embora,
Tinha em si qualquer coisa de inexprimivelmente senhoril.
O seu vestido preto
Fazia mais azuis seus doces olhos, de onde
As lágrimas saltaram insopitavelmente.

Em seu novo retorno, restou aos líderes monarquistas enfrentarem novas acusações, agora de que estariam financiando os miseráveis camponeses chefiados por Antonio Conselheiro (1830-1897), no sertão baiano. Com efeito, a Guerra de Canudos (1896-1897) é um dos episódios históricos mais instigantes de nossa nacionalidade, infelizmente pouco investigado, a nosso ver*.

O TRIBUNO ABOLICIONISTA

Aos 15 anos de idade, o adolescente Affonso Celso publicara

Postos de pé, num silêncio de funda comoção,
Durante alguns instantes
A Princesa Isabel vimos chorando.
Depois, a pouco e pouco o pranto dominando:
“— Visconde,
Sorriu a meu avô estendendo-lhe a mão,
— Dê-me notícias do meu Brasil.”

Não, não era moça, nem era bela,
Não trazia a coroa, o cetro, o manto,
Nada de aquilo tudo com que a enfeitara na imaginação.
Mas diante dessas lágrimas choradas
Tão simplesmente assim à brasileira,
Lágrimas de saudade e de lembrança jorradadas
Do próprio coração
Pela presença ali deste velho Ouro Preto .
Fiel até ao fim,
Eu compreendi, no entanto.
Que era esta a Princesa verdadeira
Mais grandiosa e mais linda
Nessa velha Senhora – tão senhora,
Do que a resplandecente e teatral Alteza
Da minha fantasia.
Era Isabel a Redentora, nossa Princesa que, por toda a vida
Eu nunca mais esqueceria...
Deu-me um beijo na testa à despedida
E, durante dois dias, eu num enlevo extasiado e mudo
Não quis lavar o rosto, — Oh! birra de criança que ninguém compreendia...
Para não apagar o beijo da Princesa.

* O IDII promoveu o simpósio “Canudos, a guerra santa do Brasil” em 1º de dezembro de 2006, comemorando os 110 anos da deflagração do conflito. Cf. <http://www.idisabel.org.br/160anos>.

seus *Prelúdios*, em que reunia uma pequena coleção de poesias românticas. Continuou em obras de caráter poético até os anos 1880, a gloriosa década da Abolição. Vale dizer que alguns de seus poemas chegaram a ser musicados pelo Maestro Alberto Nepomuceno (1864-1920) e receberam boa crítica.

Deputado aos 21 anos, atuou como um dos mais destemidos líderes da juventude do Partido Liberal, advogando a extinção do “elemento servil” e a reforma do país. Sua filha relembra que ele chefiou, junto com Brício Filho (1865-1951), no dia áureo de 13 de maio de 1888, a comissão da *Confederação Abolicionista* encarregada de entregar nas mãos da Princesa Imperial Regente a pena de ouro, cravejada de brilhantes, fruto da subscrição popular que exigia o fim do cativeiro*. Com essa pena, D. Isabel remiu o Brasil de quase quatro séculos de escravidão para, mais tarde, de 1889 a 1921 expiar, ela própria, o pecado nacional – a “dor nacional”, por excelência, no léxico nabuquiano – da Terra de Santa Cruz.

Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior havia se bacharelado em Direito pelo Largo de São Francisco (SP), em 1880; celebrizou-se na ocasião pela tese defendida: *Direito da Revolução***.

Atuando sempre como jornalista, Affonso Celso Júnior, o *Affonso*, entre os próceres abolicionistas, terá por toda vida no mundo das letras e das ciências, mais do que no da política, seu foco e sua ação social. Na imprensa, publicou seus artigos nos jornais *A Tribuna Liberal*, *A Semana*, *Renascença*, *Correio da Manhã* e outros. Da união de forças de Rodolpho Dantas (1855-1901), Joaquim Nabuco (1849-

* Cf. CELSO, Maria Eugênia. *Síntese Biográfica da Princesa Isabel*. Vozes de Petrópolis. Revista Católica de Cultura. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 492.

** Tentamos obter o conteúdo da “tese”, como então se chamavam as monografias de bacharelado, no Serviço Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da USP, infelizmente, sem êxito. É provável, mas não certo, que o IHGB, a ABL ou a Biblioteca Nacional possuam algum original desse texto de Affonso Celso Júnior. Minha tendência é acreditar que o trabalho de conclusão do curso do jovem advogado versou, com toda probabilidade, sobre a Escravidão e sua ilegalidade, ilegitimidade e ignomínia. Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, antes dele, e no mesmo Largo de São Francisco, também serviram-se de suas graduações para atacar veementemente as instituições escravistas brasileiras.

-1910), Eduardo Prado (1860-1901) e Affonso Celso Júnior foi que nasceu o *Jornal do Brasil*, diário carioca lançado em 1891 que existiu, na forma impressa, até setembro de 2010 e que ainda existe na versão *on-line* (www.jb.com.br).

Um dos efeitos positivos, às avessas, que a República de 1889 trouxe ao Brasil foi o engajamento dos literatos ligados à Monarquia nas instituições educacionais e culturais do país. No clássico *Literatura como missão* (1983), o historiador ucrânio-brasileiro Nicolau Sevcenko esmiúça o divórcio entre intelectualidade e política na República Velha. Seus dois maiores estudos de caso são Euclides da Cunha (1866-1909) e Lima Barreto (1881-1922).

Aliás, um parêntesis válido, uma vez que falamos em Affonso Henriques de Lima Barreto, o notável mulato carioca desprezado pelas elites dirigentes de nossa *Belle Époque* tropical. O padrinho de batismo de Lima Barreto era justamente o Visconde de Ouro Preto. Seria interessantíssimo se algum historiador se dispusesse a pesquisar as ligações entre o Conde de Affonso Celso e esse seu “irmão espiritual” marginalizado pela República nada republicana dos oligarcas, dos coronéis e dos esnobes em geral. Fica a dica...

IHGB, ABL E UNIVERSIDADE DO BRASIL: MARCAS DO AFFONSO CELSO ESCRITOR E GESTOR

Affonso Celso Júnior ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1892, na qualidade de sócio efetivo, tendo posteriormente sido elevado a honorário em 1913 e a grande benemérito em 1917. Com a morte do Barão do Rio Branco, foi eleito presidente perpétuo do IHGB (1912-1938). O IHGB, lembremos, era a mais importante confraria acadêmica do Brasil. Não existia, ainda, a ABL, de cuja fundação nosso biografado participa com Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet e diversos outros professores e escritores na década de 1890.

Como presidente do IHGB, instalou a entidade em uma das alas do Silogeu Brasileiro, localizado na esquina das ruas Augusto Severo e Teixeira de Freitas (Passeio Público – Rio de Janeiro). Este prédio foi demolido durante a ditadura militar brasileira, no início da década de 1970, após o governo ter cumprido a promessa de erguer o Edifício Pedro Calmon, que abriga o IHGB desde então, no mesmo local.

Affonso Celso Júnior é o fundador da cadeira 36 da ABL, cujo patrono é o poeta maranhense Teófilo Dias de Mesquita (1854-1889), sobrinho de Gonçalves Dias (1823-1864). Foi presidente da ABL em 1925, sucedendo a Afrânio Peixoto (1876-1947) e em 1935, sucedendo ao Barão de Ramiz (1846-1938), grande helenista e etimólogo brasileiro, antigo aio dos príncipes filhos de D. Isabel, ainda que fosse um republicano de coração e *pensée*.

No magistério, exerceu a cátedra de Economia Política da então Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro – que corresponde à Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, nascida em 1920 da fusão de duas entidades privadas. O Conde de Affonso Celso foi diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro na década de 1910 e boa parte da seguinte. Foi, ainda, membro destacado do Instituto dos Advogados Brasileiros, entidade fundada em 1843 e à qual aderira em outubro de 1888.

Por fim, sendo fundada a Universidade do Rio de Janeiro, conhecida desde o princípio como Universidade do Brasil, em 7 de setembro de 1920, o Professor Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior foi eleito seu reitor em 1925, permanecendo no cargo até o ano seguinte*.

AFFONSO CELSO E O CRITICADO UFANISMO

De sua vasta atuação como literato e professor, é em decorrência de *Porque me ufano de meu País* que o Conde de Affonso Celso foi eternizado entre nós. Sem embargo da larguíssima crítica que o livro sofreu, já

* Cf. http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=EX_REIT_AFCAFJ. Acessado em 17 de agosto de 2013

quando surgiu, em 1900, a historiadora e socióloga Lucia Lippi Oliveira assim define a obra *celsiana* em seu *A questão nacional na Primeira República* (1990):

Festas nacionais e Por que me ufano de meu País não receberam igual tratamento dos intelectuais das gerações seguintes. O “ufanismo” teve uma vida mais longa e foi objeto da condenação posterior. Sua longevidade pode ter múltiplas explicações, mas entre elas certamente não podemos deixar de incluir a figura de seu formulador. (...) Pertenceu a um grupo de intelectuais – do qual também participou Eduardo Prado – que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira. Suas interpretações contrariavam aqueles que viam no Brasil as confirmações das teses de inferioridade racial, assim como aqueles que acusavam o português de responsável pelo atraso brasileiro.*

Passados mais de cem anos da publicação da primeira edição do livreto, é válido salientar que de pequeno manual aos filhos, ele se tornou um *best-seller*. Sua última edição é de bolso e em papel amarelo, para que possa ser facilmente adquirido, a preço popularíssimo, em estações de metrô e bancas de jornal. Deve-se-lhe à editora Expressão e Cultura, do Rio de Janeiro, com o apoio da Bibliex, que o lançou em 1999.

O mérito inegável de *Porque me ufano de meu País* é dar aos brasileiros argumentos para o orgulho pátrio. Se o nacionalismo é uma exacerbação doentia do patriotismo, conforme advogam inumeráveis cientistas sociais e políticos, o patriotismo é um conjunto de ideias, ideais e sensações tremendamente lídimas. Nesse quase libelo voltado para os infantes e jovens, nosso autor fez várias previsões que se concretizaram, conforme salienta o prefaciador da mais recente edição.

* Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPQ, 1990, p. 130.

Negar o valor do *ufanismo celsiano* é, portanto, a nosso ver, contraproducente à cidadania que tão duramente temos construído entre nós.

A ARISTOCRATIZAÇÃO, A PATRONÍMIA E O LEGADO DA FAMÍLIA AFFONSO CELSO

Affonso Celso de Assis Figueiredo, último presidente do Conselho de Ministros (1888-1889), denominou “de Ouro Preto”, após sua titulação, seus filhos mais novos, Vicente e Noemia. As filhas já eram casadas e legariam às proles os nomes dos maridos. A atitude, visivelmente aristocratizante, poderia ensejar críticas em época de repulcanismo *enragé*, mas a altivez de Affonso Celso nada impedia, em matéria de liberdade de pensamento e de ação, como já esclarecemos.

A notoriedade do prenome Affonso Celso era muito sentida para ser desprezada. De forma que ao registrar seus filhos, nosso biografo-chamou-os *Affonso Celso de Ouro Preto* e *Carlos Celso de Ouro Preto*, encetando nova “dinastia” condal brasileira*.

E aqui entra a significativa história do título papalino pelo qual nosso autor é conhecido nas letras pátrias. Por concessão do Sumo Pontífice Pio X (1835-1914), mais tarde canonizado (São Pio X), ele recebeu a dignidade de “Comes”, conforme consta do diploma pontifício que aqui reproduzimos. A partir de então, ele será tido, até morrer, como “Conde de Affonso Celso”**. Sua filha, D. Maria Eugenia

* É amplamente sabido que a Nobreza do Império do Brasil era composta de titulares *ad personam*, ou seja, sem sucessão em seus títulos, pois que retornavam à Coroa com a morte do portador. A condição linhagística de “fidalgo”, ou “nobre”, contudo, para os descendentes desses titulares, parecia não ter sido negada pela realeza brasileira durante e após a queda da Monarquia. Estudo portentoso sobre a aristocracia brasileira jamais foi encetado pela academia de História e Ciências Sociais. O assunto é largamente desprezado. O resultado é a parquíssima bibliografia existente, mormente escrita por genealogistas; entre eles se destacam os trabalhos do fundador do Colégio Brasileiro de Genealogia (www.cbg.org.br), no Rio de Janeiro, Carlos Grandmasson Rheingantz (1915-1988).

** No Império, houve nobres cujos nomes-títulos eram o de seu prenome; vem à mente o Barão de Pedro Affonso (1845-1920). Ou o caso de um titular da casa dos Marqueses de Valença, o Barão de Geraldo de Rezende (1846-1907), que levava como título seu primeiro prenome e seu

Celso Carneiro de Mendonça, afirma na *Síntese Biográfica da Princesa [D.] Isabel*, a qual escreveu em 1946, que o sucessor de São Pio X, o Papa Bento XV (1854-1922), confirmou o título de conde e tornou-o transmissível nas linhas masculinas da descendência de Affonso Celso Júnior. O mais curioso de tudo isso é saber que foi D. Isabel quem arranjou a honraria no Trono de São Pedro. Não somente Affonso Celso, como uma quantidade considerável de brasileiros foi titulada, em plena República Velha, pelo Soberano do Estado da Cidade do Vaticano ou pelo Rei de Portugal, os dois chefes de Estado com os quais nossa Redentora, cujo banimento é o maior da História do Brasil (1889-1920), mantinha correspondências avultadas e relações proximíssimas. Na maioria dos casos, era a imperatriz exilada do Brasil, que se vendo impossibilitada de exercer sua *fonshonorum* com a plenitude que sua coroação e sagração lhe concederiam”, titulava por via transversa esses brasileiros e essas brasileiras ilustres que se dedicavam à causa da Monarquia e do cristianismo brasileiros. A esses súditos leais que os Céus não lhe retiraram durante o amargo e penoso afastamento da Pátria ela arrumava uma forma de “compensar”: baronatos, viscondados e condados eram-lhes reservados.

Dias depois da nobilitação, ela escrevia ao novo conde brasileiro titulado pela Santa Sé Apostólica”:

último nome. Dentre os titulares papalinos, abundavam aqueles conhecidos como “Conde ou Condessa (Prenome) de (Nome)”, tal como Paulo de Frontin (1860-1933) ou Carlos de Laet (1847-1927), ou “Barão (Prenome+Nome)”, como a Baronesa Germana Barbosa (1854-1922).

* Cf. CELSO, Maria Eugênia. *Síntese Biográfica da Princesa Isabel*. Vozes de Petrópolis. Revista Católica de Cultura. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 475-505.

** Em 1889, alguns jornais do Rio de Janeiro, como *O Paiz* e o *Jornal do Commercio*, anunciavam que D. Isabel visitava as obras de finalização da Igreja (da Irmandade do Santíssimo Sacramento) da Candelária porque D. Pedro II e ela desejavam para esse templo brasileiro a celebração do cerimonial de sua coroação e sagração como imperatriz, estando a antiga Sé-Catedral do Rio de Janeiro (Igreja de Nossa Senhora do Carmo) muito necessitada de reformas e considerando-se muito pequena para o grande dia que tantos almejavam, mormente os negros. Dia glorioso que, como sabemos, jamais chegou.

*** Cf. Documento 53, Lata 428, Coleção Affonso Celso, Arquivo do IHGB.

Boulogne-sur-Seine

6 de julho de 1905

Meu prezado Conde Affonso Celso,

É com o maior prazer que lhe escrevo agora sob este título. Foi-lhe ele dado muito justamente pela autoridade que mais respeito, amo e admiro demais neste mundo.

Use-o e honre-o de mais e mais digno de nosso país e de quem lhe outorgou.

Creia em toda a minha amizade.

Isabel Condessa d'Eu

A amizade que unia D. Isabel e D. Gastão^{*} a esse chefe monarquista brasileiro – que, na mocidade, havia sido tão “abolicionista e republicano” como tantos contemporâneos seus, mas que, numa república que não era o “sonho” dos republicanos e tornou-se o pesadelo de grande parte dos brasileiros, assumira-se monarquista ferrenho e fidelíssimo à dinastia – era tocante. Eivada de política e religião, tratava-se de uma forte parceria, na qual os interesses de todos eram sempre contemplados ou, ao menos, levados em conta. O Arquivo do IHGB e o Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis contêm numerosas missivas que demonstram essas relações, por assim dizer *exílicas*.

Essa expressiva correspondência revela não somente o dia a dia dos que não governaram o Brasil da transição do XIX para o XX mas também as agruras dos amigos a quem tinham de socorrer e/ou recorrer. É o caso dos descendentes da Condessa de Belmonte (1779-1855), a famosa *Dadama*, aia e espécie de mãe de criação de D. Pedro II. Numa

* Nomenclatura com a qual o IDII denomina o marido de D. Isabel, nascido príncipe Gaston de Bourbon-Orleans, Conde d'Eu (1842-1922), que foi, no exílio, imperador consorte do Brasil (1891-1921) e depois, imperador-avô (1921-1922), de um ponto de vista jurídico (legitimista), sócio-genealógico e dinástico.

carta de 1916, D. Isabel assim se expressa a seu querido amigo Affonso Celso*:

29 de janeiro de 1916, Eu (Seine inférieure)

Meu prezado Conde,

Venho pedir sua valiosa proteção a favor de Vito Leão, filho de uma querida afilhada nossa, Marianna [Isabel] Monteiro de Barros Pacheco Leão, viúva, esta mesma filha de outra viúva (...), de família de uma de minhas amigas de infância, Francisca da Fonseca Monteiro de Barros.

Com ela brinquei bastante quando menina e mocinha. Sua mãe, D. Maria Antônia de Verna Magalhães Fonseca, se bem me lembro foi dama da Princesa de Joinville e bem me lembro sempre das bonitas histórias (...). O marido dela, Dr. Luiz Carlos da Fonseca, foi médico do Paço e Senador por Minas. A mãe foi a Condessa de Belmonte, aia de meu Pai e de minhas Tias. Desta ainda bem me lembro igualmente. Tão distinta e excelente família ficou sem recursos e só amigos dedicados a ajudam. (...) Vito Leão tem estudado na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da qual o Conde é o muito digno Diretor. Vito Leão pode ser admitido como aluno gratuito ao 3º. ano da Faculdade.

Já cursou dois anos passando agora para o terceiro tendo sido aprovado plenamente em todas as cadeiras. Não é ele o primeiro a obter tal favor e à vista das circunstâncias e de tudo o que explico peço muito ao Conde sua proteção.

Queiram aceitar muitas saudades nossas.

Como sempre toda minha confiança e amizade.

Isabel Condessa d'Eu

A par de notícias da saúde e das atividades dos membros de sua

* Cf. Documento 01, Lata 430, Pasta 71, Coleção Affonso Celso, Arquivo do IHGB.

imperial família, D. Isabel sempre confidenciava, discretamente, com o Conde de Affonso Celso, e não temia pedir favores àquele que, embora súdito declarado da soberana expatriada, era uma alta autoridade do mundo das letras e das academias brasileiras... Recebia, em contrapartida, cartas que também davam notícias da numerosa descendência do Visconde de Ouro Preto, muitas delas datadas da *Villa Petiote*^{*}, o refúgio petropolitano do Conde de Affonso Celso, no bairro Alto da Serra.

Em 11 de julho de 1938, o grande Brasileiro faleceu no Rio de Janeiro, cercado de familiares e amigos. Enviuvara no ano anterior e certamente isso pesou em seu fenecimento, como sói ocorrer. Manteve-se lúcido e trabalhando na ABL e no IHGB até semanas antes da morte. Jaz sepultado no Cemitério de São João Batista.

A descendência do Conde de Affonso Celso sempre se destacou no mundo cultural, artístico e diplomático brasileiro. Ele e a Condessa, nascida Eugenia Baptista de Castro (1863-1937)^{**}, geraram cinco filhos: a já citada escritora Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça (1888-1963); o Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto (1890-1937), cuja filha foi a escritora Malu Ouro Preto (1922-1988); Maria Elisa Celso Parreiras Horta (1892-), esposa de seu primo-irmão, o General Affonso Celso Parreiras Horta (1887-1928); o Embaixador Carlos Celso de Ouro Preto (1893-1953); e João Paulo de Ouro Preto (1902-1907).

O Embaixador Carlos Celso de Ouro Preto foi pai do Embaixador Carlos Sylvestre de Ouro Preto (1916-1985), do Conselheiro Gil Roberto Fernando de Ouro Preto (1931-1992) e do Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto (1938). Este último é o pai do cantor de *rock* Fernando de Ouro Preto (1964), o Dinho Ouro Preto, da banda Capital Inicial.

* *Petiote* era o apelido carinhoso de sua primeira filha, Maria Elisa.

** Filha do médico mineiro Carlos Baptista de Castro, Barão de Itaípe (1832-1916), e da Baronesa, nascida Maria José Machado (†1906).

BIBLIOGRAFIA DO PRESENTE ESCORÇO BIOGRÁFICO:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Affonso Celso*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=32&-sid=327>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- ALCÂNTARA, Lúcio. Breve memória de um parlamentar do Império (Introdução). In: CELSO, Affonso. *Oito anos de parlamento: reminiscências e notas*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CELSON, Affonso. *Oito anos de parlamento: reminiscências e notas*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CELSON, Affonso. *Porque me ufano de meu País*. 11. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.
- CELSON, Maria Eugênia. *Síntese Biográfica da Princesa Isabel*. Vozes de Petrópolis. Revista Católica de Cultura. Petrópolis: Vozes, 1946.
- CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. *D. Isabel I a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*. Rio de Janeiro: IDII, 2006.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOYA, Salvador de. Titulares estrangeiros. Verbete: *Affonso Celso (Conde de)*. In: *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.
- NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPQ, 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Perfil do Reitor Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior*. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=EX_REIT_AFCAFJ>. Acesso em: 20 fev. 2013.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO CONDE DE AFFONSO CELSO, CONFORME O PORTAL DA ABL*:

Prelúdios, 1876;
Devaneios, 1877;
Telas sonantes, 1879;
Um ponto de interrogação, 1879;
Poenatos, 1880;
Rimas de outrora, 1891;
Vultos e fatos, 1892;
O Imperador no Exílio, 1893;
Minha filha, 1893;
Lupe, 1894;
Giovanina, 1896;
Guerrilhas, 1896;
Contraditas monárquicas, 1896;
Poesias escolhidas, 1898;
Oito anos de Parlamento, 1898;
Trovas de Espanha, 1899;
Aventuras de Manuel João, 1899;
Porque me ufano de meu país, 1900;
Um invejado, 1900;
Da imitação de Cristo, 1903;
Biografia do Visconde de Ouro Preto, 1905;
Lampejos Sacros, 1915;
Segredo conjugal, 1932.

* Cf. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=33&sid=327>. Acesso em: 28 fev. 2013.

X

GLOSSÁRIO



- ablação – arrebatamento.
 acendrado – apurado.
 acoimar – atribuir culpa.
 acolitar – prestar ajuda.
 acoroçoar – incitar, animar.
 acrisoar – aperfeiçoar.
 adesista – que adere.
 adrede – de propósito.
 aguilhão – incentivo.
 aleivosia – traição.
 alfarrábio – livro velho.
 andrajoso – esfarrapado.
 antinomia – contradição entre leis, pesos ou coisas.
 antolhava – figurar na imaginação; desejar, apetercer.
 apaniguado – afilhado, protegido.
 apinhar – unir estreitamente.
 apodo – zombaria.
 apoteose – endeusamento.
 ara – altar, cerimônia.
 ardura – ardor.
 asceticismo – exagerado.
 assacar – caluniar.
 assestar – apontar.
 augusto – majestoso.
 aureolar – coroar.
 bizarro – excêntrico.
 bonomia – bondoso, sem malícia.
 borrasca – tempestade.
 bulício – burburinho.
 caracolar – mover-se em círculos.
 cardos – crespo, áspero.
 caritativo – caridoso.
 cavilosa – razão falsa; sofisma; ironia maliciosa.
 câs – cabelos brancos.
 chicana – trapaça.
 comezinhamente – de maneira simples.
 comezinho – simples.
 conchego – conforto.
 confranger – angustiar.
 consorte – marido de rainha, quando esta detém a realeza.
 conspícuo – ilustre.
 crisol – aquilo que é adequado para apurar sentimentos.
 cruciante – martirizante.
 cumeada – ápice.
 dar a lume – publicar, imprimir.
 de chofre – repentinamente.
 destra – mão direita.
 desazo – negligência; desmazelo.
 detença – detimento.
 diadema – coroa.
 diátese – disposição moral mórbida.
 doesto – insulto.

emurchecido – sem vitalidade.
encetar – dar início a.
encômio – elogio rasgado.
enfibratura – firmeza de caráter.
entabular – fazer começar.
escaler – embarcação miúda.
escol – elite.
escrínio – guarda-joias.
esquife – pequena embarcação; tumba.
estival – próprio do estio.
estrépito – estardalhaço.
estro – quem tem gênio criativo.
etiologia – estudo sobre as origens das coisas.
exalçar – engrandecer.
exânime – desfalecido.
exator – quem cobra impostos.
excelso – sublime.
expende – expor de maneira detalhada.

falaz – enganador.
fastígio – momento de maior intensidade.
féretro – caixão, ataúde.
fimbria – extremidade inferior.
foral – legislação elaborada por monarcas para regulamentar a administração de terras.

fremente – vibrante.

gárrulas – que canta muito; falador.
gasalhosa, gasalho – agasalho.

hebdomadário – semanal.

ilha – natural de uma ilha.
imperecedouro – permanente.
impertérito – destemido.
inamolável – que não se submete.
íncito – ilustre, notável.
inconcusso – inabalável, indubitável.
indefesso – incansável.
infenso – que se opõe.
ingente – enorme.

intemerato – íntegro.
intuspeção – exame de consciência.
irisar – abrilhantar com as cores do íris; matizar.
irrogado – imposto, infligido.

junjido – por ao jugo; submeter.

lassitude – lassidão.
lauto – esplêndido.
lazareto – local onde se mantém em quarentena pessoas com suspeita de terem doenças contagiosas.

lhanura – singeleza, candura.
limado – polido.
longanimidade – magnanimidade.
lufa-lufa – corre-corre.
luzido – pomposo, vistoso.

magnânimo – generoso.
malsinado – alvo de calúnia.
minaz – intimidador.
miserando – deplorável.
mortiço – lânguido.
mui – muito.

nababo – indivíduo que ostenta luxo.
nível – que tem a cor da neve.
nobilitar – enobrecer.

óbice – obstáculo.
óbolo – pequena moeda da antiga Grécia.
obtemperar – ponderar.
obumbrado – sombrio.
olvido – esquecimento.
orbe – mundo; esfera celeste.
orvalhar – umedecer.
ósculo – beijo dos cristãos antigos ou entre os oficiantes da missa e os fiéis, em sinal de união fraterna.

pachola – ingênuo.

paládio – aquilo que protege.
panegírico – discurso em louvor a alguém.

Parnaso – monte da antiga Grécia, consagrado a Apolo e às Musas.

panteão – templo onde se depositam os restos mortais de pessoas ilustres.

patinhar – locomover-se pisando.

paxá – mandão insolente, mandrião, governador otomano.

paz otaviana – paz imperial.

polianteia – miscelânea de homenagem.

portentoso – maravilhoso.

potestade – autoridade.

preclaro – ilustre.

preito – homenagem.

preletor – professor.

pressuroso – zeloso.

préstito – cortejo.

procela – tumulto.

prosélito – adepto.

protévia – insolência

provecto – versado.

pugna – combate.

recamada – ornamentada.

régio – que emana do rei.

reinvoque – invocar novamente.

repasto – abundância de comida.

réprobo – banido da sociedade.

rorejado – gotejado, orvalhado.

rutilar – resplandecer.

sabença – sabedoria.

sáfaro – bravo; esquivo; rude; alheio.

Santelmo – santo protetor dos marinheiros do Mediterrâneo.

sedicioso – indisciplinado.

sempiterno – eterno.

serro – espinhaço.

serzedelismo – religião, crença.

signa – sinal distintivo.

sobraçar – sustentar.

sobranceiro – corajoso.

sobrelevar – tornar mais elevado.

soldadesco – relativo a soldados.

somenos – de menor valor.

sopitar – adormecer.

tapulho – que obstrui.

tentame – tentativa.

tenuidade – suavidade.

teratologia – estudo dos monstros, das formas excepcionais.

trajo – traje.

trêfego – esperto.

vênia – licença.

vessaria – profunda mudança.

vilegiatura – férias.

vituperar – injuriar; aviltar; afrontar.

volver – voltar.

zenoniano – firme.

zoilo – crítico que revela aversão injustificada.

XI

O QUE É O INSTITUTO D. ISABEL I



O IDII, sigla pela qual é conhecido o Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora, é uma organização não-governamental voltada para educação, cultura, valorização da civilização brasileira e preservação da memória dos grandes vultos da transição entre o Oitocentos e o Novecentos, em especial de D. Isabel e dos Abolicionistas. O Instituto foi fundado em 13 de maio de 2001, no salão nobre da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro.

O IDII considera que o desconhecimento de História do Brasil prejudica fortemente o desenvolvimento do espírito de cidadania e de autoestima em grande parte do nosso povo, o que contribui para a manutenção de várias das deturpações sociais e políticas do país. Nosso objetivo maior é apoiar a pesquisa e disseminar conhecimentos bem fundamentados de História e Cultura Brasileira, junto ao público jovem e adulto, de todas as classes sociais, atuando em parceria com outras entidades do Terceiro Setor.

Resgatar o Abolicionismo e retomá-lo, em sentido lato, é nossa função precípua. A esse movimento denominamos *neoabolicionismo*. O neoabolicionismo é uma espécie de “psicanálise da Nação Brasileira”, como o definimos em 2005.

Embora concentre suas atividades no resgate histórico-cultural da memória dos abolicionismos e dos abolicionistas, o IDII objetiva muito mais. cremos que o estudo e o ensino da História do Brasil aos brasileiros seja um fator de desenvolvimento socioeconômico e polí-

tico. Todos os nossos projetos culturais, portanto, giram em torno da Educação, alicerce real de qualquer desenvolvimento sustentável.

E por que homenagear **D. Isabel de Bragança** (1846-1921), a popular “Princesa Isabel”? O engenheiro Pandiá Calógeras (1870-1934), célebre político e historiador carioca, disse certa vez que não existe no Brasil maior injustiçado(a) histórico(a) do que D. Isabel. O IDII não somente acredita nisso como afirma que o Brasil do *III Reinado que não veio* teria sido a grande fase de sedimentação nacional, algo que a obra da República Velha impediu.

Há um futuro no passado que é necessário descortinar. Porque André Rebouças (1838-1898), Joaquim Nabuco (1849-1910), Affonso Celso Júnior (1860-1938), Rodolpho Dantas (1854-1901), Alfredo de Taunay (1843-1899), Eduardo Prado (1860-1901), Carlos de Laet (1847-1927) e tantos outros abolicionistas fieis à Monarquia não puderam governar nosso país como ministros e conselheiros de Estado — Nabuco, A.C. Jr., Dantas e Taunay foram deputados no Império, mas com a República nunca mais voltariam, sequer, ao Legislativo — a obra abolicionista não pôde ser realizada. A Reforma Agrária anunciada na Fala do Trono de maio de 1889 foi completamente renegada e impedida pela República que se instalou com a quartelada de 15 de novembro. Bem ao contrário, foi com a promessa de indenização aos antigos senhores de escravos pela Abolição que o novo regime ganhou milhares de adeptos na “lavoura”, como então se dizia.

Nabuco proclamou: “A República é a desforra e a vingança dos despeitados!”. Rebouças, a bordo do *Alagoas* que levava para o exílio D. Pedro II e D. Isabel, vaticinou: “Acabou-se a civilização brasileira!”. A carga negativa do berço de nossa República é inegável; talvez por isso seja difícilima sua *republicanização*. Ela nasceu militarista, chauvinista, revanchista e, também, embora pouco se diga, racista. Sabe-se, por exemplo, que o Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), timorato e sempre declaradamente monarquista, somente aderiu ao golpe, na hora final, após acreditar em mentiras de alguns republicanos; entre elas constava a de que a Guarda Negra estava a caminho da Escola Militar da Praia Vermelha, para espancar os cade-

tes insuflados de positivismo e republicanismo por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891). Tudo que envolve a passagem da Monarquia para a República no Brasil é extremamente simbólico e deve ser estudado de forma profunda e continuada, contrariamente ao que se faz na maior parte das faculdades de História em nosso país.

Importante ressaltar que o **IDII não é nem quer ser um movimento monarquista** brasileiro, ainda que saiba reconhecer a importância fundamental que tem em nossa História o legado do Império (1822-1889). Também não somos uma agremiação católica ou religiosa de qualquer matriz. O instituto cultural que leva o nome da mais católica de nossos governantes não é, *ipso facto*, partidário da (re-)união da Igreja com o Estado, mesmo porque somos hoje um país pluri-religioso e onde o laicismo da sociedade tem crescido.

Nosso quadro social congrega monarquistas e republicanos, católicos e protestantes, budistas e ateus. Não nos consta que haja judeus e muçulmanos, mas eles seriam extremamente bem-vindos.

O IDII é uma organização de Cultura Brasileira, o que significa dizer que ele carrega a marca de mais de 500 anos de história do Brasil-Colônia, do Brasil-Império e do Brasil-República.

Defendemos, praticamos e enalteçemos as heranças multiétnicas herdadas de nossos antepassados, o que nos impede de repelir qualquer tipo de manifestação cultural e artística.

Por outro lado, é muito perscrutável que os membros do IDII partilham um sentimento patriótico e fraternalista no qual predominam elementos da Ética cristã. O cristianismo, através da catequese da Igreja Católica, e depois do século XIX, através das missões protestantes, foi o principal sistema filosófico-religioso da História do Brasil. Entre erros e acertos, pecado e santidade, as três máximas virtudes teológicas (Fé, Esperança e Caridade) pregadas pelos clérigos e pelas organizações religiosas de leigos — mormente as irmandades, confrarias etc. —, guiaram os comportamentos e iluminaram os caminhos de milhões e milhões de brasileiros no passado. Não é errado

enxergar, portanto, que o IDII se alimenta desse legado na busca de propostas para o Brasil de hoje.

E o símbolo augusto desse Brasil justo, solidário, fraterno e caritativo é D. Isabel de Bragança, Princesa Imperial Regente e Imperatriz exilada do Brasil, a única mulher brasileira que, antes da atual Presidente da República, pôde governar, interinamente, esse extenso território, mas a quem foi negada a oportunidade de se mostrar a maior Chefe de Estado de nossa História.

Bruno de Cerqueira
Brasília, março de 2013



Instituto D. Isabel I (IDII)

Página eletrônica: <http://www.idisabel.org.br>

Blog: www.idisabel.wordpress.com

Rua dos Andradas, 29 / 701

Centro do Rio Antigo

20.051-001 RIO DE JANEIRO _ RJ

RELEVÂNCIAS HISTÓRICAS LINOTIPO DIGITAL

Com o objetivo de fomentar o conhecimento, a reflexão, a difusão e o debate do pensamento clássico, criamos a editora Linotipo Digital, que já nasce disposta a expandir seu catálogo apoiada em cinco pilares editoriais, cinco conjuntos de ideias, e a atrair também jovens leitores para esse segmento cultural, além dos eternos amigos da literatura de qualidade.

O primeiro dos pilares trará obras que abordem o pensamento clássico, as ideias, a filosofia, a religião, o humanismo e a arte. O segundo será dedicado exclusivamente às biografias de personalidades clássicas. Este terceiro, RELEVÂNCIAS HISTÓRICAS LINOTIPO DIGITAL, com perfil de resgate histórico, em acordo com seu nome, reunirá obras acerca de fatos marcantes, nações, reinos, movimentos sociopolíticos, ideias e invenções. No quarto pilar estarão as obras a respeito de empreendedorismo, negócios e gestão empresarial, além de assuntos profissionais e técnicos. Para o quinto pilar ficarão reservadas as obras típicas de primeira leitura, em formato simplificado e custo reduzido, destinadas aos jovens leitores e adeptos iniciais do pensamento clássico.

RELEVÂNCIA HISTÓRICA LINOTIPO DIGITAL. Este pilar, tanto para livros impressos como para digitais, que abrange obras sobre essa vasta área, mesmo nesse campo tão aberto, o faz sem qualquer receio de ser rotulado como conservador, pois o próprio conceito de atualização constante, desde que comprovado pela prática é, por definição, uma atitude conservadora, bem como o estímulo à reflexão e ao debate inteligente são valores que mantêm a continuidade do crescimento moral e intelectual; este pilar trará em si um esforço permanente para provar que conceitos clássicos como moral elevada aliada a honestidade de propósito não podem ser taxados de coisas antigas, apesar de andarem um tanto esquecidos em meio aos valores imediatistas e oportunistas da atualidade.

O desafio nessa iniciativa é mostrar o estabelecimento de um elo entre o passado e o futuro por meio do pensamento e obra dos grandes de outrora e da atualidade. Ao descobrir que pessoas e ideias têm, sim, muito a ver com o leitor, este passará a enxergar a relevância e o impacto dos valores perenes, que levam à reflexão e ao debate positivo, abrindo mentes para a formação de opiniões próprias e, portanto, livres de modismos e imposições culturais.

São Paulo, agosto de 2013.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA PELA SPRESS
E IMPRESSA NA ED. LOYOLA EM OFF-SET, SOBRE PAPEL PÓLEN SOFT
PARA A LINOTIPO DIGITAL EDITORA E LIVRARIA LTDA.
EM OUTUBRO DE 2013

A passagem da Monarquia à República orienta o relato autobiográfico de Affonso Celso neste relevante testemunho sobre a Família Imperial. O peso emocional do exílio e as circunstâncias da vida em terras estrangeiras aproximaram o autor de seu personagem e impuseram a necessidade de acerto de contas com o novo regime, ditado pela indignação perante o tratamento dispensado ao monarca entrado em anos.

A proximidade temporal dos fatos vividos, nem sempre boa conselheira, provocava no autor a ressalva: “É cedo ainda” para uma obra de tal empreitada. Porém ao escrevê-la, em meio à turbulência das emoções e incertezas do futuro, apresentou o estadista magnânimo, capaz de manter a dignidade mesmo diante das condições mais adversas. Dedicado à restauração da memória de D. Pedro II, o autor percorreu na pauta do sentimento e da emoção os momentos agônicos do Imperador e assim construiu as bases de um perfil de estadista e de homem : o governante cordial, dotado de virtudes cívicas elevadas. Contraditou a versão de menoscabo que alimentara a propaganda republicana ao exaltar as qualidades do rei filósofo, verdadeiro fundador do Império, rei erudito com quem convivera por pouco tempo. O suficiente para fazer-se porta-voz da reação monárquica em pleno desenrolar da Revolta da Armada. Em 1893 já se movimentavam as lideranças pela revogação do banimento da Família Imperial e traslado dos despojos dos imperadores do mausoléu dos Bragança, em Portugal, para terras brasileiras. Anos depois, Affonso Celso presidiria a Sociedade de Reverência à Memória de D. Pedro II e continuaria a pleitear a medida de alto valor simbólico e mobilizador.

A historiografia consagradora do Império estabeleceu uma interpretação duradoura dessa transição de que *O Imperador no exílio* foi um dos pontos lapidares. No elogio fúnebre do Imperador, a República surge como fatalidade inevitável que encerrou o período áureo da História do Brasil. Obra de revisão das posições políticas do autor, que encontrou no Imperador e nos valores que ele representava, referência segura para se tornar paladino da monarquia.

TERESA MALATIAN

Professora Titular de História da Universidade Estadual Paulista - UNESP

ISBN 978-85-65854-02-3



9 788565 854023



Linotipo
Digital

